



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

RICELLI CRISTIANA DOS SANTOS MOTA

**A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA
AMAZÔNIA: 2012-2022**

BELÉM - PARÁ

2024

RICELLI CRISTIANA DOS SANTOS MOTA

**A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA
AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão de Organizações Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Yassuko Toma.

BELÉM - PARÁ

2024

CIP - Catalogação na Publicação

M917p Mota, Ricelli Cristiana dos Santos

A parceria público privada na Universidade Federal Rural da Amazônia / Ricelli Cristiana dos Santos Mota. Belém, PA, 2024.

133 p.; il.

Dissertação de Mestrado em Gestão público. – Universidade Federal do Pará,
Linha de Pesquisa: Gestão de Organizações Pública, 2024.

Orientadora: Prof. Dra. Marina Yassuko Toma.

1. Parceria Público-Privada. 2. Universidades Públicas. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Desenvolvimento social. 5. Toma, Marina Yassuko, *orient.* I. Título.

CDD 378.8115

RICELLI CRISTIANA DOS SANTOS MOTA

A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão de Organizações Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Yassuko Toma.

Data de Aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

PROF^A. DRA. MARINA YASSUKO TOMA
Orientadora - PPGGP/NAEA/UFPA

PROF^A. DRA. ROSANA PEREIRA FERNANDES
Examinadora Interna - PPGGP/NAEA/UFPA

PROF. DR. HERIBERTO WAGNER AMANAJÁS PENA
Examinador Externo - PPGTEC/CCNT/UEPA

À Deus e meus familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me capacitar e guiar ao longo deste percurso acadêmico, concedendo-me força, sabedoria e discernimento.

À minha orientadora, Professora Dra. Marina Yassuko Toma, pela orientação dedicada, apoio incansável e valiosos conselhos que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua orientação foi um verdadeiro privilégio e inspiração para mim.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dra. Rosana Pereira Fernandes e Prof. Dr. Heriberto Wagner Amanajás Pena, por dedicarem seu tempo e *expertise* na avaliação deste trabalho, e por seus comentários construtivos que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste estudo.

À minha família, em especial, minha mãe Cleonice Mota. Também, minha irmã Rosana Mota, pelo amor incondicional, apoio inabalável e incentivo constante ao longo de toda a jornada acadêmica.

Ao meu esposo, Ramiro Tocantins, por ser meu companheiro de vida e por seu apoio incondicional, paciência, compreensão e incentivo durante os momentos desafiadores deste processo.

Às minhas filhas, Maitê e Maísa, por serem minha fonte de inspiração diária, por seu amor incondicional e por trazerem alegria aos meus dias. Seu apoio e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a este projeto.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela troca de experiências, apoio mútuo e companheirismo ao longo desta jornada acadêmica.

À instituição de ensino UFPA/NAEA pelos recursos disponibilizados e pelo ambiente propício à realização de pesquisas acadêmicas de qualidade.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho, mesmo que não mencionados nominalmente.

"Existe o risco que você não pode jamais correr, e existe o risco que você não pode deixar de correr"

Peter Drucker

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta estudar as Parcerias Público Privada (PPPs) na Universidade Federal Rural da Amazônia. O intuito desta discussão é apresentar as formas pelas quais essas PPPs podem ser estabelecidas, trazendo um aspecto legal, havendo benefícios tanto para a instituição, quanto para a Empresa inserida, principalmente, a satisfação pelos serviços prestados ao público-alvo: os discentes, docentes, técnicos e a comunidade em geral. Neste contexto, o objetivo geral é analisar as PPPs celebradas em uma Instituição Federal de Ensino (IFES) para o seu desenvolvimento finalístico institucional. Os objetivos específicos são: verificar os documentos que tratam da prática de parcerias público-privadas na UFRA, por meio dos contratos e PPPs realizados com a fundação de apoio (FUNPEA); analisar as PPPs celebradas entre a UFRA e as fundações de apoio (FADESP e FUNPEA); e, analisar a percepção dos gestores da Diretoria de Contratos e Convênios da UFRA. Esta pesquisa contribui para a importância em investigar a forma que as PPPs são aplicadas e desenvolvidas com mais eficiência na UFRA, bem como os principais desafios para alavancar a cultura dentro dela, buscando os caminhos para um aumento no número de PPPs firmadas, visando aos benefícios para as empresas, a Universidade e a sociedade. Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com análise de relatórios e realização de entrevistas com os servidores lotados na Diretoria de Contratos e Convênios da UFRA. Os resultados obtidos nesta pesquisa proporcionam uma visão abrangente sobre o impacto das PPPs no desenvolvimento finalístico da UFRA durante o período de 2012 a 2022. As conclusões destacam o papel significativo das PPPs em diversos aspectos-chave para o crescimento e aprimoramento institucional, tais como os investimentos com construção, reforma e modernização das instalações físicas da instituição, beneficiando diretamente o ambiente de aprendizagem e promovendo uma infraestrutura adequada às necessidades dos estudantes.

Palavras-chave: Parceria Público-Privada; Universidades Públicas; UFRA; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento social.

ABSTRACT

This production aims to study Public Private Partnerships (PPPs), at the Federal Rural University of the Amazon. PPPs are an alternative that will contribute to universities carrying out their mission in the current context, taking into account their advantages for the public sector, in this case in particular, in public universities. The aim is to propose how these PPPs can be established, bringing a legal aspect, with benefits for both the institution and the Company involved, mainly, satisfaction with the services provided to the target audience: students, teachers, technicians and the community at large. In this context, the general objective is to analyze the PPPs celebrated with a Federal Education Institution (IFES) that contributes to its final institutional development; and as specific: verify the documents that deal with the practice of public-private partnerships at UFRA, through contracts and PPPs carried out with the support foundation (FUNPEA); analyze the PPPs signed between Ufra and supporting foundations (FADESP and FUNPEA); analyze the perception of managers from the UFRA Contracts and Agreements Department; prepare a Normative Instruction that facilitates the establishment of PPPs at UFRA. This research contributes to the importance of investigating the way in which PPPs are applied and developed more efficiently at UFRA, as well as the main challenges to leveraging culture within UFRA, seeking ways to increase the number of PPPs signed at the institution. , aiming for benefits for both companies, the University and society. Documentary and field research will be used as a methodology, with analysis of reports and interviews with employees working in the UFRA Contracts and Agreements Directorate. The conclusions highlight the significant role of PPPs in several key aspects for institutional growth and improvement, such as investments in construction, renovation and modernization of the institution's physical facilities, directly benefiting the learning environment and promoting an infrastructure suited to the needs of students.

Keywords: Public-Private Partnership; Public Universities; UFRA; Economic development; Social development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Hipóteses	15
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Organização da dissertação	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 PPPs no âmbito internacional	18
2.2 Casos nacionais de PPPs	28
2.3 Universidades Públicas	30
2.3.1 Atividade finalística da Universidade	32
2.4 O papel das universidades no Desenvolvimento Regional	33
2.5 Parceria público-privadas no Brasil	38
2.6 Parceria Público Privada em Universidades Públicas	44
2.7 Fundações de Apoio	51
2.7.1 Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias	55
5 METODOLOGIA	57
5.1 Classificação da pesquisa	57
5.2 Lócus de pesquisa	61
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
6.1 Relatórios de Gestão	67
6.2 Acordos de Cooperação	74
6.3 Instruções Normativas	76
6.4 Resultados da Entrevista	79
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	108
ANEXO A – <i>Chek-list</i> de convênios e contratos da UFRA	109
ANEXO B – Fluxograma Processual da DCC/UFRA	124
APÊNDICES	127
APÊNDICE A – Produto final	128
APÊNDICE B – Entrevista	130

1 INTRODUÇÃO

O estudo das Parceria Público Privada (PPP) nas organizações públicas é fundamental perante o Direito administrativo. O modelo de parceria entre o Estado e o setor privado é importante para as universidades públicas pois proporcionam novas técnicas gerenciais e contribuem para o avanço no setor público, ao longo das fases pré-contratuais, aumentando os resultados tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo.

As propostas relativas a infraestrutura e outros serviços, que podem ser desenvolvidos, uma vez que observa-se que nas Universidades Públicas há muitos projetos que não se concretizam devido à escassez de recursos (SILVA, 2022).

Com a Lei 11.079/2004, constituiu-se um novo regime de contratação de serviços, por meio de parcerias do setor público com a iniciativa privada em setores de infraestrutura, iniciando-se um processo de rediscussão dos papéis do Estado, sociedade e iniciativa privada, na provisão de serviços e investimentos (BRASIL, 2004).

Diferentemente das concessões tradicionais, em que os parceiros privados auferem suas receitas por meio da cobrança por serviços e produtos, a legislação de 2004 define a parceria público-privada, a partir de novos parâmetros de contratação, alocação de responsabilidades e compartilhamento de riscos, superando limitações regulatórias dos contratos entre governo e iniciativa privada.

No Pará, tem-se exemplos de PPPs firmadas entre empresas e universidades e que trazem importantes contribuições a ambas e à sociedade. Um exemplo foi o aporte do total de R\$ 1,2 milhões a ser investido em projetos de empresas juniores na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), pela Companhia Vale do Rio Doce, para desenvolver projetos na cadeia de Mineração natural, nos quais os alunos irão desenvolver e solucionar estratégias tecnológicas no campo da mineração (Universidade Federal do Sul e Sudeste do PARÁ, 2020).

As PPPs são fundamentais para que a Universidade consiga desenvolver os três pilares da formação acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. As empresas juniores possibilitam uma cooperação entre a empresa e a instituição, facilitando ainda o acesso dos discentes ao mercado de trabalho. Empresas juniores são definidas como empresas de consultoria geridas por estudantes universitários que realizam projetos e prestam serviços em suas áreas de especialização. Esses serviços são prestados principalmente para micro e pequenas empresas. Há casos em que a prestação de serviços ocorre para grandes empresas, como unidades da administração pública e algumas ONG's, mas sempre se tratando de trabalhos pontuais. A

finalidade das empresas juniores é educacional e por serem uma associação civil sem fins lucrativos, e ainda pela sua estrutura de baixos custos fixos, seus preços praticados são consideravelmente abaixo dos preços de mercado. Isso as torna empresas atrativas sob o aspecto econômico (PICCHIAI, 2008).

Conforme a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), “parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”. A partir desta Lei, se definiu a regulamentação nacional das PPPs, os trâmites básicos que um Projeto de parceria público-privada deve se enquadrar, a duração do contrato, que varia entre 5 e 35 anos e que seu valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como a possibilidade de complementar a arrecadação da tarifa com contraprestação pública; o pagamento público condicionado à efetiva prestação do serviço e ao desempenho do parceiro privado e o pagamento público garantido por seguro ou garantias emitidas por fundo garantidor.

As PPPs são instrumentos extensamente utilizados e testados em diversos países, tais como: Portugal, EUA e China com relação ao seu desempenho comparativo com modelos de contratação tradicionais (RAISBECK; DUFFIELD; XU, 2010). É notório que elas trazem benefícios para a administração, sociedade e empresas.

Porém, antes de se aprofundar no contexto da Universidade Federal do Pará (UFPA), qual será detalhado mais à frente, torna-se importante apresentar exemplos de casos internacionais que efetivaram a parceria público-privada. Um deles é o modelo estabelecido por Portugal diante das infraestruturas rodoviárias, onde foram firmadas essa parceria, enfrentando alguns desafios, tais como a falta de compromisso político (FIRMINO, 2018).

Outro exemplo de sucesso é referente a PPPs nos Estados Unidos, o qual é um mercado bastante antigo, mas com desenvolvimento recentes, seus desafios envolvem as questões políticas, regulações, barreiras financeiras e outros, segundo Nakama e Macena (2022).

No Oriente também há iniciativas, como na China, onde há PPPs voltadas para projetos de infraestrutura urbana, fazendo com que melhore e seja efetivada a expansão na China, buscando a qualidade de vida e o crescimento econômico (BASIT, 2018).

Luz (2020) aponta iniciativas na Coreia do Sul que por meio da inserção das PPPs, desde a década de 60, vem crescendo no âmbito de investimentos ligados ao desenvolvimento nos setores de telecomunicação, automobilismo e infraestrutura, com políticas e estratégias adotadas pelo governo para impulsionar esses setores. Por isso, começaram a intensificar as PPPs para esse país realizando abertura política e econômica que contribuiu para o desenvolvimento econômico do país.

Conforme será delineado mais à frente nesta dissertação, o Brasil apresenta um cenário bastante propício para as PPPs. Porém, cabe relatar de forma breve sobre dois Estados: São Paulo e Pará que fomentam esta parceria de forma efetiva (SILVA, 2022). O primeiro porque sofreu restrições financeiras ao limitar sua capacidade de realizar investimentos em infraestrutura por meio de financiamento exclusivamente público. Isso pode ser devido a fatores como a queda na arrecadação tributária, pressões sobre as despesas públicas ou outras prioridades concorrentes (SILVA, 2022).

No Estado do Pará, tem-se iniciativas como de um professor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* Altamira, que teve sucesso em garantir financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa) por meio do edital PPP, o qual incentivou a criação do laboratório de Microbiologia e Genética de Plantas (AGÊNCIA PARÁ, 2015).

Nestes termos, considerando os estudos já realizados sobre PPPs em âmbito nacional e internacional este estudo faz um recorte para o uso das PPPs na UFRA. Vislumbra-se encontrar caminhos para que esta Instituição adote de forma mais eficiente as PPPs, tendo este recurso à disposição para ser utilizado em seu desenvolvimento. Por isso, informa-se que será realizado o recorte de 2012 a 2022 no que compete aos contratos e convênios fundacionais da UFRA, tendo em vista que este período foi escolhido por ser o tempo efetivo de parcerias das instituições com demais empresas (PROAF¹, 2023).

No caso da UFRA, há um mercado a ser explorado e desenvolvido de pesquisas e até mesmo concessões, inclusive por ser uma Intuição de ensino que tem vários cursos focados em estudos Rurais, inserida em uma região onde o agronegócio e a agricultura são as principais fontes orçamentárias (PROAF, 2023). Entretanto, essa pode não ser uma realidade na UFRA, pois, empiricamente, observa-se que esta universidade pouco tem estabelecido PPPs, fazendo surgir o questionamento sobre os aspectos relacionados às PPPs na UFRA, que podem contribuir para que a instituição tenha esse cenário.

Thamer e Lazzarini (2015) afirmam que o grande entrave para o estabelecimento de PPPs nos órgãos públicos está na fase pré-contratual, que se caracteriza pela manifestação do interesse e o levantamento das demandas em realizar uma Parceria Público Privada. Até a realização do contrato firmado e publicado, muitas PPPs nem passam desta fase pré-contratual, devido a diversos limitadores regulatórios ou mesmo a burocracia brasileira. Como resultado disso, são poucas PPPs em fase pós-contratual no Brasil.

¹ Pró-Reitoria de Administração e Finaças (PROAF).

Desse modo, é importante entender quais são as ferramentas gerenciais a serem desenvolvidas na UFRA, fazendo das PPPs um dispositivo para manter suas atividades institucionais, apesar de vivenciarem um cenário de restrição orçamentária, uma vez que há a possibilidade legal da Universidade adotar o modelo de PPP nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004 (Brasil, 2004).

Diante do exposto, a problemática que se coloca para essa pesquisa é: Qual foi o impacto das Parcerias Público-Privadas na UFRA durante o período de 2012 a 2022?

1.1 Hipóteses

- As PPPs são alternativas que podem trazer contribuições para que as universidades desempenhem sua missão diante do contexto atual, tendo em vista as suas vantagens para o setor público.
- A UFRA enfrenta vários desafios para concretizar o estabelecimento de PPPs, dentre os fatores apontados pela literatura como dificultadores para a implantação de PPPs está a grande burocracia nos trâmites dos processos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar as PPPs celebradas em uma Instituição Federal de Ensino (IFES) para o seu desenvolvimento finalístico institucional.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar as PPPs celebradas entre a Ufra e as fundações de apoio (FADESP e FUNPEA), no período de 2012 a 2022;
- Analisar a percepção dos gestores da Diretoria de Contratos e Convênios da UFRA.

1.3 Justificativa

Segundo Périco e Rebelatto (2005), quando se concede uma obra ou serviço a Empresas Privadas, o natural é que os procedimentos práticos e burocráticos sejam feitos a partir da visão

da iniciativa privada, mesmo sendo em uma obra pública. Dessa forma, o agente público pode olhar com ressalvas para esse tipo de prática.

Atualmente, o nível de exigência em relação aos serviços públicos tem aumentado muito, ou seja, os usuários estão exigindo mais qualidade e adequação dos serviços diante de suas necessidades. Com isso, buscam mais flexibilidade, prontidão e capacidade da administração pública (NASCIMENTO, 2020).

Sendo assim, com esta pesquisa pretende-se demonstrar que a parceria pública privada, realizada entre as Universidades e instituições privadas, pode levar a novas descobertas e melhorias de processos, infraestrutura física e serviços, que podem melhorar a vida em sociedade, impulsionando o desenvolvimento regional, ao considerar o entorno da Instituição estudada, que está inserida em um bairro onde a população na sua maioria é pobre e periférica.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) possui extensas áreas sujeitas a alagamentos, desprovidas de infraestrutura de saneamento básico e com condições problemáticas de uma ocupação precária que avança sobre rios e igarapés; a drenagem urbana se mostra elemento fundamental para entendimento e intervenção (Ponte; Brandão; 2014). Assim, a implementação de projetos de Infraestrutura e serviços através das PPPs, teria o objetivo de aproximar esta população das instituições de ensino, com Projetos de inserção desta população por meio de propostas a serem desenvolvidas pelas PPPs, dentro da UFRA.

Nesse sentido, cita-se como exemplo, Araújo (2015), com uma pesquisa que investigou os desdobramentos socioeconômicos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no contexto da ampliação e reprodução do capital na Amazônia e sua repercussão na política de expansão e financiamento na Universidade Federal do Pará (UFPA). Os resultados indicaram que a Universidade Pública, particularmente, se incorpora a dinâmica capitalista pela aproximação das demandas empresariais e do mercado por meio das PPPs. Esse fenômeno vem ocorrendo regularmente e apresenta implicações para a expansão e o financiamento das instituições.

Diante do mencionado, esta pesquisa aponta de que forma as PPPs podem ser aplicadas e desenvolvidas com mais eficiência na UFRA, bem como os principais desafios para alavancar esta cultura dentro da instituição, buscando, por meio da pesquisa, os caminhos para um aumento no número de PPPs firmadas na UFRA e os benefícios tanto para as empresas, a Universidade e a sociedade. Ademais, a temática pode elucidar a contribuição que as PPPs podem acrescentar para o seu desenvolvimento finalístico institucional.

Nessa perspectiva, para a realização desta pesquisa é pautada pela necessidade em saber qual seria o grau de contribuição que as PPPs poderiam gerar, com a sua aplicação efetiva; há

a injeção financeira, mas também a qualidade dos serviços e infraestrutura, que seriam desenvolvidos dentro da IFEs estudada, ocorrendo pelo grande potencial que uma Universidade Rural tem, com o conhecimento técnico dos docentes, a estrutura tecnológica que pode ser utilizada, e, principalmente despertar o interesse das empresas do mercado em fazer parcerias e pesquisas como a qualidade do solo, ou mesmo da água, agricultura, ou ainda melhorar a qualidade de determinado produto, entre outras que podem ser realizadas, contribuindo para o desenvolvimento da região.

1.4 Organização da dissertação

Esta dissertação encontra-se dividido em três partes: a primeira consiste nesta parte introdutória; a segunda apresenta a revisão da literatura, abordando os principais teóricos e conceitos que estão relacionados a pesquisa. A terceira refere-se a metodologia. Na primeira seção que compete a parte introdutória foi pertinente apresentar a temática de maneira geral, pontuando aspectos como: o problema, objetivos, justificativa e hipótese.

Na segunda seção foram apresentadas, por meio de revisão de literatura, informações acerca da PPPs no Brasil, contextualizando a relevância no estabelecimento das mesmas, na contratação dos serviços públicos como forma de promover ações, diante da gestão pública.

Na última sessão, a qual relaciona-se a metodologia o primeiro aspecto apresentado é a classificação da pesquisa, demonstrando que está ligada a pesquisa bibliográfica, exploratória, documental e de campo, por meio de uma abordagem quanti e qualitativa, mediante técnica da entrevista. No segundo ponto da metodologia, descreve-se o *lôcus* da pesquisa, onde é apresentada a instituição, a UFRA. No terceiro ponto, são apresentados os procedimentos metodológicos.

Por último, observa-se os resultados da pesquisa bem como as considerações finais, as quais apontam que a pesquisa realizada teve como objetivo principal avaliar a contribuição das PPPs para o desenvolvimento finalístico da UFRA no período de 2012 a 2022.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão de literatura serão apresentados pontos relevantes de consecução teórica para concretização dos objetivos propostos nesta dissertação, sendo eles: PPPs no âmbito internacional; os casos nacionais de PPPs; Universidades Públicas; atividade Finalística da Universidade; o papel das universidades no Desenvolvimento Regional; PPP no Brasil; PPP em Universidades Públicas; e, Fundações de Apoio e Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias.

2.1 PPPs no âmbito internacional

A Lei 11.079/2004, conhecida como a Lei das Parcerias Público-Privadas, define as PPPs como contratos administrativos de concessão, que podem ser realizados nas modalidades patrocinada ou administrativa. As PPPs envolvem parcerias entre o setor público e o setor privado, nas quais o setor privado assume a responsabilidade de prestar determinado serviço público ou desenvolver projetos de infraestrutura em troca de pagamentos do setor público. Essas parcerias podem abranger áreas como: saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outras. A legislação estabelece as regras e procedimentos a serem seguidos para a implementação e a gestão desses contratos.

Segundo Pasin e Borges (2003, p.180), as PPPs são o contrato que estabelece “vínculo obrigacional entre as partes para a implantação e gestão de serviços e atividades do interesse público em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao ente privado”. Isso ocorre observando os princípios de eficiência, respeito aos usuários, indelegabilidade de regulação e poder de polícia, responsabilidade fiscal, transparência, repartição de riscos e sustentabilidade econômica do projeto de parceria.

A PPP pode ser, de fato, um instrumento importante para o Estado, tendo em vista suas necessidades estratégicas, otimizando o uso dos recursos disponíveis. Pode ser uma solução para projetos pequenos (hospitais, escolas), médios (redes de saneamento e esgotamento municipais) ou grandes (rodovias, hidrovias ou ferrovias). Entretanto, as experiências podem variar em termos de sucesso, de acordo com a vontade política ou com o envolvimento das comunidades atingidas. Podem ser úteis em uma região, para projetos de pequena escala, pela mobilização ativa que geram junto à população e ser inviáveis em grandes projetos, pelos seus custos ou complexidades ou inércia política dos beneficiários (BORGES; PASIN, 2003, p.183).

O estudo acerca da constituição das PPPs no cenário da gestão pública é importante, haja vista que elas nascem dessa acepção de gestão. Nesse sentido, Osborne (2009) identifica três períodos principais de mudança quanto a perspectiva de governo. O primeiro refere-se ao Estado de Bem-Estar Social (final do século XIX até o final da década de 1970/início dos anos 80), quando predominou esse tipo de concepção. Durante esse período, os governos desempenhavam um papel fundamental na prestação de serviços públicos e na proteção social. Isso envolveu políticas de assistência social, educação, saúde e outras áreas para garantir o bem-estar dos cidadãos.

No segundo momento, o surgimento da Nova Gestão Pública (NPM) e o impacto das concepções neoliberais permitiram uma ênfase na eficiência, na redução do tamanho do governo e na introdução de práticas orientadas pelo mercado na prestação de serviços públicos. Isso incluiu a busca por parcerias público-privadas e a introdução de mecanismos de mercado na gestão pública.

O terceiro período, que está em andamento até o momento, é chamado de Nova Governança Pública (NGP). Nele, as abordagens estão mais focadas na colaboração entre governo, sociedade civil e setor privado na entrega de serviços públicos. Há uma ênfase na participação cidadã, transparência e flexibilidade na administração pública.

Esses três períodos representam mudanças significativas na forma como o Estado aborda a prestação de serviços públicos e refletem as evoluções nas políticas públicas ao longo do tempo, de acordo com a análise de Osborne (2009).

Denhart (2012) aponta que a ideia do NPG não é amplamente reconhecida como um termo ou acrônimo comum na teoria política ou no contexto de reformas do Estado. No entanto, esse tipo de abordagem reformista é consistente com algumas correntes de pensamento na teoria política e na ciência política. Por exemplo, a teoria do contrato social, desenvolvida por filósofos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, argumenta que o governo é estabelecido para mediar os interesses individuais e garantir a ordem e a justiça na sociedade.

Além disso, algumas teorias modernas de governança, como o pluralismo e a teoria dos grupos de interesse, sugerem que as democracias modernas funcionam melhor quando diferentes grupos e interesses na sociedade têm a oportunidade de participar do processo político, expressar seus interesses e competir por recursos e políticas. Essa perspectiva reflete uma abordagem que reconhece a importância do Estado como um árbitro imparcial que equilibra os interesses diversos da sociedade. Isso implica que o Estado deve promover o bem-

estar comum e a justiça social, garantindo que os interesses individuais não prejudiquem os interesses coletivos.

De acordo com Pollitt e Bouckaert (2011), a NPG está mudando a maneira como se vê o Estado no século XXI. Antes, o Estado era visto como a autoridade máxima, exercendo controle "de cima para baixo" sobre a política e a administração pública. Com a NPG, o Estado não é mais visto como a única autoridade ou o ator dominante na arena política. Em vez disso, é considerado apenas um dos muitos atores envolvidos na governança e na tomada de decisões políticas. Essa mudança sugere que a política agora é mais descentralizada e envolve uma variedade de partes interessadas, públicas e privadas. A NPG é uma abordagem de administração pública que se concentra em tornar o governo mais eficiente, eficaz e orientado para resultados, muitas vezes adotando práticas do setor privado. Isso envolve uma série de reformas e mudanças na maneira como o governo opera.

Greve e Hodge (2015) apontam que a dicotomia "público *versus* privado" se refere à distinção tradicional entre os setores público e privado na economia. O setor público inclui o governo e suas atividades, enquanto o setor privado engloba empresas e indivíduos que operam com fins lucrativos. Historicamente, esses setores foram frequentemente considerados opostos e independentes, cada um com seu papel separado na sociedade.

A transição para a ideia de "público e privado" sugere uma abordagem mais flexível e integrada, na qual os setores público e privado podem colaborar e se sobrepor em várias áreas. Isso pode ocorrer, por exemplo, por meio de PPPs, em que o governo trabalha com empresas privadas para fornecer serviços públicos, como infraestrutura, saúde ou educação. Também pode envolver regulamentações governamentais em setores privados, como a imposição de padrões de segurança ou regulamentações ambientais (MATOS; GONÇALVES, 2019).

A partir desse contexto descrito houve um esgotamento da capacidade financeira do Estado, advinda de diversas privatizações das empresas que eram estatais ou mesmo que foram concedidas do setor público para o privado. Isso foi resultado da busca por alternativas de viabilizar melhor os recursos públicos e aumentar a eficiência econômica. Portanto, a estratégia oficial foi a de que privatizando o setor público, o Estado deixava o seu papel de regulador da economia e da sociedade por meio dos bens e serviços. Assim, o Estado passou a atuar como regulador indireto e focado em seu papel para o desenvolvimento (FRANCO, 2007).

No Brasil, não foi diferente. A crise fiscal atingiu o setor público no final da década de 70 e no início dos anos 80. Entre o período de 1974-1979, no Governo Geisel, optou-se pelo crescimento econômico com endividamento, ou seja, mantiveram-se fortemente os

investimentos públicos (superior a 25%) financiados pelo endividamento externo (GONÇALVES, 2007).

Nos últimos anos, com um processo de restrições orçamentárias e diante de contingências impostas pelo Governo Federal às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tem se tornado cada vez mais necessário que as universidades públicas brasileiras proponham novos rumos para seu desenvolvimento social, político, econômico e educacional, a fim de continuarem desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e técnico administrativa. Assim, as PPPs podem ser um caminho para possibilitar o alcance da missão principal dessas organizações públicas.

As PPPs são um tipo de contrato de colaboração entre entidades do setor público e empresas privadas. Essa parceria visa a execução de projetos que beneficiam a sociedade, como infraestrutura, serviços públicos, saúde, educação, dentre outros. Além disso, é uma forma de união entre o setor público e privado para a realização de compromissos comuns, em que ambos os lados protegem riscos e benefícios. As empresas privadas são responsáveis pela execução do projeto, enquanto o setor público fornece os recursos financeiros, regulamentadores e fiscalizadores para garantir que o projeto seja concluído com sucesso.

Neste sentido, são cada vez mais utilizadas em todo o mundo, devido à sua eficácia na construção e operação de infraestruturas, sem que o governo precise investir grandes quantias de recursos financeiros (FABRE; STRAUB, 2021). No entanto, a utilização desta maneira de parceria tem gerado debates em torno da transparência na gestão e da possibilidade de conflitos de interesse entre o setor público e privado (REIS; GASCO-HERNADEZ; ESTEVE, 2021).

Nos anos 80, vários países da América Latina e do Leste Europeu passaram a apresentar estagnação do nível de atividade, além de profundos desequilíbrios macroeconômicos, em especial o crescente *déficit* público (GONÇALVES, 2007).

As PPPs neste mesmo período descrito acima que, quando o Estado começou um processo de revisão quanto à sua participação na sociedade. Essa ação foi iniciada em dois países, nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde ambos tiveram como problemática as crises fiscais, bem como as financeiras, que foram proporcionadas com o liberalismo econômico que perpetuou mudanças significativas na desregulamentação financeira, abertura comercial e reorganização do patrimônio público (FRANCO, 2007).

Foram implementadas originalmente no Reino Unido, a partir do ano de 1992, como variante do processo de privatização do Governo *Thatcher*, sob a sigla *Private Finance Initiative* (PFI) (FERRAZ; ALMEIDA, 2018). A ideia de implantação das PPPs surgiu no Reino Unido, mas vários outros países começaram a desenvolver programas de parcerias. Há

países que o sucesso e a intensidade da implantação é maior e com maior eficácia e eficiência; há outros nos quais essa vertente de contratos públicos ainda está em desenvolvimento (BRITO; SILVEIRA, 2005).

Na América Latina, Chile e México foram os pioneiros no uso das PPPs para a provisão de infraestruturas e serviços públicos (BRITO; SILVEIRA, 2005). A abordagem trazida por Brito e Silveira se caracteriza em uma visão mais ampla, com parcerias nacionais, onde os contratos realizados advém dos governos nacionais dos países.

Em 1994, a Polônia anunciou um programa de construção e revitalização de rodovias mediante PPP. As leis foram revistas para permitir concessões de rodovias pedagiadas. A partir de concorrência internacional, houve, em 1997, a seleção das melhores propostas para a construção de diversos trechos da Rodovia A2 (com 364 km) e para a manutenção de um ramo já existente da Rodovia A4 (Krakow-Katowice, com 65 km). “No início da década de 90, a Hungria aprovou uma regulação específica para concessões, de modo que o setor privado pudesse participar da provisão de serviços públicos, como a construção e a operação de estradas” (BORGE; PASIN, 2003, p.176).

Em Portugal, utilizou-se largamente a PPP na construção de estradas. Nesse país, em diversas rodovias, lançou-se mão do modelo de pedágio-sombra (sem cobrança do usuário). Nas estradas onde o volume de tráfego não confere retorno suficiente aos projetos, a viabilidade da rodovia é garantida pelo Estado. Além do mais, o programa de PPP implementado a partir de 1997 no país possibilitou o rápido desenvolvimento de uma rede de rodovias de alta qualidade, com a duplicação de toda a extensão da malha de autoestradas, que foram concedidas por um período de 10 anos. Esse modelo está sendo também aplicado à construção e operação de hospitais, ferrovias, trens urbanos, energia, saúde, telecomunicações e parques eólicos. Mais de dois bilhões de euros já foram investidos naquele país na forma de PPPs (SCHAPPO, 2008).

Nessa direção, o trabalho de Firmino (2018), “Fatores críticos de sucesso das PPP: aspectos político-institucionais: Estudo de caso das rodovias em Portugal”, apontou que as PPPs são acordos nos quais o setor público e o setor privado colaboram para financiar, projetar, construir, operar e, em alguns casos, manter infraestruturas e serviços públicos. No entanto, algumas vezes esses acordos podem enfrentar desafios e lacunas, como foi o caso em Portugal (FIRMINO, 2018).

No contexto português, a PPP para infraestruturas rodoviárias enfrentou várias questões que geraram discussão pública e levantaram preocupações. Algumas das lacunas e problemas que podem ser observados incluem a falta de compromisso político, pois a implementação bem-sucedida de PPP exige um compromisso político sólido e contínuo. Se houver mudanças

políticas ou falta de clareza nas prioridades governamentais, isso pode afetar a execução adequada das PPPs, além da capacidade técnica e competência, tornando importante apontar que as entidades públicas responsáveis pela avaliação, negociação e monitoramento das PPPs tenham a capacidade técnica e competência necessárias. Caso contrário, as decisões podem ser tomadas com base em informações insuficientes (FIRMINO, 2018).

Além disso, a transparência e prestação de contas é um fator também primordial para a consecução das PPPs, sendo consideradas mecanismos eficazes no combate a suspeitas de corrupção, má gestão e falta de responsabilidade por parte das partes envolvidas nesta parceria. Os modelos de financiamento afetaram as taxas de retorno para os parceiros privados que podem afetar os custos para o governo e para os usuários finais dos serviços (FIRMINO, 2018).

Outro estudo internacional é o de Nakana e Macena (2022), que trata sobre PPPs nos Estados Unidos. Conforme esse estudo, as primeiras experiências desse país ocorreram há cerca de três décadas. No entanto, apesar desse período de tempo, o mercado nacional de parcerias público-privadas nos Estados Unidos ainda não se desenvolveu tanto quanto se poderia esperar, o que parece ser um contraste com a tradicional abertura do país à iniciativa privada. Essa avaliação pode indicar que, apesar do potencial das PPPs em envolver o setor privado em projetos de infraestrutura e serviços públicos, o mercado nos Estados Unidos pode estar enfrentando desafios que impedem seu crescimento mais rápido ou sua adoção mais ampla. Esses desafios podem incluir questões regulatórias, questões políticas, barreiras financeiras ou outros fatores que dificultam a implementação eficaz das PPPs (NAKANA; MACENA, 2022).

De acordo com Casady *et al.* (2018, p. 12), os Estados Unidos enfrentam desafios para estabelecer políticas centralizadas nesse setor. Isso ocorre devido à complexidade do sistema de governança e à diversidade de necessidades e condições em diferentes estados e regiões do país. Em vez de adotar uma abordagem única para todo o país, os Estados Unidos frequentemente delegam decisões e regulamentações relacionadas à infraestrutura rodoviária para os governos estaduais e locais. Isso permite que as políticas sejam adaptadas de acordo com as particularidades e demandas específicas de cada região. No entanto, essa abordagem também pode resultar em uma falta de uniformidade nas políticas e regulamentações em todo o país.

A exposição do autor supracitado destaca como o modelo institucional dos Estados Unidos é caracterizado pela descentralização, o que significa que a formulação de políticas em áreas como a infraestrutura rodoviária muitas vezes é influenciada pelas necessidades e circunstâncias locais, resultando em uma abordagem menos centralizada em comparação com outros sistemas jurídicos.

Outro exemplo de estudos sobre PPPs no âmbito internacional é Basit (2018), sobre a China, a qual promove a colaboração entre de 165 novos projetos de PPPs registrados nos primeiros cinco meses do ano de 2022. Eles indicam um forte interesse tanto por parte do governo quanto do setor privado em investir em projetos que abrangem diversas áreas, incluindo infraestrutura urbana. A alocação de 51 projetos para infraestrutura urbana sugere que a China está focada em melhorar e expandir suas cidades, o que é fundamental para sustentar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (BASIT, 2018).

Essa abordagem de PPP pode trazer benefícios como compartilhamento de riscos, acesso a *expertise* privada, aumento da eficiência na entrega de projetos e injeção de capital privado em projetos de grande escala. No entanto, também envolve desafios, como a complexidade na negociação e gestão das parcerias, além de questões relacionadas à transparência e ao equilíbrio de interesses entre os setores público e privado (BASIT, 2018).

O papel do principal planejador econômico do país, no caso a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), é crucial para supervisionar e coordenar essas iniciativas de PPP, garantindo que elas estejam alinhadas com as prioridades de desenvolvimento econômico e social da China (BASIT, 2018). Ao longo das últimas décadas, as PPPs vêm sendo desenvolvidas na China, com um aumento notável no interesse e apoio governamental a partir do final dos anos 1980. O governo chinês reconheceu a importância das forças de mercado na economia do país e enfatizou essa abordagem em novembro de 2013, durante o plenário do Partido Comunista da China (BASIT, 2018).

O governo chinês começou a atribuir maior importância às forças do mercado, reconhecendo seu papel decisivo na economia do país. Junto com essa mudança de foco, as autoridades centrais também passaram a prestar mais atenção às PPPs. O Ministro das Finanças e a CNDR emitiram diretrizes específicas em 2014 relacionadas a contratos de PPPs. Essas diretrizes foram projetadas para auxiliar os governos locais e atores privados a estabelecerem acordos de colaboração sólidos e eficientes, nos quais os riscos e as responsabilidades são compartilhados de maneira equilibrada (THIERIOT; DOMINGUEZ, 2015).

As PPPs tem sido uma abordagem valiosa para impulsionar o desenvolvimento de infraestrutura e serviços públicos na China, permitindo que o governo se associe ao setor privado para financiar e executar projetos importantes. Essa colaboração entre os setores público e privado tem o potencial de aumentar a eficiência, melhorar a qualidade dos serviços e acelerar a implementação de projetos que beneficiem a população (THIERIOT; DOMINGUEZ, 2015).

No geral, as PPPs na China representam uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios de desenvolvimento econômico e infraestrutura, ao mesmo tempo em que alinham as políticas do governo com as forças de mercado emergentes (THIERIOT; DOMINGUEZ, 2015). Desde 1990, um total de 1.337 projetos de PPP foram fechados financeiramente na China, com um investimento total de US\$ 130,985 milhões (presumivelmente em dólares americanos). Isso destaca a magnitude e o alcance das PPPs na China ao longo do tempo (BASIT, 2018).

Foram identificados diversos desafios na implementação das PPPs na China. Esses desafios se relacionam a várias áreas, como o ambiente político, legal e econômico. Eles incluem o sistema de investimento e financiamento, ambiente legal, credibilidade governamental, mudança de funções do governo, capacitação e prevenção da corrupção (BASIT, 2018).

A China utiliza o Exército de Libertação Popular (ELP) para apoiar o desenvolvimento de sua base industrial. Além disso, a mobilização da população e dos recursos chineses tem desempenhado um papel fundamental na estratégia de guerra das pessoas, conforme exposto nos estudos de Blasko (2004).

O ELP é o conjunto das forças armadas da República Popular da China, compreendendo o Exército Popular de Libertação, a Marinha do ELP, a Força Aérea do ELP e as Forças de Mísseis Estratégicos, entre outros componentes. O ELP tem um papel multifacetado, não apenas em questões de defesa, mas também em projetos de desenvolvimento e apoio à economia chinesa (BLASKO, 2004).

Na África do Sul, os estudos de Masamba (2021) indicam que a PPP envolve o governo sul-africano e o Consórcio Biovac, com o objetivo de estabelecer um centro de excelência na África para a pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas acessíveis e de alta qualidade para atender às necessidades não apenas da África, mas também do mundo em desenvolvimento.

De acordo com a Fiocruz (2024), o Consórcio BioVac, é uma colaboração entre Bio-Manguinhos (uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz no Brasil) e o setor privado. A Bio-Manguinhos é especializada na pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas, reagentes e biofármacos, sendo uma parte relevante do sistema de saúde brasileiro.

A finalidade principal do Consórcio BioVac é a produção de vacinas e outros biofármacos essenciais produção e distribuição de vacinas, transferência de tecnologia, desenvolvimento de novos produtos, acesso sustentável a medicamentos. Bem como a missão de produzir vacinas baratas e eficazes, garantindo que a África do Sul tenha a capacidade interna necessária para atender às demandas locais e regionais de vacinas. Isso inclui a resposta a surtos

regionais e doenças evitáveis por meio de vacinação na região da África Austral (Fiocruz, 2024).

Também desempenha um papel importante na importação, rotulagem, embalagem e distribuição de vacinas para o setor público sul-africano e para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC²), tornando-se o maior distribuidor de vacinas do país. Além disso, eles têm uma parceria estratégica de fabricação com os Laboratórios Pfizer, contribuindo para a resposta da África do Sul à Covid-19. Assim, é uma organização essencial na produção e distribuição de vacinas na África do Sul e na região da África Austral, desempenhando um papel crucial na proteção da saúde pública e no combate a doenças evitáveis por vacinação (MASAMBA, 2021).

Para Perci e Sobral (2007), os britânicos dispõem de uma iniciativa de PPP que eles denominam de *Private Finance Initiative* (PFI). O PFI britânico é um programa que tem como objetivo encorajar o financiamento privado para obras e serviços públicos, seguindo uma abordagem de parceria entre o governo e o setor privado. Tanto as PPPs brasileiras quanto o PFI britânico estão inseridos em contextos políticos específicos. No caso do PFI, ele faz parte da política conservadora de modernização da administração pública no Reino Unido, que visa reduzir os gastos públicos enquanto busca corrigir o envelhecimento das infraestruturas.

Para Pasin e Borges (2003), a Irlanda, assim como muitos outros países europeus, adotou o uso de PPP como uma abordagem para a realização de empreendimentos e investimentos prioritários. As justificativas para o uso das PPPs na Irlanda permitem que o setor privado compartilhe os riscos associados aos projetos com o setor público. Isso significa que, em vez de o governo assumir todos os riscos, o setor privado também tem um interesse direto no sucesso do projeto. Ao envolver o setor privado, os recursos financeiros necessários para os projetos não dependem exclusivamente do orçamento público. Isso pode acelerar a implementação dos projetos, já que o setor privado pode trazer financiamento adicional e expertise na gestão de projetos.

A presença do setor privado nas PPPs muitas vezes incentiva a introdução de inovações, modernizações e melhorias nos projetos. As empresas privadas têm interesse em maximizar a eficiência e a qualidade dos serviços para obter retornos financeiros satisfatórios. Ao permitir o acesso a recursos privados, os governos podem realizar um maior número de projetos do que seriam capazes de fazer apenas com financiamento público limitado.

² Sigla que representa o Brasil no Parlamento do Mercosul.

De acordo com o Tribunal de Contas Europeu (2018), na Grécia, ao selecionar opções de PPP, a principal consideração foi atrair financiamento do setor privado. Isso significa que o governo estava buscando parceiros privados para investir em projetos de infraestrutura pública, como estradas, hospitais ou escolas, em parceria com o governo. As preocupações sobre como esses projetos seriam tratados nas estatísticas públicas também foram importantes. Isso sugere que o governo estava atento a como esses projetos seriam registrados nas contas nacionais e como afetariam as métricas econômicas do país. Três concessões, no valor total de 6,7 bilhões de euros, foram auditadas. Inicialmente, essas concessões foram registradas como "elementos extrapatrimoniais", o que significa que não faziam parte dos ativos do governo. No entanto, elas foram posteriormente reclassificadas como "elementos patrimoniais" depois que as condições contratuais foram renegociadas e significativamente alteradas. Isso indica que, após as renegociações, essas concessões foram consideradas ativos do governo (TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, 2018).

A França tem a prática de inscrever sistematicamente as PPP no balanço das administrações públicas. Isso significa que os compromissos financeiros relacionados às PPPs são considerados como dívidas ou obrigações financeiras do governo e são registrados nos documentos financeiros oficiais. Segundo o Tribunal de Contas Europeu (2018), a França toma decisões sobre a escolha de PPP com base na otimização dos recursos. Isso sugere que a escolha de usar PPP em projetos específicos é feita com a intenção de garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. Para os quatro projetos auditados, este órgão supracitado realizou uma análise comparativa com outras opções de contratação pública. Isso implica que antes de optar por uma PPP, são consideradas outras alternativas, como contratos tradicionais de aquisição de serviços ou obras públicas, para determinar qual abordagem é a mais vantajosa em termos de custo e eficiência (TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, 2018).

Outro país que tem desenvolvido PPPs é a Coreia do Sul. A partir de 1994, foi promulgada no país a primeira Lei de Promoção do Investimento de Capital Privado, entretanto, devido a crise financeira e problemas com orçamentos limitados, o governo teve que fazer uma emenda geral, conhecida como Lei de Participação Privada em Infraestrutura. Essa lei facilitou os processos de parceria em 2005 e foram introduzidos procedimentos como o método de construção - transferência - concessão (BTL) e o método de construção - transferência - instalações (BTO) (LUZ, 2020).

Segundo Masiero (2002), a Coreia do Sul desenvolveu uma sociedade igualitária e tinha como objetivo incentivar, através do capital humano, o progresso industrial. Conforme o autor, os estudos nesse país, sempre foram prioridade, inclusive dentro das empresas tem escolas de

treinamento para os trabalhadores. Além disso, tem sido crescentes as matrículas nos cursos técnicos de 2 a 3 anos de duração. A expansão desses programas ao longo das últimas duas décadas reflete o esforço de capacitação técnica em resposta ao aumento da complexidade industrial e crescentes demandas das empresas. Assim, por meio de PPPs na área educacional, a Coreia estimulou a população a obter uma mão de obra qualificada e é um dos países com o melhor índices de desenvolvimento humano e a educação é referência em todo o mundo. O foco na educação básica, a valorização dos professores, das instituições de ensino e um projeto com visão de longo prazo foram os principais pilares para o país alcançar os resultados que tem hoje.

2.2 Casos nacionais de PPPs

Neste tópico será apresentado algumas experiências nacionais de PPP, o qual tem-se dois exemplos relevantes neste cenário: o primeiro na cidade de São Paulo, com projetos de infraestrutura e o segundo sobre o Estado do Pará, referente a temática voltada ao laboratório de Microbiologia e Genética de Plantas.

Em São Paulo, as PPPs podem ser consideradas uma alternativa viável. Ao envolver o setor privado, o Estado pode aproveitar os recursos, o conhecimento técnico e a experiência do setor privado na execução de projetos de infraestrutura. As PPPs podem permitir que o setor público alcance seus objetivos de desenvolvimento, mesmo com restrições orçamentárias, uma vez que os investimentos necessários são compartilhados com o setor privado (SILVA, 2022).

No entanto, é importante observar que as PPPs não são uma solução sem desafios. Elas envolvem negociações complexas, gerenciamento de riscos e a criação de contratos sólidos para garantir que os interesses públicos sejam atendidos e que não haja exploração indevida do setor privado. Além disso, a implementação bem-sucedida de PPPs requer um ambiente regulatório sólido, uma análise cuidadosa dos custos e benefícios e um monitoramento contínuo para garantir que os projetos sejam entregues conforme planejado (SILVA, 2022).

No contexto das PPPs em São Paulo, é importante observar que essas parcerias são uma ferramenta relevante para superar as limitações orçamentárias do Estado e promover investimentos em infraestrutura. No entanto, para uma avaliação completa, seria necessário examinar os resultados específicos das PPPs em São Paulo, bem como os impactos econômicos, sociais e fiscais desses projetos (SILVA, 2022).

Pode-se observar que o exemplo sobre São Paulo envolve projetos de PPP relacionado a infraestrutura e no que compete ao Pará, está embutido em ações de detrimento a área de genética que será melhor descrita abaixo.

O projeto de pesquisa com o título "Prospecção de microrganismos promotores de crescimento de *Schizolobium amazonicum*", popularmente conhecido como Paricá, uma espécie de planta. Foi aprovado em 2009 e teve uma duração de três anos. O financiamento da Fapespa foi fundamental para a criação e consolidação do laboratório de Microbiologia e Genética de Plantas, que provavelmente se tornou um centro de pesquisa importante na área (AGÊNCIA PARÁ, 2015).

Esses financiamentos e projetos são cruciais para a pesquisa científica e o avanço do conhecimento em diferentes áreas, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e tecnológico da região e do país como um todo (AGÊNCIA PARÁ, 2015).

“Muitos países adotaram programas de PPPs atraídos pela possibilidade de se diluir no tempo o montante de recursos necessários para viabilizar investimentos, permitindo a realização simultânea de um maior número de projetos” (BRITO; SILVEIRA, 2005, p.10). Portanto, pode-se afirmar que as PPPs são arranjos contratuais nos quais o setor público e o setor privado colaboram na provisão de bens e serviços públicos. Essas parcerias podem ser particularmente relevantes em situações em que o Estado enfrenta limitações orçamentárias para financiar projetos de infraestrutura, mas ainda assim deseja promover o desenvolvimento econômico e social (BLASKO, 2004).

De acordo com Franco (2007, p. 13):

[...] a provisão dos serviços públicos de infraestrutura foi diretamente afetada por essa tendência, por meio do processo de privatização e concessão dos serviços públicos, à medida em que algumas experiências objetivas mostraram que o modelo puro de privatização era problemático.

Um destes setores problemáticos eram o de utilidade pública, como exemplo, prisões, escolas, rodovias, dentre outros. Neste contexto de crise surgiram as parcerias do setor privado, diante de alternativas para que fosse viabilizado, tanto projetos de infraestrutura, quanto as provisões de serviços públicos.

Entendendo que o foco deste projeto de pesquisa é a realidade de uma universidade brasileira, a seção seguinte se dedica a abordar sobre as Universidades Públicas.

Outro exemplo prático de aplicação da PPP em universidades brasileiras é o caso da publicação referente as “Parcerias Público-Privadas na educação superior: um estudo de caso no estádio universitário Pedro Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul” dos autores Ferreira, Meyer e Gomes (2024), o qual expõe sobre a adoção de uma PPP para a gestão

do Estádio Universitário Pedro Pedrossian na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) pode trazer várias potencialidades e benefícios.

Assim, o estudo concluiu que houve ganho de eficiência na gestão e manutenção, por meio da entrada de um parceiro privado pode melhorar a eficiência operacional e a manutenção do estádio, garantindo um melhor uso dos recursos públicos; geração de receitas acessórias, através de transformar o espaço em uma arena multiuso permite a realização de diferentes eventos, não só esportivos, mas também culturais e comerciais, aumentando as receitas e a viabilidade financeira do estádio; a geração de externalidades positivas, pois a PPP pode estimular o surgimento de novas equipes esportivas na região, impulsionar a economia local através do turismo e comércio durante os eventos, revitalizar áreas verdes próximas e melhorar o tráfego e acessibilidade na região. E, investimentos na infraestrutura, apontando que eles são privados na infraestrutura do estádio não só valorizam o patrimônio público como também podem modernizar as instalações, melhorando a experiência dos espectadores e aumentando o atrativo do local para eventos de grande porte.

2.3 Universidades Públicas

As universidades estão fundamentadas no Decreto nº 5.773 de 2006 que visa efetivar as IES, por meio de sua organização e perspectivas acadêmicas. Encontram-se delimitadas em: faculdades, centros universitários e universidades (BRASIL, 2006).

As universidades possuem características próprias que estão atreladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seu objetivo principal é formar profissionais protegidos e preparados para atuar em diferentes setores da economia e da sociedade, bem como, produzir conhecimento e inovação em diversas áreas do saber, sendo um espaço de debate, reflexão e construção do conhecimento, o qual estudantes, professores e pesquisadores têm a oportunidade de trocar ideias e experiências e de contribuir para o desenvolvimento da ciência e da cultura.

São consideradas instituições que têm como base o caráter pluridisciplinar, o qual tem como proposta formar novos profissionais que estejam atrelados a:

- I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional;
- II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e
- III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Brasil, 2006, p. 1).

Silva (2001) afirma que o ingresso na universidade pública se dá para quem preenche seus requisitos, independente do fator socioeconômico:

A ideia de que a universidade pública destina-se aos carentes é equivocada ou demagógica. Ela destina-se a todos aqueles que cumprem os requisitos de ingresso. Ocorre que as universidades públicas mais conceituadas têm uma história caracterizada pela manutenção de um elevado padrão de ensino e de exigências, o que já está presente, pelo menos em parte, nos exames de ingresso. Essas exigências estão largamente distanciadas do preparo que o aluno do colégio público recebe. Juntando-se a isto o número cada vez mais elevado de postulantes, o resultado é o afinilamento que, na prática, se traduz nas diferenças sócio-econômicas. A universidade não resolve por si mesma e imediatamente as carências sociais, embora possa contribuir, na esfera que lhe é própria, para o encaminhamento de soluções. Está inscrita na própria ideia de autonomia universitária uma relação mediada com a sociedade (SILVA, 2001, p. 298).

Neste sentido, é importante salientar o estereótipo que se cria em torno desta instituição pública, pois o sentido da instituição pública é se fazer cumprir o direito de todos os cidadãos brasileiros do acesso à educação.

Com relação à estrutura universitária, Lopes e Bernardetes (2017) apresentam que a universidade pública pode ser considerada um fator de crescimento econômico e que integra a todos no cenário nacional, pois toda organização precisa construir a sua estrutura para melhor delineamento de metas e indicadores de desenvolvimento. Por isso, o consultor Rudolph Atcon (LOPES; BERNARDETES, 2017) sugeriu a implementação de uma nova perspectiva de estrutura organizacional e administrativa no âmbito das universidades, tendo como base o modelo empresarial, por meio do rendimento e eficiência.

No que tange o orçamentário, Martins, Fernandes e Brun (2019) apontam que as universidades públicas, por serem totalmente gratuitas, absorvem apenas 3,5% do orçamento global do que são arrecadados das IFES, fazendo com que a maior parte do recurso provenha de financiamento, que advém por meio do Fundo Público Federal, que dispõe de todos os recursos financeiros arrecadados pela população brasileira, por meio de impostos, taxas, tributos e outras contribuições. Assim, elas estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas da União (TCU).

A incerteza quanto à existência de recursos por parte do Ente Público é mitigada com a utilização de fundos específicos para cada área de projeto, conforme previsto na Lei 13.529/2017 (BRASIL, 2017), que autoriza a União a participar com até R\$ 180 milhões dos fundos no financiamento de projetos de concessão e PPP. Os fundos reduzem os riscos da PPP, pois criam um colchão de liquidez para arcar com desembolsos na fase de construção ou para

saldar dificuldades de caixa para remuneração do parceiro durante sua operação (BORGES; PASIN, 2003).

Ressalta-se que a universidade pública tem como papel social a promoção dos seus produtos e serviços, em forma de bem comum para a sociedade de forma geral, por meio de sua referência como instituição de caráter normativo e valorativo, fortalecendo os princípios sociais nos quais atua. Assim, a universidade, “além de refletir os conhecimentos e as relações sociais, também possibilita transformar as formas de ver, compreender e produzir para além do presente, com visões futuras, projetando novas ações” (MORÉS, 2017, p. 142).

2.3.1 Atividade Finalística da Universidade

As atividades finalísticas de uma instituição referem-se às principais funções e objetivos que a instituição busca alcançar em sua missão. No caso das universidades, essas atividades são essenciais para o cumprimento da sua missão educacional, de pesquisa, ensino e extensão. A partir de suas atividades, as universidades devem fornecer educação de qualidade, produzir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

O Ministério de Educação do Brasil define, para efeito de registros estatísticos, que as instituições de Ensino Superior estão classificadas da seguinte maneira: • Públicas (federais, estaduais e municipais); e Privadas (comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares). Tal definição está seguramente relacionada com as formas de financiamento com que cada um dos modelos procura sobreviver no cenário da educação superior (STALLIVIERI, 2020, p. 06).

A extensão universitária tornou-se o principal instrumento de interrelação da Universidade com a sociedade, de democratização do conhecimento acadêmico e de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades (MACEDO, 2019).

É muito comum que as universidades informem que sua base curricular contempla essas três especificidades do ensino superior, que tem por objetivo a produção científica de qualidade, formação de profissionais capacitados e contato direto com a população. O ensino é a parte da vida acadêmica com que as pessoas geralmente estão mais familiarizadas, ou seja, as aulas, monitorias, atividades em laboratório, etc.

O ensino é o meio dos estudantes construírem conhecimento dentro da sua área de estudos. É o ensino que fornece a base do conhecimento para que o estudante atue em

determinada profissão ou se aprofunde em certo campo do saber (MARTINS, 2022). O ensino composto pelas disciplinas é a base curricular a ser estudada.

A extensão universitária é um dos caminhos para desenvolver uma formação acadêmica completa, que integra teoria e prática numa comunicação com a sociedade e possibilita uma troca de saberes entre ambos. Por meio dessa ação acontece a socialização e construção de novos conhecimentos (MANCHUR; SURIANI; CUNHA, 2013, p 335).

A Extensão Universitária é uma das atribuições sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão, que sirva ainda para agregar valores aos saberes e fazeres populares e que valorize a igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

A pesquisa, criação de conhecimento novo, é a atividade que desfruta de maior prestígio no conjunto das atividades desenvolvidas pela universidade. Na inter relação destas diferentes funções é que subjaz o movimento criador da universidade, ao mesmo tempo o seu grande desafio (MARQUES, 2011).

A pesquisa é a parte da formação que diz respeito à materialização de conhecimento adquirido. A pesquisa acadêmica tem como objetivo relacionar aspectos objetivos e subjetivos, investigar fenômenos e traçar teorias com base na bibliografia da área. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) faz parte do pilar de pesquisa, por exemplo, ou seja, durante sua formação, em certos momentos e oportunidades, se dedicará a um objeto de estudo específico, pesquisando e, conseqüentemente, aprendendo e formando novos conhecimentos sobre o tema em questão. Portanto, a pesquisa vai além do TCC, está envolvido de projetos que estão atrelados ao tripé da universidade, conforme mencionado acima.

2.4 O papel das universidades no Desenvolvimento Regional

O papel das universidades é multifacetado e pode variar de acordo com sua missão e objetivos específicos. No entanto, de forma geral, as universidades têm como propósito fornecer ensino superior e pesquisa de alta qualidade, promover o avanço do conhecimento e das ciências, bem como, contribuir para o desenvolvimento social e econômico de suas comunidades.

Neste contexto, Nogueira (2013) aponta que no aspecto das Instituições de Educação Superior, em especial as universidades públicas, possuem um grande potencial no desenvolvimento científico e tecnológico no país, de caráter geral e de forma específica, no desenvolvimento regional.

Para Xavier *et al.* (2013, p. 1044):

O desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais, o que ocorre com o intuito de discutir questões que incluam alterações da composição da sociedade e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

A partir disto, observa-se que o desenvolvimento regional se refere ao processo de criação de condições para o crescimento econômico, social e ambiental de uma determinada região, de modo a melhorar a qualidade de vida da população que vive nela. Envolve a promoção de políticas públicas que incentivem a criação de empregos, o aumento da produtividade, a melhoria da infraestrutura, a atração de investimentos, o fortalecimento da educação e da capacitação profissional, dentre outras medidas.

Algumas das principais estratégias para o desenvolvimento regional incluem a criação de parques tecnológicos, a exploração de setores produtivos específicos, como o turismo e a agricultura, a oferta de incentivos fiscais e a criação de linhas de crédito para empresas locais. O desenvolvimento regional é uma área importante para o crescimento sustentável de um país, especialmente, em países em desenvolvimento, onde muitas vezes existem grandes disparidades desanimadoras entre as regiões.

Este desenvolvimento regional possibilita a formação de recursos humanos, geram conhecimento científico e tecnológico e promovem a inovação. Isto reside na ideia de Boisier (1996, p. 33), ao apontar que a “mudança social sustentada tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”.

Uma das formas pelas quais as universidades podem contribuir para o desenvolvimento regional é por meio da formação de profissionais qualificados e capacitados para atender às demandas locais. Isso pode ser feito por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, bem como, de programas de extensão universitária que visam a capacitação de profissionais já atuantes no mercado de trabalho.

Além disso, as universidades são responsáveis pela produção de conhecimento científico e tecnológico que pode ser aplicado na resolução de problemas regionais. Esse conhecimento pode ser gerado por meio de pesquisa acadêmica ou por meio de parcerias com empresas e organizações locais. Essas parcerias podem levar à criação de novas tecnologias e produtos que atendam às necessidades da região.

Para efetivamente enfrentar as novas regras da economia mundial, regras tais, apresentadas por meio das novas forças da concorrência, é sugerido neste trabalho a concretização de parcerias entre Estado, Universidades, Pesquisa e Empresas. Uma ação sistêmica desses agentes, unindo forças na direção da obtenção de inovações poderá contribuir na independência tecnológica e na ampliação da competitividade das empresas nacionais (DE'CARLI, 2005).

Nos países mais distantes da fronteira tecnológica são relevantes os processos de difusão, pois é por meio da absorção, da observação das melhores práticas e sua reprodução que estes países e suas organizações locais vão adquirindo aprendizagem e dando passos na trajetória acumulativa para aquisição de novos conhecimentos. Vão promovendo melhorias incrementais que permitem, de forma progressiva, adquirir capacidade de diferenciação, de inovação local e amadurecimento de competências essenciais, para que os países passem de um estágio de meros seguidores para o de inovadores (MENDES; BUAINAIN; 2013).

Além disso, promovem a inovação por meio da transferência de tecnologia para empresas e organizações locais. Isso pode ser feito por meio de incubadoras de empresas e centros de inovação, que incentivam a criação de novos negócios e ajudam a transformar ideias em produtos e serviços que possam ser comercializados. No caso dos ecossistemas de inovação é esperado que a produção de conhecimento leve a transformação em produtos e serviços com alto valor agregado. Para isso, é preciso que o ambiente seja propício. Um ambiente inovador tende a concentrar-se num espaço de proximidade, vinculado às universidades e aos centros de pesquisa, em geral, apoiados pelo setor público, pertencendo a um único setor ou a setores produtivos interligados. Os Centros de Inovação são ambientes criados para promover e dar suporte ao empreendedorismo inovador, ajudando a criar e expandir negócios inovadores (TEIXEIRA, 2021).

As incubadoras de empresas, antes de tudo, são organizações e, precisam ser administradas com um mínimo de planejamento, a fim de produzir resultados; porém, de modo diferente da maioria das organizações, essas incubadoras de empresas possuem clientes especiais, raros, e em estágio inicial de formação: os candidatos a empreendedores. O estágio na incubadora lhes será de vital importância, pois definirá se continuarão ou não a implementar suas ideias de negócios e se alcançarão o sucesso. O principal resultado de uma incubadora de empresas deve ser a formação de novos e preparados empreendedores que, por meio de suas empresas, gerarão riqueza, emprego e renda, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento econômico do Brasil (DORNELAS, 2001).

Pode-se observar que além da inovação, as universidades têm um papel importante na promoção da cultura e do desenvolvimento social da região em que estão inseridas. Isso pode ser feito por meio da oferta de atividades culturais, artísticas e esportivas, bem como, de programas de responsabilidade social que visem a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. Assim, contribuem no desenvolvimento regional, para a formação de recursos humanos protegidos, gerando conhecimento científico e tecnológico, promovendo a inovação e colaborando para a promoção da cultura e do desenvolvimento social da região em que estão localizadas.

Na acepção de Serra e Rolim (2013), as questões que envolvem as universidades como promotoras de desenvolvimento regional são consideradas estudos recentes. Esses autores apontam que essa nova acepção compete a características que estão embutidas no que eles denominam como: “terceira missão”, definida como aquela em que as universidades:

[...] tem sido reconhecida no âmbito acadêmico e das políticas públicas como uma ferramenta com grande potencial de contribuição ao desenvolvimento socioeconômico. Ela envolve um amplo espectro de ações, as quais estão relacionadas com a geração, uso, aplicação e exploração de conhecimentos e outras capacidades da universidade além do ambiente acadêmico (SERRA; ROLIM, 2013, p. 84).

No que compete os estudos de Hoff, San Martin e Sopena (2001), existem seis impactos que podem ser considerados diretos e indiretos na relação existente entre a sociedade e a universidade, para que esta última possa contribuir para o desenvolvimento regional e que contribuam de forma positiva para que isto ocorra, sendo eles, observados no quadro 1:

Quadro 1- 6 impactos pertinentes para o desenvolvimento regional das universidades

IMPACTOS	INFORMAÇÕES
1	Influencia a Demanda Agregada: Amplia ou cria demanda por meio de: investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos, serviços de conveniência (fotocópias, livrarias, papelarias, lanchonetes).
2	Influencia o Ambiente Cultural: Forma cidadãos; Dissemina novas ideias; Sensibiliza para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; Sensibiliza para ideias vinculadas ao desenvolvimento; Propicia contato com atividades culturais diversas.
3	Influencia o Ambiente Empresarial: Gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente; Inclusão de P&D nas organizações; Qualificação dos recursos humanos; Aumento da produtividade dos fatores de Produção; Formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais. Surgimento de novos empreendimentos; Surgimento de ambiente de inovação; Disponibilização de suporte científico e tecnológico.
4	Gera Empregos e Renda: Cria postos de trabalho diretos; Cria postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada); Distribui bolsas de estudo diretas; Viabiliza bolsas de estudo indiretas.
5	Dinamiza as Economias Regionais: Gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos. Colabora na potencialização de recursos locais; Colabora na melhor alocação das atividades produtivas no território; Colabora na qualificação das políticas públicas; Colabora no acesso a recursos externos à região; Propicia desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

6	Modifica a Infraestrutura Local: A ampliação de demanda pressiona a modificação da estrutura em Educação; Habitação; Transporte; Lazer; Comércio; Serviços públicos; Serviços de manutenção; Serviços de conveniência.
---	--

Fonte: Adaptado de Hoff, San Martin e Sopeña (2001).

Neste sentido, pode-se apontar que o debate em torno do desenvolvimento a universidade possibilita a presença de processos de acumulação de renda e de industrialização para uma certa localidade em que a instituição exista. Porém, os estudos de Siedenberg (2003) demonstram que o desenvolvimento contribui com uma dinâmica social, cultural, humana, política e em outros que perpetuam o desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Assim, o Quadro 2 representa algumas medidas significativas, quanto ao desenvolvimento regional.

Quadro 2 - Fases e conteúdo da dinâmica de desenvolvimento regional.

I. Coleta de dados, análise e diagnóstico: informação	Proporciona o conhecimento da capacidade de desenvolvimento e potencialidades, com os recursos disponíveis para tanto.
II. Definição de uma estratégia	Estabelecimento dos objetivos gerais. Decide-se onde e como se quer chegar.
III. Elaboração do plano de ação	Permite pré-avaliar os projetos separadamente, identificar sua estrutura e estudar sua viabilidade
IV. Seleção e gestão do projeto	Definem-se e selecionam-se os projetos de desenvolvimento
V. Implementação	As ideias se convertem em ações práticas
VI. Avaliação	Reflexão avaliativa dos impactos das ações

Fonte: Xavier *et al.* (2013).

Como afirma Paiva (2005, p. 2), “entendemos por ‘desenvolvimento’ a ampliação sustentável (nos planos econômico, social e ambiental) da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade”. Assim, o desenvolvimento perpassa a concepção de Sen (2010), ao apontar que se faz pertinente demonstrar a liberdade das pessoas no que tange o crescimento da melhora em si e que irá contribuir com a comunidade em que ele vive.

Em geral, o desenvolvimento pode ser visto como um processo contínuo e em constante evolução em direção a um objetivo específico. É importante ter em mente que o desenvolvimento pode ser influenciado por uma variedade de fatores, incluindo a educação, a cultura, o meio ambiente e as circunstâncias pessoais.

Além do mais, o desenvolvimento regional no âmbito da universidade tem como proposta o desenvolvimento sustentável. Este aborda a busca de conciliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, de forma a garantir a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que visa atender às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades.

Também considera a interdependência entre os aspectos psicológicos, sociais e ambientais do desenvolvimento e busca soluções que integrem esses aspectos de forma equilibrada. Isso implica em promover o crescimento econômico de forma responsável, com a redução dos impactos ambientais e a promoção da justiça social.

O conceito de desenvolvimento sustentável [...]. É um enfoque de desenvolvimento socioeconômico orientado para: a satisfação de necessidades básicas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processos de mudança; oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações mais específicas (CHAVES; RODRIGUES, 2006. p. 100).

Além disso, requer a adoção de políticas e práticas que assegurem o uso dos recursos naturais de forma responsável e a proteção do meio ambiente. Desta forma, é necessário promover a equidade social, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento e um padrão de vida digno.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário o envolvimento de todos os setores da sociedade, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos. É preciso adotar uma abordagem integrada, com ações coordenadas e cooperativas, visando um futuro sustentável para todos e as universidades podem ajudar nesse propósito.

2.5 Parceria público-privadas no Brasil

As PPPs são definidas como uma forma de contratação de serviços públicos em que o ente privado é remunerado parcial ou integralmente pelo ente público. Desse modo, os contratos devem ter um prazo de duração adequado, de maneira que possibilite ao particular recuperar seu investimento inicial e realizar novos investimentos em materiais, equipamentos e tecnologias. Esse contrato pode ser de infraestruturas e mesmo de serviços públicos, onde a Empresa Privada é a responsável técnica tanto pelo projeto, pelo financiamento, e pela construção, no caso de obras (BRITO; SILVEIRA, 2005; JUSTEN FILHO, 2016).

Além do mais, são vistas como arranjos nos quais o governo trabalha em conjunto com empresas privadas para financiar, projetar, implementar e operar projetos de infraestrutura e serviços públicos (CASADY *et al.*, 2018).

Somente após o final deste contrato é que este bem ou serviço é transferido à Instituição Pública. O retorno financeiro nas PPPs pode acontecer mediante uma complementação da receita por esta instituição, para viabilizar o empreendimento, ou quando a administração é a usuária, direta ou indireta, o poder público torna-se responsável pela contraprestação pecuniária (BRITO; SILVEIRA, 2005).

Os projetos de PPPs, na visão de Kivleniece e Quelin (2012), são firmados como relações contratuais colaborativas e de longo prazo. Nesse caso, o poder público se apoia nos recursos e competências de parceiros privados para a provisão direta de bens ou serviços públicos, sendo que os riscos, os custos e os recursos são divididos entre os entes que estabelecem essa parceria.

Importa salientar que as PPPs não devem ser confundidas com um processo de privatização do serviço público, apesar de também ser uma proposta dos processos de reforma e modernização do Estado, sendo que as privatizações demandam a alienação dos ativos públicos ao setor privado, enquanto nas PPPs ocorre o inverso: ao final do contrato, a infraestrutura executada é entregue ao setor público (Brito; Silveira, 2005). Assim, “o uso da PPP deve ser motivado por razões de eficiência na prestação do serviço e no uso dos recursos públicos, e não pela aparente solução do problema do financiamento” (BRITO; SILVEIRA, 2005, p. 9).

Nas décadas de oitenta e noventa, com a crise financeira brasileira, as PPPs surgiram como uma possibilidade de realizar obras de infraestrutura e serviços públicos, através dos investimentos da iniciativa privada, o parceiro ganhador do ato licitatório seria o responsável pela elaboração do projeto, do financiamento, da construção e responsável financeiro pelos ativos. Além disso, se tornou responsável ainda pelo repasse dos investimentos no momento da restituição a Instituição Pública (BRITO; SILVEIRA, 2005).

Dessa forma, com as limitações de financiamento do Estado de forma mais incisiva, no governo Collor (nos anos de 1990 a 1992), foi adotado um amplo programa de desestatização visando à redução do Estado (Ferreira; Malliagros, 2010), surgindo o Programa Nacional de Desestatização (PND), que advém da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 (Brasil, 1997), que tinha como objetivo a privatização das empresas estatais, caracterizado pelo desenvolvimento e o processo de privatização nacional e os principais aspectos da precificação das Estatais, produzindo um grande aporte financeiro ao Governo Brasileiro.

Durante o período de 1990-2015, foram realizadas 99 desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros (BNDES, 2023).

Esses serviços eram vistos com enorme potencial de lucratividade, uma vez que a empresa privada, além de não receber qualquer suporte financeiro do Poder Público, ainda lhe pagava um valor de outorga estabelecido na licitação, remunerando-se integralmente com as tarifas pagas pelos usuários ao longo do prazo de vigência da concessão ou permissão (ARAGÃO, 2005).

Em 19 de agosto de 2001, técnicos do Ministério do Planejamento reuniram-se para discutir o assunto das PPPs que, até aquela data, era formalmente desconhecido do Governo brasileiro. Em 11 de novembro de 2003, foi elaborado o Projeto de Lei Federal de Parceria Público-Privada, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), entregue pelo ministro do planejamento da época (Guido Mantega) ao então presidente da Câmara dos Deputados (João Paulo Cunha), depois de ter passado por consulta pública e ter recebido diversas contribuições de entidades da sociedade civil, do Conselho de Desenvolvimento Social e de organizações não-governamental (SHINORAHA; SAVOIA, 2008).

Esta Lei nº 11.079/2004 determina que deve haver um estudo técnico preliminar, que ateste a necessidade de realização de ato licitatório, com documentos que comprovem tal escolha (BRASIL, 2004). Assim, as parcerias público-privadas podem ser entendidas como aquelas que ajustam a parceria e o firmamento da administração pública com a iniciativa privada angariando a implantação e implementação dos empreendimentos que podem estar ligados de maneira direta ou indiretamente, diante da coletividade, embutido por meio da estruturação da iniciativa privada. A parceria pode ser tanto de financiamento, como de execução, conservação e operação. Deve ser assegurado que todas as condições foram expostas nas condições dos parceiros. Além disso, deve estar explícito os possíveis ajustes e os riscos que podem ocorrer para ambas as partes.

As questões relacionadas a relação público e privado são ligadas por meio da terminologia “parceria”. Esta terminologia encontra-se embutida de forma ampla, já que visa o aspecto da Administração Pública, bem como, as situações particulares, com a meta de viabilizar a proposta da política pública. Além do mais, a parceria demonstra-se ligada a disponibilização da contratação da Administração Pública e seus particulares por meio do provimento que seja remunerado pelo viés de utilidades públicas (BOGOSSIAN, 2022).

De acordo com Bogossian (2022), as PPPs demonstram significativas diferenças quando competem a relação público-privada. Uma dessas diferenças está relacionada ao fortalecimento

das ações que estão ligadas ao vínculo de contrato em que grande parte é visualizada por meio do Poder Público. Sendo assim, com este cenário, o fortalecimento diante dos particulares se torna mais efetivo quanto as PPPs.

Assim, a função da esfera privada consiste, portanto, na estruturação e no financiamento da questão pública, mas o setor privado disponibiliza decisões de contrato, sejam esses de execução, conservação e operação.

Para Sundfeld (2005), o entendimento que se tem diante da forma como é estabelecida a parceria encontra-se ligado a perspectiva de sentido estrito, como também no estabelecimento de vínculos negociáveis adotados de duas maneiras: uma por meio de concessão patrocinada e a outra administrativa.

Cutrim, Tristão J. e Tristão V. (2017) demonstram que dentro da esfera de uma contratação na modalidade especial é compartilhada a forma de riscos para ambas as partes para que oficialize a execução de projetos, como também a prestação de serviços. Assim, para Brito e Silveira (2005, p. 13), o contrato deve ser “suficientemente longo para que o setor privado tenha o incentivo de investir em material, equipamentos e tecnologia, além de adotar uma gestão de serviços que otimize os custos ao longo da vida útil do projeto”.

No que tange ao objeto público, observa-se que as PPPs têm a implementação de atividades ou mesmo infraestrutura que possuem uma responsabilidade duradoura, por meio de um período longo que a demonstra caracterizada. Isto implica em afirmar que as PPPs irão determinar a forma de prestação das atividades, pois a lei estipula como proibição, a prestação de serviços por meio de um objeto único. Além disso, requer que sejam fornecidos e instalados os equipamentos ou mesmo a implementação de obras públicas (BOGOSSIAN, 2022).

Pode-se afirmar, de maneira geral, que o Poder Público é o principal responsável pela remuneração de um acordo realizado por meio dessa parceria. Isto não é uma obrigatoriedade para que o Estado seja compreendido como aquele que vai remunerar a atividade prestada, mas também se torna importante determinar que o parceiro privado promova a responsabilidade diante da concepção, execução e a viabilização do empreendimento com a parceria estabelecida, diante do prazo.

Nos estudos de Pereira e Ferreira (2008), observa-se que as PPPs devem ser consideradas contratos muito bem definidos que exponham às partes sobre as sistematizações logística de seus pagamentos, dos quais o setor público deverá, em contrapartida ao setor privado, estabelecer em grande parte serviços que são ofertados pelo primeiro. Esta sistematização, portanto, torna-se relevante, haja vista que, por exemplo, o retorno social pode

repercutir em um s mais alto que os retornos privados, portanto, para que haja o equilíbrio das ações desta parceria, o primeiro deverá ser superior.

Os autores supracitados complementam ainda que: “o compromisso com estes sistemáticos pagamentos busca reduzir os custos de oportunidade de investimentos que, de outra maneira, não seriam realizados privadamente devido aos seus reduzidos retornos líquidos esperados” (Pereira; Ferreira, 2008, p. 208). Esta afirmação, portanto, demonstra que no cenário da economia nacional, apesar de haver ainda a percepção de que esta parceria não é altamente viável para o setor público, principalmente, no estabelecimento das PPPs, a prática aponta para o sucesso de muitas parcerias e que contribuem para grandes investimentos que indicam, principalmente, oferta de infraestrutura, sendo um dos mecanismos mais altos das PPPs tanto na esfera do governo central quanto estadual, devido uma alta constante de oferta de infraestrutura em âmbito nacional (PEREIRA; FERREIRA, 2008).

Barbosa e Malik (2015, p. 1145) afirmam que:

Entre as premissas importantes que a caracterizam [PPPs] estão a utilização de referenciais técnicos de mensuração de necessidades; a contratação por longos períodos e a instituição de mecanismos de garantia financeira que tragam estabilidade à relação contratual. Entre as diretrizes principais que regem o modelo, estabelecidas no art. 4º da lei, estão o compartilhamento de riscos e benefícios, o respeito aos interesses de usuários, a sustentabilidade fiscal, a indelegabilidade das funções primárias de Estado e a transparência de procedimentos e decisões.

Assim, as PPPs têm a característica de viabilizar para as Instituições públicas algo que advém do controle financeiro do Estado e transferir para o setor privado, através dos aspectos legais, sem interferir nas garantias e princípios da administração pública, ocupando um papel de facilitador para o Poder Público, tornando-se uma alternativa viável e benéfica para solucionar os problemas que o contrato administrativo tem quanto à concessão e a execução de serviços públicos. Nesses casos, a Organização Privada recebe uma contraprestação da Administração Pública.

A adoção de PPPs gera vários benefícios. Conforme Chaves (2005, p. 21), alguns deles são:

[...] aumento do volume de serviços remunerados, por meio de assessorias e consultorias a empresas privadas; cursos de pós-graduação lato sensu; cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento; cursos livres de línguas estrangeiras; oferta de cursos de graduação, por contratos firmados com prefeituras e governo dos estados; processos seletivos e/ou concursos, para órgãos/instituições governamentais e/ou empresas privadas; produção/realização de projetos/programas, na área de Ciência & Tecnologia, voltados para a iniciativa privada; exames ambulatoriais de animais, realizados por meio de contratos firmados com estabelecimentos públicos e privados; análises de combustíveis; medições de intensidade de campo elétrico; instalação de

antenas coletivas; manutenção, aferição e instalação de instrumentos de rádio comunicação; medições de interferência eletromagnética; desenvolvimento de programas computacionais, medição da qualidade do solo e da água através de parcerias com estabelecimentos públicos e ou privados dentre outros.

Na perspectiva de Silveira e Meyer (2019), dentre os benefícios observados pelas PPPs está o aporte financeiro que podem acrescentar a projetos de pesquisa científica ou mesmo à gestão. Para os autores, devido às restrições orçamentárias governamentais nas Instituições de Ensino Públicas, esta nova vértice de captar investimentos seria uma opção vantajosa em busca de soluções e a manutenção das atividades acadêmicas e da gestão, tanto para o setor público, quanto privado.

Nessa direção, Merna e Smith (1994 apud BRITO; SILVEIRA, 2005, p.10) afirmam que uma das vantagens de se instituir uma parceria que inclua o aporte de capital privado é a possibilidade de antecipar um benefício econômico e social que só seria possível no longo prazo.

Nesse sentido, Thamer e Lazzarin (2015) descrevem as vantagens que demandam cuidado sobre as PPPs, sendo elas: eficiência e menor custo e escassez de recursos e atração de investimentos privados (CHONG *et al.*, 2006; HART, 2003). Pohlmann (2022) aponta críticas estabelecendo os prós e contras da consecução das PPPs, sendo demonstrado o cuidado que se deve ter diante da forma de parceria estabelecida, haja vista que muitas vezes não há uma prestação de serviços de maneira efetiva para a sociedade. Segundo Pereira e Ferreira (2008), é necessário não apenas olhar para a perspectiva econômica, mas sim, para a forma igualitária e confiável para que os serviços públicos sejam utilizados pela sociedade.

Assim, como desvantagem, observa-se a complexidade dos arranjos, sendo eles embutidos na modalidade do desenvolvimento dos modelos e contratos com encerramento de ciclo prematuro e evitar contratos incompletos e que não possibilitem margem de interpretação diante da qualidade dos serviços prestados (FERNANDEZ *et al.*, 2019).

A implantação de PPPs pode ser muito trabalhosa para ambas as partes envolvidas. Nesse contexto, Barbosa e Malik (2015) destacam que os processos administrativos dos estudos e implantação de uma PPP, devem ser divididos por estágios, desta forma: grupo I - unidades contratadas e implantadas ou em implantação; grupo II - unidades em consulta pública; grupo III - unidades em fase licitatória; e grupo IV - unidades e projetos suspensos por restrições técnicas ou jurídicas, o que facilitaria muito os trâmites dos processos, inclusive, dentro de uma Universidade que possui uma estrutura complexa. Isto porque na visão destes autores, o grande entrave são as respostas técnicas que muitas vezes demoram demais por não se ter o

conhecimento teórico ou mesmo prático de como se deve proceder em cada processo para realização de uma parceria.

Raisbeck, Duffield e Xu (2010) concluíram que as PPPs fornecem desempenho superior nas dimensões de custo e tempo e que a vantagem da PPP aumenta (em termos absolutos) com o tamanho e a complexidade dos projetos. Isto quando comparado ao uso de métodos tradicionais de aquisição e de PPP, as PPPs demonstraram eficiência de custo superior à aquisição tradicional.

A seção a seguir, apresenta aspectos das universidades públicas, bem como uma revisão narrativa sobre PPP em Universidades Públicas.

2.6 Parceria Público Privada em Universidades Públicas

Compete ao Estado investir em inovação, por meio de financiamentos e incentivos fiscais às universidades, possibilitando que essas instituições realizem pesquisas científicas e desenvolvam conhecimentos, que são compartilhados com as empresas e resultam em produtos e serviços gerados por este processo. O papel atuante das universidades junto ao governo e empresas pode contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social (EBERHART; PASCUCI, 2014).

Estudando sobre PPPs em Universidades, Chaves (2005) destaca que as prestações de serviços nas universidades públicas federais se apresentavam como parte integrante das atividades de extensão, sendo está uma forma encontrada para integrar a sociedade e a universidade, tendo por intuito difundir os conhecimentos obtidos na produção acadêmica da instituição. Com isso, havia uma possibilidade de desenvolvimento local e regional, buscando amenizar os problemas locais da região inserida.

Diante do exposto, observa-se vantagens que o estabelecimento de PPPs pode trazer aos órgãos públicos, em especial as universidades, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Estado não se configura mais como a figura unilateral da promoção da educação, e sim começa a se redefinir papéis. No Japão e nos países conhecidos como tigres asiáticos, os investimentos em educação e no próprio treinamento em mão de obra, surgiram de esforços conjuntos do Estado e da iniciativa privada. Os regimes de parcerias (Estado-Iniciativa privada) têm apresentado resultados surpreendentes na qualificação da mão de obra (DE'CARLI, 2005).

Nos estudos de Ferreira (2010), observa-se uma discussão em torno da abordagem referente à parceria público e privada nas Universidades Públicas, o qual demonstra-se a

legislação sobre isto, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Aponta-se que esta parceria compete a um contrato administrativo de concessão, patrocinada ou administrativa. Na primeira tipologia é visualizado um adicional de tarifa cobrada em torno da contraprestação pecuniária, enquanto na segunda é evidenciada por meio de contrato de prestação de serviços de forma direta e indireta, embutidas na execução de obra e instalação de bens como fornecimento.

A autora supracitada também expõe no universo dessa parceria nas Universidades Federais, as Fundações de Apoio privadas (FAP) que acabam por gerenciar os recursos ligados à instituição que apoia esta forma de relação. Utiliza como modelo para visualização melhor da aplicabilidade da legislação, a UFPA e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), no período compreendido de 2004 a 2008, por meio de uma análise de documentos institucionais, principalmente, relatórios de prestação de contas. O interessante também é pontuar que a empresa privada Fundação de amparo à Pesquisa inicia o credenciamento junto às universidades federais que começam a fazer os mesmos procedimentos que a UFPA.

Pode-se afirmar que das 55 universidades públicas federais do Brasil, apenas cinco não dispõem de FAP credenciada e as demais, um total de 85 FAP gerenciam seus próprios recursos. Na parceria entre a UFPA e a FADESP, o gerenciamento dos recursos públicos se dá por meio de relatórios de prestação de contas apresentados ao conselho superior de maneira pública, concretizado em 2004 pelo Decreto 5.204; a prestação de contas anual é absorvida devido ao regimento da UFPA e do marco regulatório FAP; não existe uma padronização dos relatórios de atividades organizados a cada ano, o que prejudica a comunicação e compreensão dos conselheiros da UFPA (FERREIRA, 2010).

No período estudado na pesquisa de Ferreira (2010), isto é, 2004 e 2008, houve um crescimento dos recursos gerenciados, chegando a 532,1% no ano de 2008. 94% dos recursos captados pela UFPA estavam, no momento da pesquisa, ligados a atividades de professores e pesquisadores. A FAP gerencia estes recursos e intermedia os processos administrativos-financeiros; o apoio da FAP à UFPA se dá por meio de criação de Programa de Apoio (PROAP), ocasionando com que em 2008, ultrapassasse um milhão de reais.

Abdalla, Calvosa e Batista (2013) também realizaram uma pesquisa, na qual observa-se uma análise em prol da parceria privada nas universidades, principalmente, nos processos que visam o desenvolvimento socioeconômico do cenário nacional e da América Latina, que eram apenas fomentados pelo Estado. Sendo assim, a PPP foi de fundamental relevância no contexto universitário.

Nesse sentido, Etzkowitz e Zhou (2017) comentam sobre a Hélice Tríplice, que se tornou um modelo reconhecido internacionalmente, que está no âmago da disciplina emergente

de estudos de inovação e um guia de políticas e práticas nos âmbitos local, regional, nacional e multinacional. As interações Universidade-indústria-governo, formam uma “hélice tríplice” de inovação e empreendedorismo, são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento.

As universidades seriam o centro da produção de inovação em si, tanto pela formação de profissionais de alto nível quanto pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. As Instituições privadas seriam as responsáveis pelo fomento, a partir de suas demandas práticas; e o governo é o facilitador, seja por meio de programas de incentivo à pesquisa, seja reduzindo as burocracias necessárias para desenvolver e implementar as inovações.

Com relação ao modelo “hélice tríplice” observa-se como uma grande iniciativa que promove o desenvolvimento social no aspecto das universidades, porém, mesmo assim, com tantas iniciativas do estado e informação sobre este modelo, ainda é pouco utilizado no Brasil e na América Latina. Os autores demonstram que se este modelo ocorresse de maneira significativa no mercado nacional, auxiliaria na proposta de demonstrar que as universidades e não os governos, repensassem suas políticas públicas educacionais, como também o desenvolvimento da participação das universidades (ABDALLA; CALVOSA; BATISTA, 2020).

Por fim, Abdalla, Calvosa e Batista (2020) constataram que a implementação da “hélice tríplice” como modelo no Brasil será relevante no contexto das universidades, haja vista que assim as empresas de iniciativa privada seriam as beneficiadoras das pesquisas, o que acarretaria desenvolvimento econômico, bem como, a contribuição de infraestrutura de laboratórios, fomento de recursos e outras que iriam contribuir com que a universidade promovesse produtos e serviços à sociedade, fruto desta parceria.

Ferraz e Eler (2010) demonstraram aspectos constitutivos sobre melhoramento genético animal que é um tipo de pesquisa desenvolvido por universidades, enquanto instituições públicas que desenvolvem pesquisa no Brasil. Sendo assim, grande parte destas questões ligadas ao melhoramento, tais como: rebanhos de exploração zootécnica, competem à iniciativa privada. Por isso, este tipo de pesquisa foi incluído em PPP e trouxe resultados positivos, principalmente relacionado ao Grupo de Melhoramento Animal e Biotecnologia da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo.

Os autores também relatam que se esta parceria não for possível no âmbito das PPPs, torna-se necessário que a instituição faça parceria e acordos de cooperação com parceiros privados. No caso específico do melhoramento genético de animais, observa-se que as instituições públicas não possuem banco de dados, fazendo com que os trabalhos sejam

aplicados em criadores. Sendo assim, os autores afirmam que a PPP por meio da FAPESP e o CNPq, promove benefícios tanto no aspecto da produção científica, quanto em formação de recursos humanos e em extensão de serviços à comunidade.

Assim, pelo viés público, tem-se como ponto positivo desta iniciativa a melhoria do ensino de qualidade na universidade, evidenciando conhecimentos de forma mais prática aos docentes e discentes. Com relação ao viés privado, os retornos financeiros são fundamentais, haja vista que promovem o desenvolvimento econômico. Portanto, os autores concluem que ambos os lados ganham com essa parceria.

Inocêncio (2017) realizou uma abordagem qualitativa, com aspectos descritivos e exploratórios, por meio de um arcabouço jurídico federal, diante das relações entre duas instituições, sendo uma pública - IFES e privada - FAP, no sentido de buscar formas que gerenciam as normativas desta parceria baseadas a partir da Lei 13.019/2014. Nesse estudo, foi possível verificar a aplicabilidade técnica diante do grupo focal em que foi realizada por todos os envolvidos no processo de parceria, desde a etapa de planejamento até o controle. Uma das maneiras pontuadas por meio de normativos federais está relacionada com a *accountability* dos projetos citados pela autora no estudo (INOCÊNCIO, 2017).

Por fim, a pesquisa empírica da autora demonstra, a partir da experiência, que as normativas federais que estão ligadas às IFES e FAP são fundamentais e por isto devem ser muito bem alinhadas para que não ocorram falhas no processo da parceria e dos instrumentos de planejamento ao qual pretende-se executar. Assim como, a falta de detalhamento relacionado ao nível operacional representa um dos principais aspectos na inadequação de normas federais (INOCÊNCIO, 2017).

Na região Sul do Brasil, Vidal (2006) realizou pesquisa intitulada “Propriedade intelectual na Universidade - gestão e PPP: o caso da UFSC”, que tem como proposta estabelecer o fator motivacional e de interesse na análise da proteção e exploração econômica da propriedade intelectual em IFES e institutos de pesquisa por meio das relações estabelecidas entre o setor produtivo e de governo. Para melhor adentrar na temática, utilizou-se como *locus* de pesquisa a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), compreendendo a sua realidade e bem como as políticas institucionais que estão ligadas ao tema, por meio dos resultados gerados diante da propriedade intelectual.

O estudo em questão constatou que houve não apenas um diagnóstico relacionado aos recursos humanos como financeiros, mas também o envolvimento das atividades acadêmicas com a temática da propriedade intelectual. Por isso, o autor sugere, para o futuro, a continuidade

do trabalho já iniciado e no segundo momento que haja uma triagem sobre a percepção da propriedade intelectual produzida no âmbito desses espaços.

Já na região norte, Oliveira (2010) desenvolveu pesquisa com o objetivo de compreensão da PPP entre o Campus Universitário de Marabá da UFPA e a Companhia Vale, por meio dos reflexos que poderão ocorrer na vida acadêmica, em particular no local de estudo. Sendo assim, a pesquisa possibilitou a construção de diálogos com diversas fontes de informação, tais quais: bibliográficas e documentais, além da utilização dos recursos de coleta de dados, tais como: entrevistas, questionários e formulários. Portanto, foi garantido que ocorre uma fragilidade diante da participação do docente na construção de diálogos referentes às políticas que possam demonstrar que a instituição é um espaço democrático. Já as fontes bibliográficas puderam demonstrar que a universidade não se consolida sozinha, mas sim, com parcerias em prol de um trabalho coletivo e estabelecendo PPPs.

Neste ínterim, o autor concluiu que a falta de autonomia e a construção da universidade produtiva do Campus de Marabá tem como dificuldade a falta de participação de envolvidos nesta instituição, contribuindo para que não se discuta que rumos a universidade deve seguir, principalmente quanto a parceria pública e privada.

Martins (2022) visou evidenciar sobre as PPPs da UFTM. Na primeira parte da pesquisa foi mencionado o acordo do PD&I, juntamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Observou-se que há uma dificuldade de conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa, por meio de questionário referente aos estímulos da interação da universidade-empresa, quanto ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, representando uma parcela considerável diante das empresas, com até 26,5% que desconhecem os estímulos de uma parceria. Essa percepção ainda é menor quando se compete a Política de Inovação da UFTM e suas atribuições ao Núcleo de Inovação Tecnológica.

Os resultados ainda mostraram que 55,9% das empresas que participaram da pesquisa revelaram que possuem interesse em desenvolver projetos de PD&I com as universidades. Os fatores que dificultam este cenário de parcerias estão ligados aos aspectos do pouco conhecimento sobre os procedimentos e excesso de burocracia.

Martins (2022) propôs uma Rotina Operacional Padrão com fluxograma do processo para o instrumento jurídico Acordo de Parceria para PD&I, visando sistematizar melhor a PPP. Por fim, a pesquisa propôs estabelecer o incentivo da parceria universidade-empresa, o qual a proposta é divulgar informações que estimulem esta parceria, visando que todos tenham os conhecimentos necessários para efetuar-la, assim como, a desburocratização dos procedimentos.

Mancebo (2004) produziu pesquisa que visa demonstrar, na atualidade, como se encontra a reforma universitária e como ela vem demonstrando uma agenda governamental. Foi constatado por meio de análise, os processos que remetem à privatização relacionados ao sistema de ensino superior, causando aspectos de empobrecimento das missões da universidade e a mercantilização da produção do conhecimento. Conclui-se que para conquistar uma instituição autônoma e crítica por meio de parcerias entre universidades públicas com iniciativas, torna-se relevante estabelecer um processamento crítico, analítico, sistematização e integração por meio da ciência e da cultura que são produzidas nestes espaços e precisam ser fomentados.

Valdo, Melim e Teixeira (2021) realizaram a pesquisa que tem como proposta demonstrar as novas maneiras de regulamentações que estão ligadas a gestão da educação superior pública e seu aparato diante da ciência, tecnologia e inovação. Os resultados apontaram que as normas e legislações acabam por afetar as instituições federais nacionais atualmente e que as parcerias público-privadas contribuem para o novo caminho da Ciência, Tecnologia e Inovação que promovem o processo de privatização da política educacional superior.

Já os estudos de Silva Júnior e Sguissardi (2005) tem como meta estabelecer e compreender uma reforma na educação superior, por meio de um processo político que se ajuste de maneira institucional, mediante o Estado moderno, diante das suas atividades em promover a cultura e o pacto social. A pesquisa buscou investigar por meio da Lei de Inovação Tecnológica, o Programa Universidade para Todos por meio de parceria público-privada e teve como resultados a reflexão de que essa parceria precisa ser mais bem informada.

Nos estudos de Chaves (2015), vislumbra-se a PPP no sentido de financiamento relacionado à expansão do Ensino Superior. Esse financiamento da educação superior pública possibilitou ajustes fiscais que já haviam sido implementados desde 1990. A obra teve como proposta refletir sobre o financiamento da educação superior pública no Brasil por meio da expansão da PPP e do PROUNI e FIES. Sendo assim, o orçamento da União demonstrou que uma política de ajuste fiscal estipulada pelo governo atingiu de maneira direta as universidades públicas. Por fim, aponta-se que o aumento de recursos se faz necessário para a melhoria da educação pública do país.

A dissertação de Sabiá (2007) demonstra sobre a política de cooperação entre a universidade e a empresa por meio da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que contrapõe tanto os interesses do setor privado como da universidade. Assim, a proposta foi apontar fatores que pudessem demonstrar as políticas públicas de incentivo, diante dos aspectos constitutivos de cooperação e análise.

Os resultados do autor supracitado apontaram que a regulamentação das políticas da universidade com as empresas não é de forma explícita, o que demonstra ações de efetividade sobre o gerenciamento dos recursos obtidos diante dos convênios que estão envoltos nas fundações de apoio, sem uma totalidade de prestação de contas. O autor ainda parte da hipótese de que a falta de uma política mais clara sobre as relações que estão na universidade reflete o favorecimento dos interesses privados.

Santos (2012) também produziu pesquisa nessa temática, o qual possui como titulação: "*As relações entre o público e o privado no processo de expansão do ensino superior no Brasil: democratização ou mercantilização?*" Esta publicação aponta para a expansão do ensino superior brasileiro, a qual investiga os setores públicos e privados diante desta relação por meio de três aspectos: filantropização, democratização e a mercantilização. Para chegar a esta constatação, o autor se adentrou em dados secundários dos órgãos governamentais: INEP, SISPROUNI, INEP, PNUD e IBGE que apontaram em suas estatísticas a relação que as instituições públicas possuem com as instituições privadas, como exemplo: a ABMES e o Tribunal de Contas da União. Os resultados constataram que essa expansão se dá por meio da articulação dos setores público estatal com o privado, normalmente sem e com fins lucrativos, tendo maior incidência com fins lucrativos.

A dissertação de Siqueira (2016) sobre a "*Análise dos resultados da parceria público-privada entre a UEA e a Samsung Ocean Center*" demonstrou que a atuação do setor privado em espaços públicos é visualizada como essenciais. As PPPs no âmbito da educação brasileira, em especial na universidade, foram fundamentais para a implementação das políticas públicas que garantam uma educação de qualidade, tendo em vista que o Estado por si só não é capaz de realizar de maneira adequada as transformações evidenciadas diante da década de 90.

Assim, a dissertação apontou para os impactos que foram decorrentes da PPP na relação UEA e a *Samsung Ocean Center*. O autor demonstrou que na educação esta relação vem ganhando destaque lançando inovações diante do mundo todo. Além disso, os projetos nos quais são estabelecidas essas relações vêm angariando destaque para o aprimoramento destes serviços em prol da melhoria da qualidade da educação. Tendo em vista isto, a parceria com a *Samsung* possibilitou a geração de valor por meio da criação de produtos. Já na perspectiva do governo aponta-se para as competências da região e o desenvolvimento regional (SIQUEIRA, 2016).

Portanto, a partir destes estudos pontuados por meio da literatura, observa-se que quando as PPPs são implementadas demonstram a concretização do crescimento estrutural, econômico, educacional, científico e outros que angariam que esta estratégia é viável no setor

público, bem como, é um bem que estabelece situações de novas vertentes no âmbito das universidades, pautadas na possibilidade de formar profissionais que podem ingressar em empresas como as que estão estabelecidas nesta parceria.

2.7 Fundações de Apoio

As fundações de apoio surgiram como uma forma de estabelecer parcerias entre universidades e empresas, a fim de promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Essas fundações são organizações sem fins lucrativos, que atuam como intermediárias entre as universidades e as empresas e prestam serviços de suporte técnico, administrativo e financeiro para os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (RODRIGUES, 2013).

Além disso, têm sido criadas em outros setores, como na área da saúde, cultura e educação, com o objetivo de promover ações e projetos que beneficiem a sociedade em geral.

No Brasil, surgiram na década de 1970, como uma resposta às limitações impostas pela legislação às universidades públicas para a gestão de recursos financeiros e materiais (PAES, 1998).

Segundo Paes (1998, p. 46-47):

O primeiro esboço de fundação no Brasil, segundo relato do ilustre Promotor de Justiça de Fundações de São Paulo Edson José Rafael, data de 1738, quando Romão de Matos Duarte, solteiro milionário, achou por bem separar parte de seu patrimônio para formar um “fundo” para auxiliar, exclusivamente, os expostos na “roda”, que, a partir de seu gesto, passariam a ter tratamento digno ao serem atendidos na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Quer para evitar a identificação da mãe, quer para dar proteção ao recém-nascido sem que soubessem a sua origem, foi engendrada uma caixa giratória, em forma de cesta embutida numa roda, que possibilitava depositar-se a criança enjeitada pelo lado externo da parede da Santa Casa para, imediatamente, ser recolhida pelo lado interno por enfermeiras de plantão. Tão logo instalada a roda, noticiou-se pelo Rio de Janeiro a sua existência e ela foi utilizada numerosas vezes.

A partir daí, essas fundações se multiplicaram em todo o país e hoje são importantes parceiras das universidades e instituições de pesquisa na captação de recursos e na realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

São uma alternativa para viabilizar projetos de pesquisa, ensino e extensão das universidades públicas, que enfrentavam dificuldades financeiras e burocráticas para gerenciar seus recursos e firmar convênios com empresas e entidades privadas (ROCHA, 2015).

Inicialmente, as fundações de apoio eram criadas pelas próprias universidades para atuar como uma espécie de "braço" institucional, com autonomia para gerir recursos financeiros,

contratar pessoal e prestar serviços especializados em gestão de projetos e recursos humanos (ROCHA, 2015).

Com o tempo, se multiplicaram e se diversificaram, criando parcerias com outras instituições de pesquisa, empresas privadas e órgãos governamentais, expandindo suas áreas de atuação para além do universo acadêmico (RODRIGUES, 2013).

Atualmente, são vistas como importantes agentes de fomento à ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a formação de profissionais qualificados (RODRIGUES, 2013).

As Fundações de apoio são organizações jurídicas sem fins lucrativos que têm como objetivo apoiar instituições públicas ou privadas, principalmente na área da educação, ciência, tecnologia e inovação. Elas são regulamentadas pela Lei nº 8.958/1994 e podem ser criadas por universidades, institutos de pesquisa, hospitais universitários e outros órgãos ou entidades (BRASIL, 1994).

De acordo com a Lei nº 8.958/1994, as fundações de apoio devem ser constituídas como entidades de direito privado, sem fins lucrativos e têm como finalidade precípua a prestação de serviços de apoio técnico e administrativo às IFES e de pesquisa científica e tecnológica. Assim, nos termos da legislação em seu art.1º tem-se:

[...] as Fundações de Apoio são instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), sobre as quais dispõe a Lei nº 10.973/2004, e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos (BRASIL, 1994, p. 1).

A lei estabelece ainda que as fundações de apoio devem ser regidas por um estatuto, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura e ter como órgãos de administração um Conselho Curador, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal. Esses órgãos são responsáveis pela gestão e fiscalização das atividades da Fundação de Apoio (Brasil, 1994).

Além disso, a Lei nº 8.958/1994 também estabelece os requisitos para a celebração de convênios e contratos entre as IFES e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, bem como, as formas de prestação de contas dos recursos públicos recebidos pelas fundações de apoio (BRASIL, 1994).

São importantes para a manutenção e expansão das atividades das instituições apoiadas, uma vez que elas possibilitam a captação de recursos financeiros, a gestão eficiente dos projetos e a agilidade na tomada de decisões. No entanto, é importante que atuem de forma transparente

e ética, respeitando a legislação e os princípios da administração pública (CAMPOS; OLCHEER; COSTA, 2015).

As fundações de apoio são organizações sem fins lucrativos que têm como finalidade apoiar instituições públicas, como universidades, institutos de pesquisa, hospitais e outras entidades governamentais, na gestão de projetos e na captação de recursos para atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional. Essas fundações atuam como intermediárias entre as instituições públicas e o setor privado, facilitando a celebração de parcerias, convênios e contratos para a realização de projetos e aquisição de equipamentos, além de prestar serviços de gestão financeira, contábil e administrativa aos projetos financiados (CAMPOS; OLCHEER; COSTA, 2015).

Possuem como objetivo principal promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico e científico, apoiando a realização de pesquisas e projetos em diversas áreas do conhecimento, contribuindo assim para o avanço da ciência, tecnologia e da educação no país. Existem vários tipos de fundações de apoio, incluindo, segundo Coelho (2012):

1- Fundações de apoio a universidades e instituições de pesquisa são fundações criadas com o objetivo de apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas por universidades e instituições de pesquisa. Essas fundações podem ser criadas pelas próprias instituições de pesquisa ou por empresas e outras organizações interessadas em apoiar a pesquisa;

2- Fundações empresariais são fundações criadas por empresas com o objetivo de apoiar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas relacionadas aos seus negócios. Essas fundações podem oferecer bolsas de estudo, prêmios e outras formas de apoio financeiro para incentivar a pesquisa em áreas específicas;

3- Fundações comunitárias são fundações criadas por comunidades locais para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas relevantes para a comunidade. Essas fundações podem oferecer bolsas de estudo e outras formas de apoio financeiro para incentivar a pesquisa em áreas como saúde, meio ambiente, educação e cultura;

4- Fundações governamentais são fundações criadas pelo governo com o objetivo de apoiar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas para o país. Essas fundações podem oferecer financiamento e outras formas de apoio para pesquisadores e instituições de pesquisa;

5- Fundações internacionais são fundações que atuam em nível global, oferecendo apoio financeiro e técnico para projetos de pesquisa e desenvolvimento em todo o mundo. Essas fundações podem ser criadas por organizações internacionais, empresas multinacionais e

indivíduos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e o avanço da ciência e da tecnologia.

O foco deste estudo será o item 1, referente as fundações de apoio relacionadas a universidades e as instituições de pesquisa, sendo assim, o Ministério da Educação (BRASIL, 2012, p. 1) expõe que:

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFEs) e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente. As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

Nesta perspectiva, as fundações ligadas a este segmento visam contribuir com as atividades que envolvem o caráter de uma universidade, sendo ela: o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, tais fundações neste segmento têm como objetivo principal facilitar a gestão e administração de projetos e recursos, fornece suporte técnico, gerenciar recursos financeiros e materiais, além de promover a interação entre a universidade e o setor empresarial.

Essas fundações geralmente são constituídas como pessoa jurídica de direito privado e mantêm vínculo com a universidade, por meio de um termo de cooperação ou contrato de gestão. Elas atuam como intermediárias entre a universidade e as agências de fomento, empresas e outras instituições interessadas em investir em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (CARVALHO, 2018).

Dentre as atividades que podem ser realizadas pelas fundações de apoio estão: gerenciamento de recursos financeiros e materiais; execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; prestação de serviços técnicos especializados; realização de eventos científicos e tecnológicos; oferta de cursos de capacitação e treinamento; gestão de patentes e transferência de tecnologia (CARVALHO, 2018).

Existem diversas fundações de apoio vinculadas às universidades e institutos de pesquisa do país, como a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESSE), a Fundação de Apoio à Pesquisa do

Distrito Federal (FAPDF), Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), dentre outras.

2.7.1 Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias

Considerando que este estudo focaliza a UFRA, nesta seção será abordado sobre a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), a Fundação de apoio à UFRA, que existiu de 1997 a 2019. A FUNPEA foi fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional, sendo pessoa jurídica de direito privado, portanto, possuindo autonomia patrimonial, financeira e administrativa. Seguindo os parâmetros da legislação vigente, foi criada com o intuito de apoiar e estimular o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente.

Nos termos da Lei nº 8.958/94 (BRASIL, 1994), art. 1º, as Fundações de Apoio são instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), sobre as quais dispõe a Lei nº 10.973/2004 (BRASIL, 2004) e das IFES, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.

Cabe salientar que conforme Parágrafo Único do art. 1º do Decreto nº 7.423/2010 (Brasil, 2010), a Fundação registrada e credenciada como Fundação de Apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias para que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.

A FUNPEA foi descredenciada para atuar como fundação de apoio à UFRA, a pedido da instituição (BRASIL, 2019). Um dos motivos do descredenciamento foi uma investigação da Polícia Federal, que apontou que teria sido desviado R\$ 23 (vinte e três) milhões da UFRA. A Operação ficou conhecida como “Saldo Zero”, sendo cumprido oito mandados, com onze buscas e apreensões e sete prisões temporárias em Belém e Ananindeua.—Nesta ação participaram policiais federais, os servidores da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), envolvidos na apuração das fraudes.

As investigações iniciaram em 2018, quando os órgãos envolvidos iniciaram a averiguação de irregularidades na prestação de contas da FUNPEA. Segundo a PF, há indícios

de crimes e de envolvimento de servidores da UFRA cedidos à FUNPEA, além de representantes de empresas que participavam de processos licitatórios.

A delação partiu da própria reitoria da UFRA, que ao implementar controles internos recomendados pela CGU, identificou as fraudes. A CGU também realizou auditoria que constatou que dos R\$ 23 milhões repassados à Funpea, entre 2014 e 2018, nenhum dos objetos previstos em 16 projetos examinados foram concluídos, sendo que a maioria sequer foi iniciada. Além disso, não existe perspectiva de conclusão dos projetos (PF..., 2019).

De acordo com a PF (2019), os desvios de recursos federais eram feitos de cinco formas: por fraude em licitações no direcionamento para empresas ligadas aos pregoeiros da fundação; por pagamentos aos servidores da UFRA, dirigentes da FUNPEA e outros, sem a devida comprovação documental da finalidade da despesa; por pagamentos sem a identificação do favorecido e sem o devido suporte documental da despesa ou documentação duvidosa; por apresentação de informações inidôneas sobre os saldos das contas correntes vinculadas aos contratos firmados com a UFRA e também por pagamentos favorecendo empresas vinculadas a um ex-empregado da fundação (PF..., 2019).

O nome da operação, Saldo Zero, faz referência aos valores encontrados nas contas correntes dos projetos de pesquisa, cujos recursos foram integralmente desviados pela organização criminosa. Os suspeitos devem responder pelo crime de associação criminosa, com pena de um a três anos de reclusão e peculato, que é a apropriação de bem móvel ou dinheiro público, com pena de dois a doze anos de reclusão mais multa (PF..., 2019).

5 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa se concentra no tema da PPP no âmbito universitário e pretende pesquisar, de que forma as PPPs contribuem para o desenvolvimento finalístico institucional de uma IFES, nesta pesquisa no caso irá tratar sobre a UFRA. Assim, a partir desta constituição da metodologia, constituiu-se o produto desta dissertação, sendo um roteiro de constituição da PPP no âmbito da UFRA. Este roteiro pode ser mais bem visualizado no Apêndice A.

5.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa possui caráter descritivo e exploratório (GIL, 2022). De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características das organizações e da população. É um tipo de pesquisa que se concentra em descrever as características de uma população, fenômeno ou objeto de estudo, sem aprofundar em explicações causais. Seu principal objetivo é coletar informações detalhadas sobre o que está sendo estudado, muitas vezes usando métodos como observação, questionários, entrevistas e análise de documentos. No contexto das organizações, a pesquisa descritiva pode ser usada para coletar dados sobre a estrutura organizacional, as práticas de gestão, o perfil dos funcionários, entre outros aspectos.

Portanto, a pesquisa descritiva, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), é fundamental para fornecer uma compreensão clara e completa das características das organizações e da população em estudo. Sendo assim, esta pesquisa descritiva irá buscar caracterizar o fenômeno das PPPs na UFRA, sem, contudo, ter a intenção de explicá-los.

A pesquisa exploratória é frequentemente utilizada para complementar a pesquisa descritiva. Ela desempenha um papel fundamental no início do processo de pesquisa, permitindo que o pesquisador adquira uma compreensão mais profunda e uma maior familiaridade com o problema de pesquisa e com a construção dos objetivos (Marconi; Lakatos, 2019).

Por fim, a pesquisa exploratória funciona como uma etapa inicial que ajuda a preparar o terreno para a pesquisa descritiva, fornecendo uma base sólida de conhecimento e compreensão do problema de pesquisa, o que é essencial para a formulação de objetivos de pesquisa mais específicos e a condução de estudos mais detalhados. Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013), os estudos exploratórios são uma fase inicial e importante da pesquisa, projetados para examinar um problema de pesquisa ou um tema que ainda não foi amplamente estudado.

Eles são conduzidos quando não há um conjunto claro de ideias ou hipóteses estabelecidas sobre o tópico em questão. Sendo assim, será exploratório, pois busca maior familiarização com um objeto ainda não estudado: as PPPs na UFRA.

A pesquisa documental é uma técnica de coleta de dados que se baseia na análise de fontes secundárias, ou seja, fontes de informação que já foram produzidas por outras pessoas ou instituições para fins diversos, e não especificamente para a pesquisa em questão. Essas fontes secundárias podem incluir uma variedade de tipos de documentos, como editoriais, leis, atas, listas, correspondências, escritos, entre outros, como mencionado por Baptista e Campos (2018) e Rampazzo (2015).

Ademais é frequentemente utilizada em estudos acadêmicos, pesquisas históricas, análises de políticas públicas e em diversas áreas do conhecimento onde o acesso a informações pré-existentes é fundamental para a investigação. Ao analisar documentos, os pesquisadores podem obter informações valiosas, identificar tendências, verificar fatos e construir argumentos com base em evidências já existentes. É importante ressaltar que a pesquisa documental requer habilidades de busca, seleção e análise crítica de fontes, uma vez que a qualidade e a confiabilidade dos documentos podem variar significativamente. Por isso que quanto aos métodos empregados, trata-se de uma documental.

A pesquisa documental iniciará analisando os documentos que envolvem a prática de PPPs na UFRA, como: relatórios de gestão, extratos de contratos e convênios e similares, verificando de que forma ocorreu o estabelecimento delas na UFRA, nos últimos 10 anos e identificando se neste período houve o interesse em estabelecer parcerias, se foram efetivamente realizadas e quais os motivos que levaram ao não estabelecimento, se for o caso. Os dados coletados serão separados em categorias a fim de entender, do ponto de vista documental, como a referida universidade lida com as PPPs. Os relatórios de gestão da PROAF são encontrados no seu site³, o qual refere-se ao ano de 2017-2018⁴; 2018-2019⁵; 2019-2020⁶; 2020-2021⁷; e, 2022⁸.

Além disso, irá ocorrer uma pesquisa de campo, sendo está um tipo de pesquisa que envolve a coleta direta de informações ou dados junto à população pesquisada no local onde o fenômeno de interesse ocorre ou ocorreu. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador sai do ambiente

³ <https://proaf.ufra.edu.br/>.

⁴ https://proaf.ufra.edu.br/images/relatorio-de-gesto-proaf---1-ano_v.02.pdf.

⁵ https://proaf.ufra.edu.br/images/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_PROAF_-_2%C2%BA_Ano_Final-compactado.pdf.

⁶ https://proaf.ufra.edu.br/images/relatorio_de_gest%C3%A3o_proaf_-_3%C2%BA_ano_final.pdf.

⁷ https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1005&catid=17&Itemid=121.

⁸ https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1447&Itemid=399.

de laboratório ou escritório e se desloca para o ambiente real onde o fenômeno está acontecendo (Gonsalves, 2001).

A pesquisa de campo é comumente usada em várias disciplinas, como ciências sociais, geografia, antropologia, biologia, entre outras. Ela permite a coleta de dados de primeira mão, o que pode fornecer dados mais detalhados e contextuais sobre o fenômeno em estudo. Os métodos de coleta de dados em pesquisa de campo podem incluir observação direta, entrevistas, questionários, medições e análise de documentos.

Essa abordagem de pesquisa é particularmente útil quando se deseja compreender a dinâmica de um fenômeno em seu ambiente natural, como o comportamento humano em determinadas situações, as condições ambientais em uma área geográfica específica ou o funcionamento de uma organização em seu contexto. No entanto, a pesquisa de campo também pode ser trabalhosa e demandar planejamento cuidadoso para garantir a qualidade dos dados coletados.

Esta pesquisa de campo será por meio de uma entrevista, o qual Haguette (1997) define a entrevista como um processo de interação social entre duas pessoas: o entrevistador e o entrevistado. O entrevistador tem como objetivo principal a obtenção de informações por parte do entrevistado. Essa troca de informações pode ocorrer em diversos contextos e pode ser utilizada para uma variedade de fins, como pesquisa, jornalismo, seleção de pessoal, aconselhamento, entre outros. A entrevista é uma técnica de comunicação amplamente utilizada para coletar dados, opiniões, percepções e experiências das pessoas, e é uma ferramenta valiosa em muitas áreas do conhecimento e da prática profissional.

Na fase seguinte da pesquisa, foi realizado uma pesquisa de campo para verificar a percepção dos gestores que desenvolvem atividades relacionadas ao estabelecimento de PPPs na UFRA. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado que identificou: aspectos legais relacionados às PPPs, criação de procedimentos operacionais padrão, gestão de processos, capacitação, vantagens para a UFRA e a presença de fundação de apoio na instituição, dentre outros aspectos inerentes às PPPs na UFRA (Apêndice B).

Optou-se pelo roteiro de entrevista semiestruturado, pois a entrevista, na visão de Gil (2022), é um tipo de coleta que permite ao pesquisador agir com maior flexibilidade. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Esse tipo de instrumento possibilita ao entrevistador guiar-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias. A estratégia para a realização de entrevistas em levantamentos deve considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das

perguntas (GIL, 2022). Antes da aplicação foi solicitado aos entrevistados a assinatura do Termo do Consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice C).

Desse modo, a pesquisa de campo foi efetivada por meio de entrevista com os gestores da Diretoria de contratos e convênios (um do ciclo 2017-2021 e outro do ciclo 2021 aos dias atuais). Após a coleta, os dados foram tratados por meio de uma pesquisa quanti-qualitativa. No caso, foram selecionados dois servidores: E1⁹, que atualmente é Diretora da Diretoria de Contratos e Convênios (DCC) e E2¹⁰ que compõe a equipe da Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC).

Conforme Gil (2022), caso o procedimento escolhido seja a entrevista ou o formulário, selecionam-se alguns indivíduos representativos do universo a ser pesquisado, os quais respondem às questões propostas. A partir dos dados obtidos na pesquisa será então possível sugerir mecanismos que facilitem o estabelecimento de PPPs na UFRA.

Quanto à natureza dos dados, esta é uma pesquisa de caráter misto a qual, segundo Creswell (2007), se caracteriza por analisar os dados de um mesmo estudo sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas. Ela se concentra em entender e interpretar os significados, perspectivas e experiências das pessoas em relação aos fenômenos sociais. Além disso, busca compreender os significados pessoais que as pessoas atribuem às suas experiências no mundo social. Isso envolve a exploração das percepções, crenças, valores e emoções dos indivíduos em relação a um determinado tópico ou fenômeno (BRANDÃO, 2001).

Envolve uma abordagem que se concentra na quantificação e medição de dados. Ela é frequentemente usada para coletar informações numéricas, aplicar técnicas estatísticas e analisar as relações entre variáveis. Busca medir e quantificar fenômenos, conceitos ou variáveis por meio de instrumentos de coleta de dados como questionários, escalas, testes ou medições objetivas. Os resultados são geralmente expressos em números e estatísticas (RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores geralmente adotam uma postura objetiva e tentam manter distância emocional do objeto de pesquisa. Isso significa que eles buscam minimizar viés e subjetividade em suas análises, concentrando-se em dados observáveis e mensuráveis. A análise estatística desempenha um papel central na pesquisa quantitativa. Os dados coletados são frequentemente submetidos a análises estatísticas para identificar

⁹ https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=273

¹⁰ https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=102&Itemid=274.

tendências, relações de causa e efeito, associações e diferenças significativas (KNECHTEL, 2014).

A pesquisa quantitativa muitas vezes envolve a coleta de dados de uma amostra de uma população maior. A seleção da amostra é fundamental para garantir que os resultados sejam representativos e generalizáveis para a população de interesse. Embora a pesquisa quantitativa seja valiosa em muitos contextos, é importante reconhecer que nem todos os fenômenos podem ser adequadamente estudados com essa abordagem. Em muitos casos, a pesquisa qualitativa, que se concentra em compreender profundamente os significados e contextos, pode ser complementar à pesquisa quantitativa. A escolha do método de pesquisa depende dos objetivos da pesquisa e das questões de pesquisa específicas.

5.2 Lócus de pesquisa

A história da UFRA começou pela criação da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), em 1951. A EAA tem suas raízes no Instituto Agrônomo do Norte (IAN), à época, o único órgão destinado à pesquisa na área agrônômica em toda a região amazônica. A maioria dos pesquisadores do instituto era de origem norte-americana, cedidos ao Governo brasileiro devido à falta de mão-de-obra local qualificada na área. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os pesquisadores retornaram ao seu país de origem. Como forma de sanar o problema da falta de recursos humanos especializados em Ciências Agrárias, o pesquisador Felisberto Camargo, então diretor do IAN, articulou a criação da EAA, que se deu através do Decreto-Lei nº 8.290 de 1945 (SANTOS, 2014).

No dia 17 de abril de 1951, foi realizada a sessão solene de instalação oficial da Escola. A ata foi assinada por Felisberto Camargo, Diretor da EAA, Antonio Gomes Moreira Junior, Vice-Diretor; e Myrtha da Costa Nascimento, secretária. Na ocasião, Felisberto Camargo representou o Ministro da Agricultura, João Cleophas (SANTOS, 2014). A partir de então, se iniciou a longa trajetória desta que é a mais antiga IES e de pesquisa científica e tecnológica na área de Ciências Agrárias da região.

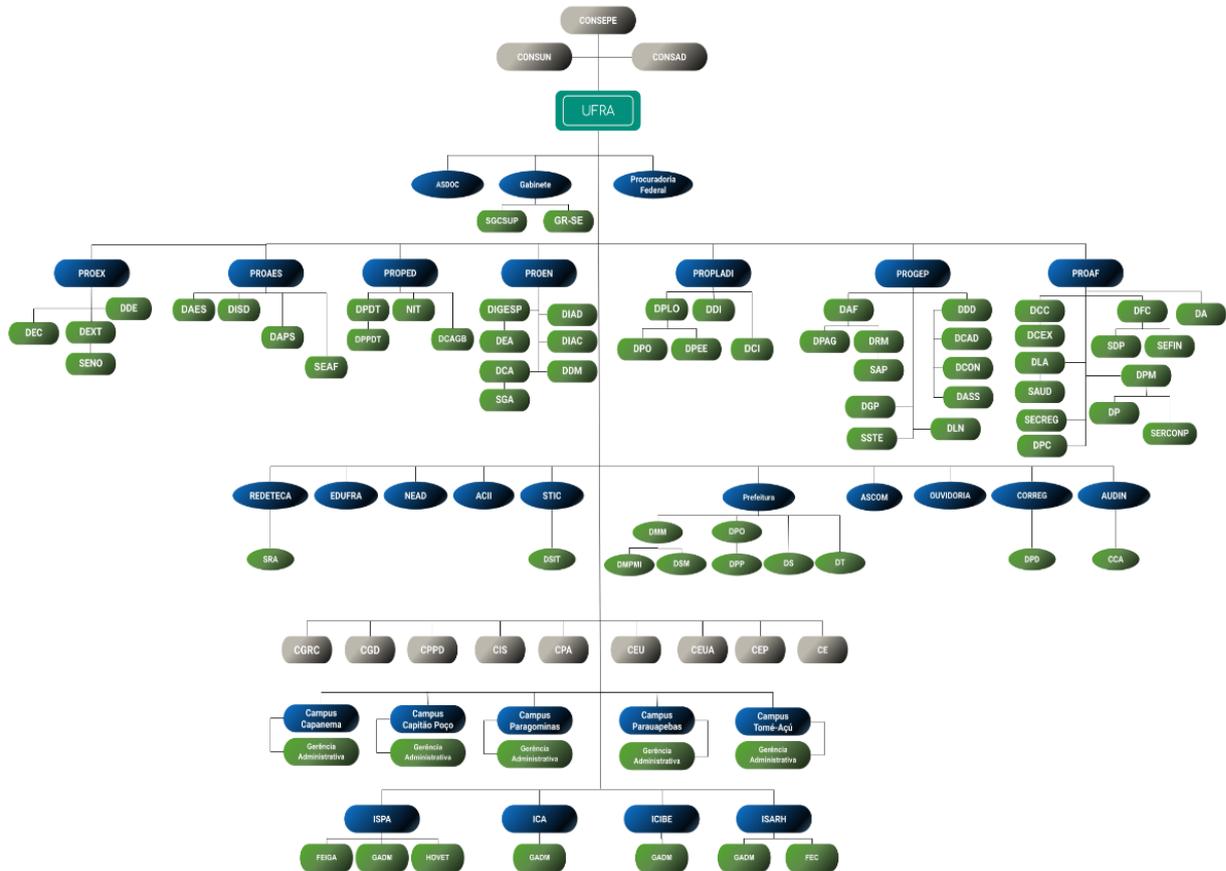
A UFRA, foi elevada à Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). Em 8 de março de 1972, pelo decreto nº70.268, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação. Posteriormente, mediante o Decreto nº70.686, de 7 de junho de 1972 foi transformada em autarquia de regime especial, com mesmo regime jurídico das Universidades,

e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou parecer favorável ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar por meio do Decreto nº72.217, de 11 de maio de 1973 (SANTOS, 2014).

A Universidade, cujo campus principal se localiza no bairro Universitário/Terra Firme oferece 17 cursos de graduação, 9 cursos de pós-graduação em sentido amplo e a instituição tem forte vocação para as áreas ligadas às ciências agrárias e atualmente vem diversificando sua grade de curso, prezando a qualidade. A UFRA possui uma estrutura multicampi, estratégia adotada para sua expansão e consolidação do desenvolvimento territorial. Os campi foram instalados em municípios os quais ficam localizados nas cidades de Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu, que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas locais e o seu entorno, sendo o maior deles em termos territoriais, o Campus Belém.

O organograma da UFRA, conforme apresentado no Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal (SIORG), é baseado nos regimentos internos das unidades administrativas da instituição. Ele inclui somente as unidades que possuem alocação de Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG), com a exceção dos conselhos superiores. Esse organograma reflete a estrutura organizacional, conforme Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Universidade Rural da Amazônia.



Fonte: https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106:organograma-ufra&catid=2&Itemid=304.

No Campus de Belém da UFRA (ver Figura 2) estão os órgãos administrativos centrais e grande parte dos cursos e alunos da Instituição. Considerando a grande circulação diária de pessoas que compõem a comunidade acadêmica, a disponibilidade de espaços públicos que podem ser mais bem aproveitados como comércio ou mesmo serviços, levando em conta a importância social que as universidades representam para a sociedade, a UFRA pode ser vista pelo setor privado como uma excelente oportunidade de investimento, por meio da efetivação de PPPs.

Figura 2 – Universidade Rural da Amazônia.



Fonte: https://www.facebook.com/UFRAOficial/?locale=hi_IN.

A UFRA faz, anualmente, o evento, Conecta UFRA Bioeconomia, o qual é um evento que visa proporcionar aos discentes da graduação e da pós-graduação, geração e o desenvolvimento de pesquisas básicas e avançadas por meio de método científico, conectando a universidade com instituições públicas, privadas e do terceiro setor das cadeias produtivas da Amazônia. O objetivo é conectar parceiros e *startups*, com foco nas diversas áreas do conhecimento, de forma inclusiva e sustentável, como agronegócio, bioeconomia, mineração, recursos hídricos, dentre outras. O evento faz a publicidade dos anais das pesquisas e seus resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas. Além disso, premia os trabalhos nas modalidades: seminário de iniciação científica, simpósio de pesquisa e pós-graduação, seminário de extensão e seminário de ensino.

5.2.1 A Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAF)

A PROAF tem como visão ter o comprometimento em zelar pela aplicação dos recursos públicos diante da responsabilidade da UFRA, produzindo tanto alternativas como otimização de recursos¹¹.

¹¹ Informações encontradas no site:
https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=262.

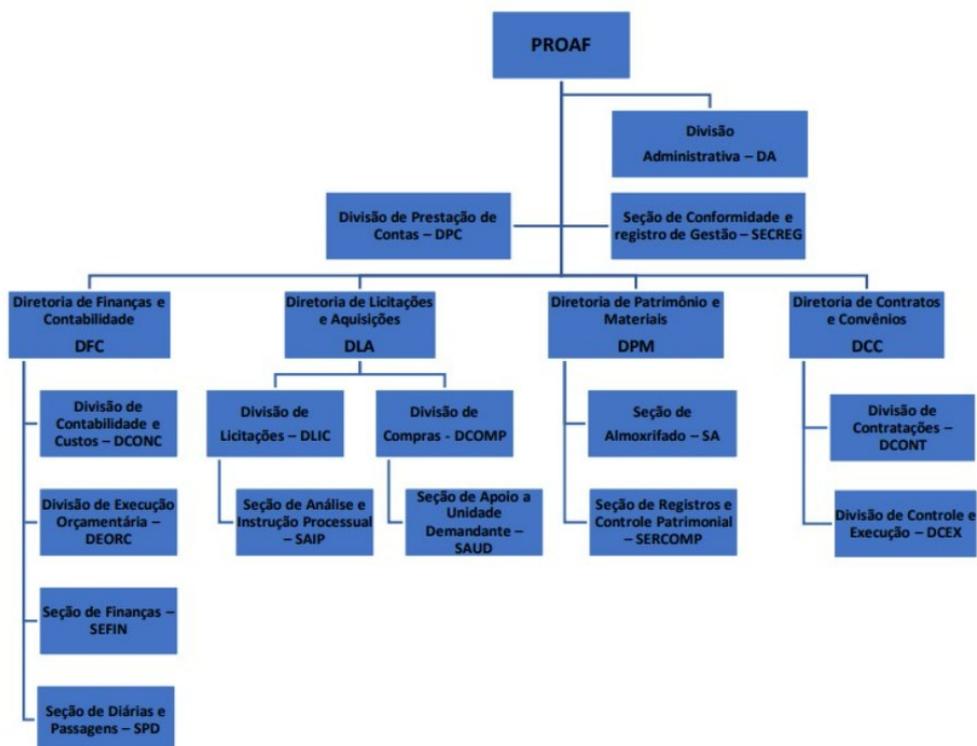
Esta unidade encontra-se ligada a Reitoria e tem a função de promover a alta administração da universidade, assim como os recursos e competências que são viáveis para o desempenho das atividades de gestão, atendendo melhor os serviços às atividades finalísticas: Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Portaria nº 1.604, de 22 de junho de 2018, o qual designa as competências da PROAF, informa em seu art. 2º as principais delegações do Pró-Reitor que está ligado a esta Pró-Reitoria:

- I- Designar gestores de contrato;
- II- Designar fiscais de contrato;
- III- Designar coordenadores de projetos com fundação de apoio;
- IV- Designar fiscais de projetos com fundação de apoio;
- V- Designar membros de equipe de planejamento, conforme IN 05/2017-MPDG;
- VI- Oficiar empresas contratadas pela UFRA para atender processos de: repactuação, acréscimo/supressão contratual, sanção/penalidades, análise de reequilíbrio financeiro, adicionais de insalubridade/periculosidade, rescisão contratual e celebração de termos aditivos (PROAF, 2018, p. 1).

Neste sentido, a PROAF, encontra-se organizada a partir da seguinte estrutura:

Figura 3 – Organograma da PROAF.



Fonte: https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=269.

Além do mais, segundo UFRA (2019), por meio do regimento interno da PROAF, Resolução n.º. 300, de 03 de abril de 2019, aponta para a Divisão de Contratações (DCONT), cuja qual é responsável, segundo o seu inciso por “IV - Elaborar as minutas dos convênios e instrumentos congêneres oriundos das parcerias a serem firmadas, assim como os seus termos aditivos” (UFRA, 2019, p. 9). Isto contribui para que sejam realizadas as parcerias públicos e privados na instituição.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentados os resultados acerca da verificação das PPPs na UFRA. Foram utilizadas como fontes: o relatório de gestão da PROAF, acordos de cooperação, Instruções Normativas e entrevista com profissionais que atuam nesse setor nas quais foram expostas suas interpretações sobre a temática postulada nesta dissertação.

6.1 Relatórios de Gestão

Foram analisados os relatórios dos anos de 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021 e 2022, os quais encontram-se disponíveis no site da PROAF/UFRA. No relatório referente ao ano de 2017-2018, não foram encontradas informações sobre PPPs. Com relação ao período de 2018-2019 foram encontrados 9 contratos fundacionais e acordos de parceria, desenvolvimento e inovação, no relatório, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Relação de contratos fundacionais e acordos de parcerias, desenvolvimento e inovação referente ao ano de 2019.

RELAÇÃO DE CONTRATOS FUNDACIONAIS E ACORDOS DE PARCERIA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (2019)					
ITEM	Nº DO PROCESSO	NOME DO PROJETO	COORDENADOR DO PROJETO	TIPO DE INSTRUMENTO	STATUS
1	23084.024904/2018-81	“Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos nas Comunidades Urbanas e Rurais, no Estado do Amapá”	Professor Dr. Paulo Jorge de Oliveira Ponte de Souza	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	Celebrado
2	23084.030322/2018-33	“Projeto de Fomento à Feira de Agricultura Familiar”	Professor Dr. Leandro Frederico Ferraz Meyer	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	Celebrado
3	23084.016531/2018-74	“Aperfeiçoamento dos procedimentos clínico-cirúrgicos e laboratoriais disponíveis para atendimento de animais no HOVET/ISPA”	Diretora Márcia Janete de Figueiredo	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	A ser celebrado
4	23084.017049/2018-51	“Projeto Sustentabilidade produtiva, econômica e ambiental dos setores produtivos do ISPA”	Professora Dra. Maria Cristina Manno	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	A ser celebrado
5	23084.030325/2018-77	“Plano Nacional de Formação de Professores da educação Básica – PARFOR/UFRA”	Professor Dr. Edvar da Luz Oliveira	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	A ser celebrado
6	23084.009782/2019-83	“Programa de Ensino de Línguas – PROELI”	Professora Dra. Ana Paula Martins Alves Salgado	Contrato Fundacional (UFRA e FUNAPE)	A ser celebrado
7	23084.020838/2018-70	“Estudos para o monitoramento de áreas degradadas e de eventos fenológicos de espécies de alto valor para a conservação nas áreas da Mineração Paragominas S.A.”	Professora Dra. Gracialda	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (UFRA, VALE S.A. e FUNAPE)	A ser celebrado
8	23084.027358/2018-30	“Estudo Comparativo do grau de Sustentabilidade de Comunidades Rurais contempladas e não contempladas por ações de investimento social e ações de compensação de empresas mineradoras na cidade de Parauapebas”	Professor Dr. Marcos Antônio de Souza dos Santos	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (UFRA, VALE S.A. e FUNAPE)	A ser celebrado
9	23084.001561/2019-67	“Necessidade hídrica e controle de erosão por plantas nativas da flona de Carajás”	Professor Dr. Rafael Gomes Viana	Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (UFRA, VALE S.A. e FUNAPE)	A ser celebrado

Fonte: DCC (2018-2019).

Os dados do Quadro 3 apontam que o primeiro contrato é uma parceria da UFRA com a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE). Refere-se aos projetos “*Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos nas Comunidades Urbanas e Rurais, no Estado do Amapá*”- celebrado; “*Projeto de Fomento à Feira de Agricultura Familiar*” - celebrado; “*Aperfeiçoamento dos procedimentos clínico cirúrgicos e laboratoriais disponíveis para atendimento de animais no HOVET/ISPA*” - a ser celebrado; “*Projeto Sustentabilidade produtiva, econômica e ambiental dos setores produtivos do ISPA*” – a ser celebrado; “*Plano Nacional de Formação de Professores da educação Básica – PARFOR/UFRA*” – a ser celebrado; e “*Programa de Ensino de Línguas – PROELP*” – a ser celebrado.

Neste sentido, pode ser observado que essas parcerias envolvem ações de ensino – referindo-se ao Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos nas Comunidades Urbanas e Rurais, no Estado do Amapá, PARFOR e PROELI; pesquisa – voltada as ações de parceria ligadas ao Aperfeiçoamento dos procedimentos clínico cirúrgicos e laboratoriais disponíveis para atendimento de animais no HOVET/ISPA e Projeto Sustentabilidade produtiva, econômica e ambiental dos setores produtivos do ISPA; e extensão – referindo-se a Feira de Agricultura Familiar.

Também é demonstrada a parceria que nesse relatório encontrava-se na posição de “a ser celebrado” entre a UFRA, VALE S.A. e a FUNAPE, relacionada a projetos de pesquisas de professores da UFRA. Tem como proposta os seguintes títulos: “Estudos para o monitoramento de áreas degradadas e de eventos fenológicos de espécies de alto valor para a conservação nas áreas da Mineração Paragominas S.A.”; “Estudo Comparativo do grau de Sustentabilidade de Comunidades Rurais contempladas e não contempladas por ações de investimento social e ações de compensação de empresas mineradoras na cidade de Parauapebas”; e “Necessidade hídrica e controle de erosão por plantas nativas da flona de Carajás”.

Observa-se que os projetos pontuados no quadro são fundamentais para o desenvolvimento da universidade como um todo e garantir o tripé da sua proposta: pesquisa, ensino e extensão. Isto pode ser confirmado nas concepções de Silveira e Meyer (2021) ao apresentar que as IES buscam mais bem resultados por meio de diversas e inovação de estratégias, ferramentas e técnicas gerenciais que visam o aumento da eficiência e eficácia nas universidades. Ademais, complementam que na:

[...] gestão universitária, principalmente em instituições públicas de educação superior, que nos últimos anos vêm passando por um processo de graves restrições orçamentárias, que tem levando-as a buscar alternativas para evitar o comprometimento de suas atividades (SILVEIRA; MEYER, 2021, p. 58).

Já no relatório referente ao período de 2019-2020, comenta-se sobre a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) - fundação de apoio vinculada a UFRA - e a operação ocorrida no dia 27/02/2019, denominada “Saldo Zero”, com a participação da Controladoria Geral da União (CGU/PA), Ministério Público Federal (MPF)/Seção Pará – MPF/PA e da Polícia Federal (PF). A operação teve como proposta apurar a atuação em desvio de recursos públicos destinados a projetos de pesquisa.

Diante disso, a FUNPEA fechou e a UFRA precisou encerrar a PPP, haja vista que, está até hoje no processo de investigação para a atuação de uma organização criminosa, cessando o recebimento de solicitações relacionadas à apresentação de prestação de contas de contratos/convênios encerrados na época. Também não foram aceitas requisições de complementação de documentação identificadas como ausentes nas prestações de contas finais submetidas à Divisão de Prestação de Contas (DPC) da PROAF da UFRA.

A consequência da operação citada anteriormente foi o fechamento da FUNPEA e a referida instituição está em processo de investigação sobre a atuação de uma organização criminosa, o que justifica a interrupção no recebimento de solicitações relacionadas à prestação de contas de contratos/convênios encerrados na época.

As diligências realizadas pelos órgãos descritos acima detectaram no primeiro semestre de 2019, 14 contratos: nº12/2015, nº20/2013, nº 223/2014, nº111/2014, nº 112/2014, nº220/2014, nº221/2014, nº222/2014, nº12/2015, nº21/2015, nº15/2016, nº13/2017, nº17/2017 e nº24/2017.

Quadro 4 - Relação de contratos fundacionais referente ao ano de 2019.

Contrato	Objetivo
Nº20/2013	Gerenciamento financeiro e administrativo do Projeto Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e Avicultura familiar, nos municípios de Barcarena e Terra Alta
Nº 223/2014	Não informa
Nº111/2014	Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e fortalecimento das cadeias produtivas e APLS nas atividades de fruticultura e psicultura no município de Terra Alta (PA) Projeto
Nº 112/2014	Não informa
Nº220/2014	Não informa

Nº 221/2014	Não informa
Nº222/2014	Não informa
Nº12/2015	Gerenciamento do projeto "mecanização para transporte do dendê na agricultura familiar"
Nº21/2015	Gerenciamento do projeto "Capacitar e formar multiplicadores em cultivo de camurim em Tanques-redes".
Nº15/2016	Gerenciamento do Projeto
Nº13/2017	Gerenciamento do projeto intitulado "revitalização da piscicultura familiar no estado do Pará"
Nº17/2017	Gerenciamento do Projeto "Implantação de núcleos de educação em saúde ambiental no Estado do Pará"
Nº24/2017	Gerenciamento do Projeto "valorização dos produtos locais como alternativa para geração de emprego e renda no estado do Pará, Amazônia, Brasil".

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O contrato nº20/2013 que estabelece o acordo da UFRA com a FUNPEA sobre o gerenciamento de recursos financeiros referente ao Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e Avicultura familiar, nos municípios de Barcarena e Terra Alta. Ele iniciou em 2013 e teve vigência em 31 de janeiro de 2015. Este contrato celebra a execução administrativa e orçamentária do projeto que teve como valor R\$ 1.500.000,00, porém, não informa os benefícios repassados deste recurso, tão pouco em que contribuíram para a instituição.

No que compete ao nº111/2014 visa estabelecer o acordo entre UFRA e FUNPEA para estabelecer recursos financeiros e administrativos referentes ao Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e fortalecimento das cadeias produtivas e APLS nas atividades de fruticultura e piscicultura no município de Terra Alta (PA). Este contrato iniciou em 7 de novembro de 2014 a 30 de setembro de 2015 com o valor de 375.000,00, visou a cadeia produtiva e as atividades de fruticultura e piscicultura no município de Terra Alta. Porém não disponibilizou os resultados deste projeto.

No contrato nº 13/2017, é celebrado entre a UFRA e a FUNPEA, para o gerenciamento do projeto intitulado "*Revitalização da piscicultura familiar no Estado do Pará*" e teve vigência de 18 meses seguindo a data do dia 22 de maio de 2017, com o recurso de R\$ 2.186.011,07 para

vigência do projeto, mas não informa a destinação do que foi conquistado no projeto. No que compete ao contrato nº 21/2017 expõe a parceria entre a UFRA e a FUNPEA tem-se ao gerenciamento do projeto “*Capacitar e formar multiplicadores em cultivo de camurim em Tanques-redes*”, o qual iniciou no dia 05 de janeiro de 2016 e findou no dia 05 de janeiro de 2017 e o valor do contrato foi de R\$ 249.995, 00. Este contrato celebrou a contratação, fiscalização e pagamento de recursos humanos com relação as despesas do projeto. Porém, não informa os benefícios para a UFRA.

No contrato nº 13/2017 observa-se a parceria entre UFRA e FUNPEA sobre o projeto de “*Capacitação técnica e elaboração de minuta dos planos municipais de saneamento básico dos municípios selecionados do Estado do Pará*”, o qual teve vigência de 18 meses a contar do período de 12 de maio de 2017. Este contrato também não deixa claro os benefícios que foram trazidos para a UFRA. No termo de contrato nº 24/2017, celebrado entre a UFRA e a FUNPEA, para o gerenciamento do projeto de extensão intitulado “*Valorização dos produtos locais como alternativa para geração de emprego e renda no estado do Pará, Amazônia, Brasil*”.

No termo de contrato nº 17/2017, celebrado entre a UFRA e a FUNPEA, para o gerenciamento do projeto intitulado “*Implantação de núcleos de educação em saúde ambiental no Estado do Pará*”, o qual a vigência foi de dez meses e o valor acordado foi de R\$ 500.000,00 e assim como os demais não expõe os benefícios angariados com estes projetos. E os contratos nº 223/2014, nº 112/2014, nº220/2014, nº221/2014, nº222/2014, nº12/2015 não foram disponibilizados para poder identificar o teor de informações.

É relevante ressaltar que estes contratos buscaram se estabelecer diante da Lei nº 11.079/2004 que fica responsável pelas licitações bem como os contratos de PPPs diante da administração pública, as quais este contrato deverá especificar alguns pontos, tais como: prazo de vigência do contrato, repartição de riscos, formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais, garantias, regime sancionatório contratual, vistoria de bens reversíveis, critérios de avaliação de desempenho do particular e outras cláusulas obrigatórias (Brasil, 2004).

Neste sentido, observa-se os contratos estipulados pelas instituições destes contratos analisados expõe estas cláusulas, porém, não demonstram os benefícios que foram oriundos desta parceria, o que prejudica identificar o que foi evidenciado dela e que esteja atuante ou não os bens ou outros benefícios atualmente. É interessante frisar no Art. 5º da referida lei, ao expor que:

- I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;
- II – as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas;
- III – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- IV – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;
- V – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;
- VI – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;
- VII – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado;
- VIII – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos, observados os limites dos §§ 3º e 5º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que se refere às concessões patrocinadas, o disposto no inciso XV do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- X – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.
- XI – o cronograma e os marcos para o repasse ao parceiro privado das parcelas do aporte de recursos, na fase de investimentos do projeto e/ou após a disponibilização dos serviços, sempre que verificada a hipótese do § 2º do art. 6º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.766, de 2012) (BRASIL, 2004, p. 1).

Após o ocorrido diante da não prestação de contas referentes aos contratos estabelecidos entre a FUNPEA e a UFRA, atualmente a instituição reorganizou o estabelecimento dos contratos utilizando um *chek list* que pode ser visualizado no Anexo A.

Neste sentido, no relatório 2020-2021, a FUNPEA é novamente mencionada, por isto, aborda a autorização da Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), como fundação que é autorizada, a partir do dia 05/10/2018 para atuar como Fundação de apoio à UFRA. Já no relatório de gestão do exercício de 2022, foi constatado que não houve nenhuma parceria ou menos registro dela.

A diversidade desses projetos demonstra uma abordagem abrangente da UFRA, englobando diferentes aspectos da tríade universitária, conforme já mencionado. Essas parcerias podem não apenas fortalecer o papel da universidade na formação de profissionais e na produção de conhecimento, isto porque, encontra-se fundamentado aos valores da UFRA (2014-2024), no primeiro item relacionado a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a qual aponta sobre a integralização diante desta tríade que forma profissionais que produzem e difundem conhecimentos, mas também destacam seu compromisso com a comunidade e o desenvolvimento regional, abordando questões socioeconômicas e ambientais.

Além do mais, estes projetos na UFRA podem ser refletidos à luz de Figueiredo (2021) ao evidenciar que o reconhecimento da utilização da PPPs no cenário da educação, pois ainda há poucas instituições que efetivam esta parceria e que analisam a eficiência desta forma de contrato neste setor e a instituição demonstra-se o fortalecimento em buscar estas parcerias.

Gomes Filho (2005) afirma que no setor público a transparência é fundamental, haja vista que deverá abarcar todo o contexto da gestão pública, pois essa missão não pode apenas estar ligada a alguns gestores, mas sim ser uma política aplicada que deve levar a concepção da transparência como um ponto principal, promovendo a perspectiva de divulgar informações, cuja transparência perpetua a geração de conhecimento. Essa maneira estabelece a transparência até mesmo como um método fundamental no setor público, além de ser uma concepção política, mas promovida de maneira cultural dentro do setor público que irão perpetuar de maneira externa nessa organização.

Neste viés a transparência é uma das fontes fundamentais na aceção das PPPs no cenário nacional, haja vista que conforme corrobora Pereira *et al.* (2020) a falta de transparência é o que mais se aborda na literatura do que a transparência em si, tendo em vista que deveria ser ao contrário, pois com a modernidade de mecanismos e a facilitação da divulgação das informações públicas a transparência deveria ser algo primordial para se estabelecer nos contratos públicos. Em colaboração o Banco Mundial (2017) a transparência nas PPPs visa a efetividade e propagação das informações divulgadas em todas as fases da parceria firmada.

A recusa em aceitar requisições de complementação de documentação identificadas como ausentes nas prestações de contas finais submetidas à DPC/PROAF da UFRA sugere um ambiente rigoroso no processo de investigação, visando garantir a transparência e a integridade nas contas públicas. Esta afirmação pode ser efetivada de acordo com a concepção de Culau e Fortis (2006, p. 12):

A transparência na gestão pública exige uma política específica e tem como meta a divulgação periódica de relatórios, na realização de audiências públicas e na prestação de contas. Dar transparência ao poder público parece ser um grande desafio, mesmo tendo hoje em dia recursos tecnológicos disponíveis, que aumentam o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

Essa situação ressalta a importância de práticas transparentes e éticas na gestão de recursos públicos, bem como a necessidade de fiscalização e ação por parte dos órgãos responsáveis para coibir possíveis desvios e irregularidades. Para Miranda (2008), a perspectiva da publicidade é algo relevante para a garantia da transparência na gestão pública, isto reflete que o administrador público consiga resguardar os recursos públicos – humanos, materiais e

outros – para serem mais bem administrados e, assim, prestar contas do patrimônio que pertence a instituição e, conseqüentemente, a população que depende desta organização.

Reynaers e Grimmelikhuisen (2015) consideram que as PPPs possuem como agente principal a transparência, haja vista que é um mecanismo fundamental para delimitar os interesses de ambas as partes, contribuindo como agente da concessionária e, principalmente, com a sociedade para ter noção do que está sendo pontuado como parceria em algum órgão público e poder acompanhar este processo evidenciando as contribuições para a administração pública. Contribuindo, o Banco Mundial (2017) apresenta um ciclo de vida do projeto de concessão visando a transparência das PPPs, sendo elas: “(i) identificação dos projetos prioritários; (ii) seleção do projeto a ser implementado; (iii) estruturação do projeto; (iv) a elaboração da minuta do contrato; (v) o gerenciamento da escolha do parceiro privado e; (vi) o gerenciamento do contrato de parceria” (BANCO MUNDIAL, 2017).

6.2 Acordos de Cooperação

Acordo de Cooperação é um instrumento que possui cunho legal para o estabelecimento da formalização entre os órgãos e entidades da Administração Pública ou mesmo entre esses tipos de órgãos e as instituições privadas, sendo essa última relação, o foco deste estudo.

Além do mais, o seu objetivo é firmar um interesse mútuo entre ambas as entidades, por meio de uma execução de plano de trabalho, projetos/atividades ou mesmo eventos para que não haja o repasse de recursos entre ambos.

Nesse sentido, optou-se por analisar esse tipo de instrumento para verificar as PPPs e as entidades com que a UFRA realiza parcerias (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2023). No Quadro 4, é possível observar os acordos de cooperação que se encontram vigentes na instituição:

Quadro 4 - Acordos de Cooperação na UFRA.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO						
INSTRUMENTO	Nº	PARTÍCIPES	OBJETO	VIGÊNCIA		RECURSOS FINANCEIROS
				INÍCIO	TÉRMINO	
Termo de Cooperação Técnica	s/nº 1995	EMATER & UFRA	Consiste em integrar esforços, organizar e desenvolver atividades de interesse para ambas as instituições nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.	11/05/1995	Tempo indeterminado	-
Protocolo de Cooperação Técnica	s/nº 2006	UFRA & CNPQ	Atuação conjunta do CNPQ e da UFRA visando propiciar o atendimento da estratégia de governo na realização de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de informação.	01/08/2006	Tempo indeterminado	-
1º Termo Aditivo	001.2010	SEDECT, UFPA & UFRA	Celebrar a adesão da UFRA ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 01/2010 como participante.	14/02/2011	05/03/2040	-
Convênio de Cooperação	07/2011	UFRA & CEPLAC	A integração de esforços visando a organização e ao desenvolvimento de atividades de interesse de ambas as Instituições nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão em regiões do Estado do Pará.	24/07/2011	24/07/2015	-
1º Termo Aditivo	07/2011	UFRA & CEPLAC	Prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 07/2011, por mais 04 (quatro) anos.	11/08/2015	10/08/2019	-
2º Termo Aditivo	07/2011	UFRA & CEPLAC	Prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº 07/2011, por mais 04 (quatro) anos.	11/08/2019	10/08/2023	-
Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2016	02/2016	UFRA & FUNDAÇÃO PROPAZ	Estabelecimento de regras básicas que disciplinam a conjunção de esforços técnicos e administrativos para o desenvolvimento de ações, atividades ou políticas públicas voltadas a infância, adolescência e juventude, que sejam executadas em espaço físico da UFRA.	29/08/2016	28/08/2021	-
1º Termo Aditivo	02/2016	UFRA & FUNDAÇÃO PROPAZ	Prorrogar o prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2016, nos termos previstos na Cláusula Quarta, por mais 12 (doze) meses.	29/08/2021	29/08/2022	-
Acordo de Cooperação para implementar programa de Pós - Graduação	s/nº 2017	UFRA & EMBRAPA	A Conjunção de esforços para estabelecer parceria entre os parceiros, mediante a utilização de recursos humanos e materiais disponíveis, tendo por objetivo a consolidação e o fortalecimento do Programa de pós - graduação, curso de Mestrado/Doutorado em Ciências Agrárias com área de Concentração em Agrossistemas da Amazônia.	12/07/2017	12/07/2022	-
Acordo de Cooperação Técnico-Científico – I CIENEX	s/nº 2017	UFPA, UFRA, IFPA & UEPA	Estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre a UFPA, UFRA, IFPA e UEPA, com vistas à execução do projeto intitulado I Congresso Interinstitucional de Ensino e Extensão, doravante denominado I CIENEX, nos dias 21 a 25 de novembro de 2016, e as suas subsequentes edições anuais, cujo escopo é a apresentação e divulgação da produção acadêmica universitária das instituições supracitadas.	10/02/2017	10/02/2022	-
Acordo de Cooperação Técnico-Científico	s/nº 2017	UFPA, UFRA, UNAMA, UEPA, CESUPA, IFPA, UFOPA, UNIFESSPA, EMPRABA, MPEG & IEC	Estabelecer uma rede de cooperação que permita a realização de ações conjugadas em favor do desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa, no âmbito da graduação e da pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> , e de extensão, favorecendo iniciativas inovadoras e criativas, tudo em favor do fortalecimento institucional dos pares, do desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da inovação e da melhoria da qualidade de vida da sociedade paraense e da Região Amazônica.	05/07/2017	04/07/2022	-

Fonte: Ufra (2023).

O quadro 4 demonstra os acordos de Cooperação firmados entre a UFRA e algumas instituições, tais como: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, tecnologia e Relações do Trabalho (SEDECT), Universidade Federal do Pará (UFPA), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Fundação PROPAZ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Instituto Federal do Estado do Pará (IFPA). Estes acordos firmados envolvem atividades que estão ligadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, torna-se importante destacar que segundo o Parecer 15/2023 da Advocacia Geral da União, os acordos de cooperação são compreendidos como instrumento jurídico que formaliza os órgãos e entidades voltadas a Administração pública ou mesmo entre as entidades privadas sem fins lucrativos buscando firmar uma cooperação técnica mútua por meio de programas, projetos/atividades ou eventos de interesse entre ambas as partes.

É interessante destacar de acordo com Nunes (2015) demonstra em seu artigo “*O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*” sobre a não necessidade de formalização de acordos de cooperação, pois:

No que se refere ao terceiro tipo de parceria, o Acordo de Cooperação, em que não há a transferência de recursos financeiros, é desnecessário realizar-se chamamento público para a sua celebração (como explicitado no art. 29, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015). No entanto, ainda que sem transferência de recursos, se o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, o chamamento público torna-se obrigatório, também nessa modalidade de parceria. (NUNES, 2015, p. 24).

Assim, a partir destas parcerias, frisa-se que diante destes acordos, as instituições buscaram estabelecer e mover as atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para que a UFRA se desenvolvesse e pudesse promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação, visando as mudanças positivas para a sociedade da Região Amazônica. Estes termos ou acordos de cooperação técnica não apontaram na documentação os seus benefícios trazidos nem tão pouco os seus prejuízos, apenas demonstraram que eles ocorreram por um prazo de tempo.

6.3 Instruções Normativas

De acordo com a PRODESP (2024) a Instrução Normativa é visualizada como um ato normativo que deve ser expedido por autoridade administrativa. Ela contribui com as Leis e Decretos e jamais poderão inovar, transpor ou mesmo serem modificadas em seu texto. Neste sentido, seu papel é padronizar as rotinas estabelecidas no trabalho por meio de procedimentos de controle, visando a formalização da execução do serviço de maneira objetiva, eficiente e eficaz.

Portanto, também se focam nas Unidades Executoras que integram a estrutura organizacional que compete ao Poder Executivo, sejam consideradas as administrações direta e indireta (PRODESP, 2024). Refletindo isto, a UFRA criou duas Instruções Normativas que se voltam a Prestação de Contas e a Estruturação dos contratos e convênios da instituição:

Quadro 5 – Instruções Normativas da UFRA.

Instruções Normativas	Finalidade
Instrução Normativa DPC/PROAF/UFRA n° 08, de 01 de Março de 2023	Dispõe sobre os procedimentos para Execução, Fiscalização e Prestação de Contas de Contrato/Convênios Fundacionais no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia.
Instrução Normativa PROAF/UFRA N° 03, de 29 de Setembro de 2022	Dispõe sobre a Elaboração e Celebração de Contratos/Convênios Fundacionais no âmbito da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

Fonte: Adaptado pelo autor (2024).

Na primeira instrução voltada a DPC/PROAF/UFRA n° 08, de 01 de março de 2023, observa-se que consta sobre como se dá os procedimentos referentes ao repasse dos recursos à fundação responsável, bem como a primeira e as demais parcelas deste repasse. Além do mais estipula-se como as maneiras de execução dos recursos já repassados e nesta instrução expõe uma lista de documentos necessários que deverão constar na prestação de contas final e os responsáveis diante da elaboração destes procedimentos:

- Relatório de Conferência- elaborado pela Fundação de Apoio;
- Cópia do Contrato firmado com a UFRA – providenciado pela Fundação de Apoio;
- Cópia da Proposta e Plano de Trabalho atuais– providenciado pela Fundação de Apoio;
- Certidões de Regularidade Fiscal atual– providenciado pela Fundação de Apoio;
- Relatório Técnico-Operacional– elaborado pelo Coordenador do Projeto;
- Relatório do Cumprimento do Objeto– elaborado pelo Coordenador do Projeto de Apoio;
- Relatório do Fiscal do Contrato– elaborado pelo Fiscal do Projeto;
- Demonstrativo de Receita e Despesa– elaborado pela Fundação de Apoio;
- Relatório de Bens Adquiridos– elaborado pela Fundação e Coordenador do Projeto;
- Termo de Entrega Definitiva das Construções Laboratoriais – elaborado pela Fundação de Apoio, Coordenador do projeto, Fiscal Técnico e Responsável-Técnico pela obra;

- Relatório de Treinados, Capacitados ou Beneficiados– elaborado pela Fundação de Apoio e Coordenador do Projeto;
- Declaração de Abertura de Conta Específica– elaborada pela Fundação de Apoio;
- Conciliação Bancária- elaborada pela Fundação de Apoio;
- Extrato da Conta Corrente e Aplicação – providenciado pela Fundação de Apoio;
- Relação de Pagamentos Efetuados - elaborado pela Fundação de Apoio;
- Comprovante dos pagamentos com respectivos documentos hábeis (notas fiscais, faturas, recibos ou equivalentes) – providenciado pela Fundação de Apoio;
- Relatório de Pagamento mediante Bolsa, Diária ou CLT– elaborado pela Fundação de Apoio e Coordenador do Projeto;
- Relatório de Seleção da Equipe de Trabalho- elaborado pela Fundação de Apoio e Coordenador do Projeto;
- Relatório dos Serviços Prestados– Pessoa Física- elaborado pela Fundação de Apoio;
- Relação de Pagamentos de Pequeno Vulto- elaborado pela Fundação de Apoio e Coordenador do Projeto;
- Cópia dos documentos preliminares de seleção dos fornecedores até sua efetiva contratação– providenciado pela Fundação de Apoio;
- Relatório de Execução Físico-Financeira- elaborado pela Fundação de Apoio e Coordenador do Projeto;
- Cópia da Guia de Recolhimento da União com devolução do saldo do projeto, quando houver– providenciado pela Fundação de Apoio;
- Relatório de cumprimento e integralização do ressarcimento à UFRA– elaborado pela Fundação de Apoio;
- Relatório de Execução dos Custos Operacionais– elaborado pela Fundação de Apoio; e,
- Declaração de Guarda e Conservação dos Documentos– elaborado pela Fundação de Apoio

Já com relação a Instrução Normativa PROAF/UFRA N° 03, de 29 de setembro de 2022, tem-se a constituição do contrato e convênios que são estabelecidos os acordos por meio dos procedimentos nas unidades podendo ser representado por um Docente/Pesquisador, os quais perpassam várias unidades dentro da UFRA que visam seguir os procedimentos adequados para o estabelecimento dos PPPs, sendo eles:

- PROAF: Realizar análise preliminar de instrução documental e financeira da proposta e do plano de trabalho, elaborar as minutas de reconhecimento/ratifico da dispensa e das portarias de Coordenador e Fiscal do Projeto, prover o saneamento das pendências apontadas pela Procuradoria Jurídica e publicar os atos decorrentes da celebração no boletim interno;
- Procuradoria: Emitir parecer jurídico conclusivo sobre a celebração;
- Prefeitura: Registrar a dispensa e publicar no Diário Oficial (D.O.U.);
- Reitoria: Incluir na pauta do CONSUN a celebração do contrato de apoio da Fundação; autorizar previamente, por ato do (a) Reitor (a), a celebração do contrato; assinar o Termo de Reconheço/Ratifico de despesa, o contrato/convênio e as portarias de designação de coordenador e fiscal do projeto;
- DCC: Elaborar a minuta do instrumento jurídico, anexar as vias finais do instrumento jurídico, publicar no D.O.U. e cadastrar o contrato/convênio no SICON, acompanhar e controlar a execução contratual. DFC: Informar a Dotação Orçamentária/Emitir a Nota de Empenho e Realiza o cadastro do contrato/convênio no SIAFI (ver Anexo B).

Neste sentido, observa-se que as Instruções Normativas da instituição buscam estabelecer as formas de organização diante das PPPs, as quais buscam garantir as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

6.4 Resultados da Entrevista

Os entrevistados desta pesquisa receberam respectivamente os códigos de identificação E1 e E2, como forma de resguardar os seus nomes. O E1 possui formação em Direito. A sua entrevista ocorreu no dia 06 de novembro de 2023.

Com relação ao E2 tem como formação ser formado em Ciências Contábeis. Sua entrevista ocorreu no dia 17 de novembro de 2023.

O primeiro questionamento do roteiro foi referente ao pensamento sobre as PPPs nas Universidades Públicas no contexto atual. O E1 respondeu que acredita que as PPPs auxiliam no desenvolvimento dessas instituições por meio de projetos fomentados junto a esta parceria, haja vista que as universidades contam com um orçamento escasso, possuindo um teto e limite de gastos. E1 também justificou que por meio desse tipo de parceria será possível ocorrer uma execução financeira mediante um contrato estabelecido que poderá se enquadrar nas

modalidades de acordos de parceria e convênios, não havendo, assim, um limite de gasto pela instituição. Nesse sentido, reforça que é uma forma de desenvolver as universidades.

As PPPs podem, de fato, desempenhar um papel importante no desenvolvimento de instituições como as universidades, especialmente quando estes confrontos são restrições orçamentárias sérias. Ao estabelecer projetos de parceria com entidades privadas, as universidades podem acessar recursos adicionais e *expertise* que podem não estar disponíveis dentro de seus orçamentos limitados (EXATI, 2024).

Uma das vantagens das PPPs é que elas permitem que as universidades executem projetos sem depender exclusivamente de seus próprios recursos financeiros. Em vez disso, eles podem contar com investimentos privados para financiar iniciativas específicas, como construção de infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento de tecnologia, entre outras áreas.

Além disso, as PPPs muitas vezes envolvem contratos definidos entre as partes, o que fornece uma estrutura clara para a execução financeira do projeto. Isso pode incluir cláusulas sobre orçamento, prazos, responsabilidades e critérios de desempenho. Esses contratos podem oferecer flexibilidade às universidades, permitindo que elas realizem investimentos conforme necessário, sem ficarem restritos a um orçamento definido (EXATI, 2024).

Ao optar por parcerias público-privadas, as universidades também podem se beneficiar da *expertise* e dos recursos adicionais trazidos pelo setor privado. Isso pode incluir acesso a tecnologias avançadas, redes de contatos, habilidades de gestão e experiência em diferentes áreas. Essa colaboração pode contribuir para o desenvolvimento institucional e promover a inovação em diversos setores.

Portanto, as PPPs representam uma estratégia viável para o desenvolvimento das universidades, oferecendo uma maneira de superar as limitações financeiras e promover o crescimento sustentável por meio de parcerias colaborativas com o setor privado.

Já E2 respondeu que há uma carência de PPPs no âmbito da universidade como um todo, inclusive em recursos humanos como regimentos legais para estabelecer o padrão de uma parceria com instituições privadas. Além disso, E2 acredita que, em alguns casos, essa formalização de forma mais burocrática acaba por afetar essas formas de parcerias bem como sua execução, que é considerada pública e em grande parte perpassa pela licitação ou em casos excepcionais pode ser por meio de dispensa ou inexigibilidade (EXATI, 2024).

E2 afirmou que no que compete à esfera privada, o processo de execução ocorre de maneira “mais rápida”, pois o seu quantitativo de regramento é considerado menor que de uma instituição pública, ou seja, sendo um ponto relevante na execução das PPPs. O entrevistado complementa ainda que:

[...] o processo de execução ele é um pouco mais rápido, devido, vamos dizer, o quantitativo de regramento, ser considerado menor, do que em uma instituição pública, isso seja um ponto importante para as parcerias público privada, para que a gente seja possível, a execução de políticas públicas, de uma maneira mais célere, que possa conseguir o resultado, e não dizer com mais rapidez, e atingir assim o interesse público, isso hipóteses, porque às vezes nem sempre sai como desejado (E2).

Acerca do segundo questionamento, sobre a opinião dos entrevistados se as PPPs fazem uma grande diferença relacionada aos investimentos acadêmicos, pesquisa, estrutura ou mesmo serviços da UFRA, E1 afirmou que:

“Hoje em dia, o que a gente mais observa é que esses tipos de contratação (sic) fazem uma diferença muito grande relacionada a incentivo a pesquisas, porque a grande parte desses projetos, eles têm, na sua discriminação orçamentária, eles têm a previsão de bolsa aos pesquisadores, aos estudantes, aos técnicos e isso gera um grande incentivo, fomento para que eles dêem a continuidade e até o subsídio também. [Eles] precisam desse recurso para que eles permaneçam na pesquisa” (E1).

E1 também complementa que os projetos contribuem para outras vantagens no âmbito da universidade e cita exemplo de projetos os quais têm aquisição de equipamentos e que ao final da parceria, esses equipamentos podem se tornar patrimônio permanente nas universidades, ficando disponível para a sua utilização, estimulando a pesquisa. Assim, ele considera isso como algo positivo.

Por sua vez, E2 acredita que atualmente as PPPs são a única forma de parceria público-privada que existem. Também acredita que as Fundações de Apoio são um diferencial considerável, pois regulamentam os projetos específicos das atividades das universidades: ensino, pesquisa e extensão. E2 ainda menciona que as atividades de desenvolvimento institucional são relevantes na execução ou até mesmo na evolução das políticas públicas voltadas as atividades da universidade, exceto obras específicas, mas podem ser incluídas obras laboratoriais. Mesmo assim, o entrevistado considera relevante as PPPs.

Quanto ao terceiro questionamento, relacionado a visão sobre os possíveis problemas que foram ocasionados após o descredenciamento da FUNPEA, no que se refere a formalização de contratos de PPPs na UFRA, E1 expôs que:

“A Funpea... era a fundação de apoio credenciada junto à UFRA. Então, ainda que a FUNPEA tivesse outros parceiros, o parceiro principal dela era a UFRA. Ela foi criada para atender a UFRA, os projetos da UFRA. Com o descredenciamento da Funpea junto ao MEC, a universidade sofre anualmente, tendo que fazer autorizações com outras fundações de apoio, o que é um fator limitante à celebração dos novos contratos e convênios” (E1).

E2 também se questiona e expõe que essa situação de não poder contar com uma Fundação de Apoio poderá prejudicar a instituição sobre o descredenciamento da FUNPEA – que foi o que ocorreu - já que tudo passa pelo Ministério da Educação (MEC), pois os credenciamentos e autorizações das universidades são anuais. Além disso, a entrevistada explica que a avaliação é demorada e normalmente perpassa por um chamado:

“[...] Grupo de apoio técnico (GAT) do MEC [...] O que acontece, às vezes, o nosso processo fica em pauta. Não é aprovado ou é aprovado com alguma diligência, então a gente só consegue ser autorizado novamente quando supera essa diligência e isso faz com que a gente fique inviabilizado de celebrar novas parcerias por boa parte do período de um ano, por exemplo, por meses. A gente, às vezes, fica descredenciado um mês, dois meses, três meses ao longo do período de 12 meses, o que é muito ruim para a instituição. Então, isso foi um grande ponto negativo do descredenciamento da Funpea” (E2).

Na quarta pergunta, E1 se questiona bastante sobre a porcentagem que a FUNPEA estipulava com a parceria na UFRA, que era diferenciada de demais fundações de apoio, porém, a entrevistada não deixou claro qual seria a quantidade. E1 mesmo responde que a UFRA, de forma rápida, conseguiu, atualmente, o mesmo percentual de projetos vigentes que possuía na época da FUNPEA relacionado a outras fundações de apoio. Isso porque existe uma demanda grande entre os pesquisadores, principalmente, no que compete aos editais do Governo Federal, editais do MAPA e outros. Assim, o pesquisador capta os recursos contribuindo com a instituição, bem como a UFRA agiu de forma atuante ao buscar fundações que poderiam ser parceiras da universidade, conseguindo alto volume de processo, recuperando do período do descredenciamento.

Esse comentário de E1 torna-se relevante em compreender o papel que o pesquisador da UFRA tem em captar as parcerias com outras instituições, bem como contribui para o estabelecimento com fundações de apoio para engrandecer os laços da universidade com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por isto, de acordo com Paes (2010), torna-se relevante estabelecer o relacionamento entre as fundações de apoio e as IFES. Essa parceria ocorre por meio de convênios, acordos e contratos, já que envolve recursos financeiros. Além do mais, pode-se dizer que:

Quando as fundações de apoio realizam o gerenciamento de recursos públicos que lhe são repassados, elas devem observar os princípios da administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Assim, as fundações de apoio deverão submeter-se às normas de licitação e contratos da administração pública, especificamente, se tratando de contratação de obras, compras e serviços (CAMPOS; OLHER; COSTA, 2015, p. 223).

Ainda sobre os possíveis problemas que o descredenciamento da FUNPEA causou, no que se refere a formalização de contratos de PPPs na UFRA, E2 também emitiu sua opinião e respondeu que:

Houve sim, em termos, não só de lapso temporal, mas a Instituição ficou sem uma fundação de apoio que pudesse contribuir para que a UFRA executasse projetos de ensino, pesquisa e extensão, mas vejo também sobre o ponto de vista da imagem da Instituição que acabou, acho que perdendo algumas parcerias, que talvez se não tivesse ocorrido, esse evento, talvez a Instituição tivesse um leque maior de projetos, que é assim por diante (E2).

E2 menciona ainda que essa situação contribuiu para que houvesse o estabelecimento de regramento, normativas que pudessem minimizar os atos que não fossem condizentes com a própria legislação. A partir disso, criou-se procedimentos de formalização da execução para que a prestação de contas dos projetos de fundações de apoio fosse executada com maior rigidez aos trâmites da execução de PPPs. Segundo E2, essa forma de atuação gerou:

[...] uma certa demora, a compreensão de todos os envolvidos, para que fosse avançando. Até hoje, acho que ainda tem um certo... vamos dizer, um cuidado, para que as coisas caminhem corretamente, mas vem avançando (E2).

Esse comentário do entrevistado E2 revela que para que haja na relação entre a IFES e as fundações de apoio, parcerias de forma íntegra, a formalização e regras que envolvem a prestação de contas são fundamentais nesse processo. A prestação de contas, segundo Peixe *et al.* (2011), aponta que os valores acordados em porcentagem pela IFES e fundação de apoio “devem atender os requisitos dispostos na legislação vigente à época do repasse, além de seguirem fielmente o objeto do convênio ou do contrato firmado e disposições específicas” (PEIXE *et al.*, 2011, p. 1).

Por isso, conforme apresentado no item 6.1, Relatórios de Gestão são importantes diante da forma de prestação de contas e como foi descrito, a FUNPEA não realizou este procedimento que se encontra respaldado em Brasil (1994) ao apontar no Código Civil que as fundações de apoio estão sujeitas à fiscalização do Ministério Público.

Em meio às diversas finalidades das fundações de apoio, pode-se destacar o auxílio administrativo e financeiro na execução dos projetos das IFES, por meio da captação de mais recursos, bem como o gerenciamento mais ágil e flexível dos mesmos (CAMPOS; OLHER; COSTA, 2015, p. 223).

Perguntou-se aos entrevistados sobre a percepção do que deve ser realizado para capacitar os servidores que irão atuar na fase de projetos e gestão dos contratos de PPPs. E1 afirmou que acredita que:

[...] deva existir um planejamento maior dentro da universidade, um planejamento contínuo, permanente de capacitação dos servidores que atuam, tanto nas fases de celebração desses ajustes, quanto na fase de acompanhamento, que são os gestores e fiscais, de como eles devem atuar e depois e, principalmente, porque o que a gente quer numa visão, assim, finalística, é que o recurso seja aplicado de maneira correta (E1).

E2 continua expondo sua opinião e menciona que na prestação de contas, os servidores que ficarem responsáveis devem ter uma capacitação efetiva, para que a instituição possa ter um controle de capacitações permanentes de servidores. Deve-se cumprir uma programação e agenda. Além disso, complementa que precisa ser de forma presencial e não limitando-se apenas a Diretoria de Contratos, mas, principalmente, o pesquisador. Isso porque:

[...] ele vai precisar estar consciente ali, das despesas permitidas, das despesas que já não têm amparo legal, se é possível que o projeto dele contemple obra, se não é, como ele vai ordenar despesas junto à Fundação, o que é o papel dele e até onde vai o papel da Fundação, que, às vezes, isso se confunde. Então, eu acredito que isso facilitaria muito os processos dentro da Universidade (E2).

Já E2, sobre esse assunto, afirma que existem poucas instituições que atualmente trabalham com fundações de apoio e acredita, diferentemente de E1, que não apenas capacitações irão resolver a situação. E2 acrescenta que se necessita de *benchmarking*¹², pois a universidade tem seu fluxo estabelecido conforme a legislação vigente. Porém, acrescenta que é preciso:

[...] fazer esse levantamento em outras universidades, ou outras instituições, analisando o que está dando certo, a fim de tornar o processo mais célere, mas sem esquecer os normativos e a legislação. Existem poucos cursos nessa área para capacitar, mas acredito que essa parceria com as outras instituições seria um ponto importante para a evolução das PPPs dentro de uma instituição (E2).

No quinto questionamento, acerca da opinião dos entrevistados sobre medidas que podem ser adotadas para prevenir a possível ocorrência de irregularidades no período de

¹² Segundo Spendolini (1994, p.10), *benchmarking* é um procedimento sistemático e constante que visa avaliar os produtos, serviços e processos de trabalho de organizações reconhecidas como exemplares das melhores práticas. O propósito desse processo é promover aprimoramentos na organização. Nesse contexto, o *benchmarking* é compreendido como uma ferramenta que permite a comparação contínua dos próprios processos, produtos e serviços com as práticas mais destacadas na área, buscando estabelecer metas alcançáveis. Isso possibilita a implementação de um plano de ação concreto com o intuito de manter a eficiência e alcançar o status de líder em um prazo razoável.

contrato firmado das PPPs, E1 respondeu que acredita que não houve nenhuma fiscalização eficiente no local para as medidas de controle da administração. Como exemplo, cita:

[...] os relatórios de execução do contrato para o gestor do contrato e ao mesmo tempo peça para a Fundação de Apoio mensalmente as informações financeiras para saber se aquelas informações estão coerentes que acompanhe. Se aquele contrato vai ter visita que aí o fiscal possa ir lá em loco e acompanhar a visita, acompanhar reunião companhia que está acontecendo junto com o coordenador. Eu acredito que uma fiscalização eficiente ela minimize muito a ocorrência de irregularidade (E1).

Além disso, expõe que acredita em uma fiscalização eficiente que minimize as possíveis irregularidades. Para E2, a questão do período do contrato firmado envolve legalidade e deve passar o momento de celebração, pois necessita envolver metas e dados métricos para verificação de resultados encontrados para prestação de contas, permitindo que esse processo seja acompanhado. Com relação a sua outra sugestão, a capacitação de pessoas aptas a celebração de contrato, pode-se compreender que para capacitar precisa envolver principalmente os gestores, pois o relacionamento com fundações de apoio requer cuidado e cautela.

Em relação ao sexto questionamento, foi perguntado sobre a consideração da estruturação de PPPs bem-sucedidas e quais os indicadores desse sucesso. E1 afirmou que acredita que os resultados são os maiores indicadores do sucesso das PPPs, pois os projetos sendo executados em conjunto com a comunidade acadêmica, em funcionamento, podem demonstrar sucesso. Assim, E1 aponta exemplos para fundamentar sua fala:

Publicações em caráter nacional, internacional, publicações que vão melhorar, por exemplo, os indicadores da própria universidade. São indicadores de sucesso. No nosso caso, que trabalhamos mais com a parte financeira, parcerias público-privada, significa que o dinheiro aportado foi gasto com legalidade, com moralidade, com eficiência, com tudo que o serviço público precisa (E1).

Já para E1, o sucesso de estruturação das PPPs está ligado ao início desse processo quando se estipulam objetivos e metas que sejam alcançadas ao final do mesmo e que consiga atingir o interesse público, por meio da formação de pessoas e capacitação de professores. Para isso ter sucesso, é necessário engajamento de todos no processo de planejamento delas, pois, o que se observa é que as pessoas ou certas unidades não possuem tempo ou mesmo falta de vontade, deixando a construção dessa parceria para última hora. Por isso, E2 reforça que com um “planejamento adequado, ou acompanhamento, [possibilitam] estar no caminho certo”. E2 complementa que o grande problema está no planejamento ou na falta dele.

No sétimo questionamento, se existem fatores críticos para o sucesso de uma estruturação de PPPs e se for positivo que explique quais os fatores, E1 expõe que existem dois momentos críticos nas PPPs, um deles é na forma como se celebra a parceria por meio da coleta documental, a legislação. Nesse sentido, reforça as legislações sendo a Lei 8.958 e o Decreto 7.423 de 2010 que regulamenta essa lei, e a normativa interna que são as resoluções 185 de 2017 do CONSUN da UFRA, com o objetivo de trazer uma série de documentações que são necessárias para obedecer aos procedimentos das PPPs. E1 ressalta que isso é um entrave quando se vê o lado do parceiro privado, pois ele está acostumado com prazos rápidos. Sendo assim, E1 afirma que:

Eles querem celebrar, por exemplo, em 30 dias a parceria. Celebrar, mas em um prazo de, por exemplo, 180 dias, que é o prazo em que a gente consegue hoje tramitar em diversos setores internos um processo, uma instrução processual para que ele aconteça de forma perfeita diante da legislação, do que a legislação nos pede. Então, esse é um grande gargalo na hora de celebrar uma parceria. É conciliar o interesse privado, porque o parceiro também está ali, ele quer aportar, quer que tudo isso aconteça, a rapidez com que ele quer que fazer com que tudo isso aconteça com a rotina da administração mesmo e o segundo grande entrave também perpassa pela parte da legislação pela mesma legislação que já é na parte da prestação de contas que na parte da prestação de contas, a gente também tem uma série de documentações a serem exigidas, e é uma documentação que às vezes as fundações de apoio, como elas trabalham com diversos parceiros, elas não estão acostumadas a... a cumprir toda a documentação que a nossa normativa interna exige. Então, ela é acostumada a cumprir um padrão, por exemplo, da lei 8958, mas todo por menor da UFRA, ela já não está tão acostumada, ou então não naquele layout, não naquele formato que também gera um entrave e apresenta um gargalo pela demora. A gente tem um prazo contratual, por exemplo, para apresentar prestação de contas e às vezes as nossas contratadas não conseguem atender. os nossos prazos acabam demorando bastante por conta disso (E1).

E2 expõe que o planejamento é um fator preponderante nesse processo, pois em grande parte ocorre sem o devido planejamento. Existe outra situação, a qual na unidade da universidade não ocorre o planejamento adequado, expondo vários fatores: “às vezes até de curto para as unidades, não se tem o planejamento adequado, seja por conta de falta de tempo, e às vezes, é até o que eu vejo por falta, de vontade, mesmo, de tentar deixar as coisas para a última hora, de tentar esperar, que as coisas aconteçam”.

Quando questionado sobre as dificuldades encontradas para manter o contrato e o efetivo desenvolvimento acordado no Contrato firmado de PPPs, E1 respondeu que as maiores dificuldades são na finalização da parceria, pois muitas instituições não conseguem concluir todo o processo de formalização de parcerias. Além disso, exemplifica que na época da FUNPEA muitas parcerias não foram concluídas, o que dificultou o firmamento delas. Já atualmente aponta que:

Hoje em dia a gente vem com a prática realmente dos contratos que são iniciados e finalizados no seu prazo natural de vigência. O máximo que pode acontecer é, por exemplo, por algum... Como foi o caso da pandemia, alguns pesquisadores precisaram mesmo alterar a rota do seu plano de trabalho, do que estava previsto no seu plano de trabalho, alterar prazos, porque a pandemia impactou sobre maneira, atividades que eles precisavam fazer de forma presencial. Então, alguns conseguiram adequar para atividades EAD, outros no projeto não tinham como fazer isso. de modo que eles tiveram que atualizar seus planos de trabalho e pedir prorrogação de prazo nos seus contratos (E1).

Para E1, o problema está quando existe mais de uma parcela de recursos, pois há procedimento específico para o repasse dessa verba, com prestação de conta especial, condicionando a aprovação do contrato à aprovação daquela parcela e se a parcela não for liberada por algum impedimento do TCU, não é viável a continuidade, por exemplo, pois aquele determinado contrato não se aplicou o recurso na conta de aplicação e de rendimento de recurso, enquanto ele estava parado não dando continuidade. Ademais, afirma que:

Esse seria um caso, por exemplo, de contratação que não teria continuidade por conta disso. Ai vamos lá, pensar em outras dificuldades para manter o contrato. Então seria um caso que o contrato não iria encerrar a vigência, no entanto iria ter, iria cumprir com o controle interno da instituição. Isso aconteceria por meio de um mecanismo de controle financeiro. E o outro caso, acredito, seria realmente casos em que o gestor do contrato não conseguiu se planejar de maneira adequada na execução financeira dos seus recursos. E aí, nesse caso, realmente, se há falta de planejamento, ela pode gerar um insucesso de um contrato, que ele não consiga levar a sua contratação até o final, seja porque ele vai demandar de muito mais recursos do que veio previsto. quando ele, por exemplo, submeteu um edital, ou quando ele captou recurso de uma emenda parlamentar. Mas aí o projeto dele, na verdade, necessitava de muito mais do que ele estava prevendo. Ai realmente não teria como dar continuidade. Ou quando ele faz ou superestima, ou estima muito abaixo, digamos assim. Realmente é algo que ele não vai conseguir, de repente, dar uma finalização do que ele havia planejado. Falta de planejamento. Então são os dois casos que eu imagino que... são grandes dificuldades para manter o contrato, falta de planejamento e se acontecer durante o controle ao longo da contratação alguma impropriedade que prejudique que aquele contrato continue (E1).

Por sua vez, E2 observa que existem dificuldades que visualiza como normais. Assim, para explicar melhor, expõe como exemplo, alguém que estimou os trâmites interno e realizou um planejamento calculado para tais, porém, com o passar do tempo, percebeu que não era dessa forma que ocorria, pois a execução e os resultados não foram como esperados.

Sendo assim, E1 e E2 demonstram de forma clara os processos administrativos que envolvem o cenário de estabelecimento de parceria, haja vista que o principal no endereçamento deles está o planejamento, pois como observou-se, E2 expôs que muitos contratos não se concretizam por justamente no ato do planejamento até a finalização, os resultados não foram o que se estabeleceu no próprio planejamento.

No nono questionamento referente a percepção quanto às formas de parcerias e quais deveriam ser implementadas na UFRA, E1 expõe de forma positiva que a UFRA, atualmente, celebra contratos de convênios por meio da Lei 8.958, por meio da inovação com acordos de pesquisa. Assim, E1 acredita que essa forma [as PPPs] contribuem para o futuro das universidades, pois é a *“celebração cada vez mais desse tipo de instrumento, procurando agregar não só as perícias das fundações de apoio e executar rapidamente os recursos financeiros que vêm aportados para os projetos, como também o interesse privado em fomentar a pesquisa dentro das universidades”*.

Sobre esse questionamento, E2 afirma que as parcerias das fundações de apoio possibilitam que não apenas as IES se beneficiem, por meio de valores que irão auxiliar em um orçamento menor que vem normalmente do Governo Federal. Isso possibilita que as fundações de apoio permitam explorar a execução de projetos que incentivem o ensino, pesquisa e a extensão da universidade. Além disso, afirma que existem três figuras relevantes, neste processo, de PPPs, sendo eles: empresa privada, universidade e as fundações de apoio. O entrevistado complementa que:

“É, o que eu penso, e para que essas parcerias público privadas na Universidade, sejam bem sucedidas, deve haver um bom planejamento, um grande problema, também que a universidade apresenta e a quantidade de projetos que ela tem para analisar, e eu tinha na época, por exemplo, algo que eu achava que eu deixei a passada de fundação de apoio, ela queria executar vamos dizer, 20 projetos no ano, mas, na época, a diretoria de contratos e convênios, não tínhamos a capacidade técnica para analisar 20 contratos, eles estavam para analisar 20 projetos que eles fossem concluídos e assinados durante o ano, os 20 projetos, mais não havia servidores suficientes. Além disso, é bom citar que, a cada projeto do celebrado, é uma prestação de contas a ser analisada. Então, isso abre a torneira na celebração, eu vou aumentar o trabalho, não só na celebração, porque, posteriormente, tem os aditivos, prorrogações, alterações, como também na prestação de contas, ter prestação de contas semestrais, a cada nova parcela, havia uma prestação de contas, na época, nós não tínhamos mais capacidade operacional para isso. Então, o que eu penso para a implantação na universidade, talvez, realizar a editais de seleção de projetos, estabelecer uma quantidade máxima, que é o que a universidade de tanta capacidade de atuar atualmente, com a mão de obra que possui, e aí selecionar a cada ano esses projetos, que é a gente toda a comunidade acadêmica já saberia, quais seriam os projetos que seriam celebrados, com o seu interesse da administração, e aí, toda a gente já se esforçava para que aquela quantidade de projetos fossem celebrados, e a cada finalização do projeto, abriria um novo edital, assim por diante, simplificando e dando acesso a todos os interessados” (E2).

Na concepção de E2, não adianta celebrar vários projetos, se não há planejamento para todas as ações dele, bem como a prestação de contas, o qual muitas vezes não se tem condição de acompanhar.

Com relação ao último questionamento, sobre a opinião da existência de uma fundação de apoio própria da UFRA, E1 afirma ser favorável porque acredita que a UFRA seja apoiada por outras fundações de apoio, já que em um longo período ficará sem está credenciada junto ao MEC. Além disso, complementa que:

[...] ainda que a UFRA se planeje, o processo de renovação de apoio nem sempre é rápido, porque demanda de uma aprovação de relatório de gestão da Fundação de Apoio, às vezes o relatório demora a chegar na universidade, às vezes o que se demora é analisar aquele relatório. Ao final, se aquele relatório for aprovado, após todas as diligências da equipe que vai fazer a análise desse relatório, ela vai submeter ao Conselho Universitário, então vai também demandar, do momento que o Conselho vai reunir, porque o grupo de apoio técnico do MEC só aceita reuniões que acontecerem por meio do colegiado do Conselho Universitário Máximo da Instituição” (E2).

E1 apoia seu argumento na resolução nº 213 de 2018, aprovada pelo CONSUN e que fomenta que tendo uma fundação de apoio na universidade ela ficaria com o teto do custo operacional, que era de 5% na celebração de contratos e 15% na celebração de convênios, ela estabeleceu o teto de 10% na celebração de contratos, convênios e outros ajustes, firmando-se, assim, um teto que atende a universidade.

Normalmente, um projeto cobra 6%, 7%, 8%, só que o teto é 10%. E1 também afirma que como a fundação de apoio não tem como foco o lucro, facilita com que o “*custo operacional [seja] totalmente detalhado em que ela está tendo e de espera para poder executar aquele projeto. Então ele vai mostrando tudo até chegar naquele valor. Como eu te disse, tem projeto que é 6%, 7% o valor é bem variável e o limite de 10% fica um limite bem confortável hoje, na exceção dos nossos projetos”*.

Já E2, cita que já existia fundação de apoio, antes de sua ida para a DCC, que era a FUNPEA. Porém, um ano depois de sua chegada ao setor, a instituição ficou sem este apoio dessa fundação e outras. Assim, ele complementa que:

“[...] então, eu não tive uma vivência assim com uma fundação de apoio, nossa, atuante, a gente teve que caminhar para uma fundação de apoio, vinculada a outra universidade, e a gente acabou pegando a autorização. Eu penso que seria interessante, uma fundação de apoio, que fosse credenciada a universidade (UFRA), ou eu acredito que, a proximidade, né? é...,é...,também seria um ponto positivo, né? nas execuções dos projetos, além do mais, a gente teria uma fundação credenciada em termos, também, de burocracia, além de tempo, atualmente, tem uma solicitação anual que precisa de autorização de um conselho, só fica ao ano, tem que renovar anualmente, e, às vezes, os processos internos, é um mais demorado e pelo curto espaço de tempo, pode ficar fundação, e o meu ponto de vista seria interessante” (E2).

A partir do que foi encontrado em todo o material de apoio da pesquisa documental e de campo, fica evidente que a instituição, de todas as formas, queria sentir-se apoiada pela FUNPEA no tempo em que durou a sua efetivação como parceira na UFRA. Porém, não foi o que ocorreu e muitos projetos deixaram de ser acertados e outros não conseguiram sua consecução.

Foi possível observar que os entrevistados tiveram suas percepções sobre o ocorrido no caráter da UFRA, bem como estes em grande parte do que expuseram entraram em concordância sobre inúmeros pontos: escolha da instituição de apoio, negociação de porcentagem de repasse a fundação, planejamento, capacitação de gestores e pessoas envolvidas no processo de PPP.

As PPPs têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento e na sustentabilidade das IES e a experiência da UFRA, entre os anos de 2012 e 2022 evidencia essa importância. Ao longo dessa década, observou-se uma evolução significativa na forma como a UFRA se relaciona com o setor privado, gerando impactos tanto na qualidade acadêmica quanto na infraestrutura e recursos disponíveis (UFRA, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2022).

Primeiramente, destaca-se o papel das PPPs na expansão da infraestrutura da UFRA, com prédios e equipamentos, porém, quando se conclui alguns projetos, muitos equipamentos podem não ter mais utilidade ou até mesmo, atualmente, alguns prédios encontram-se com infraestrutura comprometida. Com recursos financeiros provenientes do setor privado, a universidade pôde investir em novos prédios, laboratórios e tecnologias, proporcionando um ambiente acadêmico mais moderno e adequado às demandas contemporâneas. Essa expansão não apenas melhorou as condições de estudo para os alunos, mas também fortaleceu a pesquisa e a inovação, consolidando a UFRA como uma instituição de referência na região amazônica (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2023).

A pesquisa avaliou a contribuição das PPPs para o desenvolvimento finalístico da UFRA entre 2012 e 2022, o qual foram examinados documentos, contratos e PPPs com a fundação de apoio, FUNPEA, analisadas as parcerias com as fundações FADESP e FUNPEA, e obtida a percepção dos gestores da UFRA. A pesquisa identificou áreas de atuação, resultados e constatou que as PPPs são cruciais para o desenvolvimento da instituição. Ela busca melhorar as relações público-privadas na UFRA, otimizar recursos, promover excelência acadêmica e atingir objetivos estratégicos. A pesquisa respondeu à pergunta sobre como as PPPs contribuem para o desenvolvimento institucional das IFES, tendo como base esta instituição, destacando benefícios em infraestrutura, tecnologia, capacitação docente, intercâmbio, pesquisa,

desenvolvimento e recursos financeiros. Limitações incluíram dificuldades na coleta de dados e acesso a contratos. O estudo sugere pesquisas futuras e a promoção de debates para aumentar a conscientização sobre as PPPs na gestão educacional universitária.

Além disso, a PPP contribuiu para a internacionalização da UFRA. Com a entrada de investidores privados e a colaboração em projetos de pesquisa e desenvolvimento, a universidade teve a oportunidade de estabelecer parcerias com instituições estrangeiras, promovendo intercâmbio acadêmico e atraindo pesquisadores renomados para colaborar em projetos inovadores. Essa internacionalização não apenas elevou o prestígio da UFRA, mas também enriqueceu o ambiente acadêmico com perspectivas globais. Porém, passou por momentos difíceis com a FUNPEA e que ainda estão em processo judicial (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2024).

Contudo, é fundamental salientar que a implementação de PPPs requer uma gestão cuidadosa e transparente. O sucesso dessa modalidade de parceria depende da definição clara de objetivos, da negociação equilibrada de interesses e da fiscalização rigorosa dos recursos alocados. O desafio está em manter o equilíbrio entre a autonomia universitária e a parceria com o setor privado, garantindo que os interesses acadêmicos e científicos não sejam comprometidos em detrimento de interesses comerciais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a contribuição das PPPs para o desenvolvimento finalístico da UFRA no período de 2012 a 2022. Acredita-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, haja vista que foram verificados os documentos de 2012 a 2022 que tratam da prática de PPPs na UFRA, por meio dos contratos e PPPs realizados com a fundação de apoio (FUNPEA); analisou-se as PPPs celebradas entre a Ufra e as fundações de apoio (FADESP e FUNPEA), no período de 2012 a 2022; e a percepção dos gestores da DCC da UFRA.

Desse modo, visou mapear e compreender os termos e condições das parcerias, identificando as áreas de atuação e os resultados obtidos, que foram: identificar os relatórios de gestão da PROAF, acordos de cooperação, Instrução Normativa e entrevista com dois colaboradores que já fizeram parte da gestão relacionada aos aspectos voltados às PPPs quais constataram que elas são um fator determinante para o estabelecimento do desenvolvimento de uma instituição de ensino como a UFRA. Também as experiências vivenciadas, desafios enfrentados e lições aprendidas foram considerados, proporcionando, uma visão mais abrangente e contextualizada.

A pesquisa almeja contribuir para o aprimoramento contínuo das relações público-privadas na UFRA, identificando oportunidades de fortalecimento e áreas de melhoria. A avaliação crítica dessas parcerias permitirá à instituição otimizar seus recursos, promover a excelência acadêmica e alcançar seus objetivos estratégicos, consolidando-se como uma referência no cenário educacional e científico da Amazônia.

Este trabalho buscou responder o seguinte questionamento: Qual foi o impacto das Parcerias Público-Privadas na UFRA durante o período de 2012 a 2022?

Um a delas é na Infraestrutura e Modernização, pois podem ser uma fonte de investimento significativo para a construção, reforma e modernização de instalações físicas da instituição, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e áreas esportivas. Isso contribui para a melhoria do ambiente de aprendizagem e promove uma infraestrutura mais adequada às necessidades dos estudantes.

Outra maneira é por meio de tecnologia e Inovação, mediante parcerias com o setor privado que podem viabilizar a implementação de soluções tecnológicas avançadas, laboratórios especializados, redes de internet de alta velocidade e outras inovações que melhoram a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Em terceiro, a capacitação e Desenvolvimento Docente, pois podem apoiar programas de capacitação e desenvolvimento profissional para docentes, garantindo que a instituição esteja alinhada com as melhores práticas educacionais e tecnológicas. Isso contribui para a qualidade do ensino oferecido. Em quarto, o intercâmbio e colaboração por meio de parcerias com empresas privadas podem facilitar programas de intercâmbio, estágios e colaborações entre a instituição e o setor privado. Essa interação promove uma maior integração entre a academia e o mercado de trabalho, preparando os estudantes para os desafios do mundo profissional.

Observou-se, também, que as PPPs contribuem para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pois podem impulsionar projetos dessa natureza, permitindo que a instituição participe ativamente de iniciativas inovadoras em colaboração com empresas privadas. Isso não apenas fortalece a reputação da instituição, mas também contribui para o avanço científico e tecnológico.

E, por último, o aumento de Recursos Financeiros, pois as PPPs podem proporcionar um fluxo adicional de recursos financeiros, aliviando a pressão sobre o orçamento público da instituição. Isso permite a realização de projetos e iniciativas que, de outra forma, seriam inviáveis devido às restrições orçamentárias.

Neste sentido, é importante ressaltar que a implementação bem-sucedida de PPPs requer uma cuidadosa gestão, transparência e um claro alinhamento de interesses entre a instituição e os parceiros privados. Quando conduzidas de maneira eficaz, as PPPs podem ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento finalístico de uma IFES.

Como limitações da pesquisa, observou-se a dificuldade na coleta de dados e, principalmente, de acesso a contratos que foram estabelecidos no período da FUNPEA, isto porque estão sobre guarda da justiça.

Espera-se que este trabalho contribua para a relevância em identificar o papel das PPPs nas IES, em especial na UFRA. Neste sentido, sugere-se como pesquisas futuras sobre esta temática, Análise comparativa de modelos de PPPs em IES, Estudo de casos de boas práticas em PPPs educacionais, Análise do papel do setor privado na melhoria da qualidade e da inovação nas IES. Essas seriam algumas das possíveis pesquisas a serem desenvolvidas, bem como produção de artigos relacionados as PPPs nas IES.

Além disso, sugere-se a promoção de palestras para que outras instituições publiquem mais sobre esta temática importante no âmbito da gestão pública, estimulando o debate e a colaboração entre diferentes atores interessados nesse campo, incluindo gestores públicos, representantes do setor privado, pesquisadores acadêmicos e membros da sociedade civil.

Essas iniciativas podem contribuir para aumentar a conscientização sobre a importância das PPPs na gestão educacional de uma Universidade e incentivar a produção de mais estudos e artigos sobre o tema. É comum que, em documentos oficiais ou contratos, os benefícios e os prejuízos específicos de cada acordo não sejam detalhados. Em vez disso, o foco geralmente está nas atividades a serem realizadas, nos objetivos a serem alcançados e nos prazos estabelecidos para a cooperação.

A PPP demonstrou um impacto significativo na internacionalização da UFRA. A entrada de investidores privados e a colaboração em projetos de pesquisa e desenvolvimento podem ter proporcionado à UFRA oportunidades únicas para se envolver em parcerias com instituições estrangeiras. Isso não só promoveu o intercâmbio acadêmico, mas também atraiu pesquisadores renomados para contribuir com projetos inovadores. Essa internacionalização provavelmente elevou o prestígio da UFRA e enriqueceu seu ambiente acadêmico com perspectivas globais.

No entanto, é mencionado que a UFRA passou por momentos difíceis com a FUNPEA e que ainda está em processo judicial. Mas é possível que questões relacionadas à PPP ou outras áreas de colaboração com entidades privadas tenham levado a desafios legais ou disputas. Esses desafios podem ter impactado negativamente os esforços de internacionalização da UFRA, causando interrupções ou desconfiança em potenciais parceiros estrangeiros. Portanto, a UFRA está caminhando em busca de sua reestruturação diante de parcerias significativas.

As parcerias com o setor privado viabilizaram a implementação de soluções tecnológicas avançadas, laboratórios especializados e redes de internet de alta velocidade, melhorando a qualidade do ensino, pesquisa e extensão. Apoiaram programas de capacitação e desenvolvimento profissional para os docentes, alinhando a instituição com as melhores práticas educacionais e tecnológicas, o que contribuiu para a qualidade do ensino oferecido.

Também promoveram parcerias com empresas privadas que facilitaram programas de intercâmbio, estágios e colaborações entre a UFRA e o setor privado, preparando os estudantes para os desafios do mercado de trabalho. Impulsionaram projetos de pesquisa, permitindo que a UFRA participasse ativamente de iniciativas inovadoras em colaboração com empresas privadas, fortalecendo sua reputação e contribuindo para o avanço científico e tecnológico.

As PPPs proporcionaram um fluxo adicional de recursos financeiros, aliviando a pressão sobre o orçamento público da instituição e permitindo a realização de projetos que, de outra forma, seriam inviáveis. No entanto, a pesquisa também identificou desafios, como a dificuldade na coleta de dados e o acesso limitado a contratos estabelecidos no período da FUNPEA, devido a questões judiciais. Além disso, foram mencionados momentos difíceis da

UFRA com a FUNPEA, possivelmente resultando em desafios legais que impactaram os esforços de internacionalização da instituição.

Por fim, são sugeridas futuras pesquisas e iniciativas para promover o debate e a colaboração sobre a importância das PPPs na gestão educacional das IES, visando o aprimoramento contínuo das relações público-privadas e o fortalecimento do papel das universidades na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; CALVOSA, M. V. D.; BATISTA, L. G. Hélice tríplice no Brasil e na América Latina: fomentando o desenvolvimento através do ator universidade. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 61, n, 1, p.1-12, 2013.
- AGÊNCIA PARÁ. **Pesquisadores do Xingu apresentam resultado de pesquisa apoiada pela Fapespa**. 2015. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/8501/pesquisadores-do-tingu-apresentam-resultado-de-pesquisa-apoiada-pela-fapespa>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- ARAGÃO, A. S. As parcerias público-privadas - PPPs no direito positivo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v.240, p. 105-145, abr./jun. 2005.
- ARAÚJO, R. S. **O PDRS Xingu e a política de expansão da UFPA no contexto de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o caso do campus de Altamira**. Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- BANCO MUNDIAL (Global). **A Framework For Disclosure In Publicprivate Partnerships: Technical Guidance For Systematic, Proactive Pre- & PostProcurement Disclosure Of Information In Public-Private Partnership Projects**. [S. l.], 2017.
- BASIT, Abdul. **A parceria público-privada na indústria da defesa: desafios e oportunidades para os países em desenvolvimento**. 65 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégica) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018.
- BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**, 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BARBOSA, A. P.; MALIK, A. M. Desafios na organização de parcerias público-privadas em saúde no Brasil. Análise de projetos estruturados entre janeiro de 2010 e março de 2014. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n.5, p.1143-1165, set./out. 2015.
- BLASKO, D. J. **Chinese Military Logistics: The GAD System Part II**. China Brief, v. 4, 2004.
- BNDES. **Privatização - Federais – PND**. [S.l.]: BNDES, 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BOGOSSIAN, A. M. Sistema de contas vinculadas : uma alternativa para problemas de efetividade no reequilíbrio econômico-financeiro em concessões e parcerias público-privada. In: SILVA, M. S. (org.). **Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura**. Brasília: IPEA, 2022. p.317-336.
- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.
- BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; BRASIL. Ministério da Educação. Portaria conjunta nº 79, de 18 de Julho de 2019. Dispõe sobre o descredenciamento da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 137, 18 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundações de apoio**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/fundacoes-de-apoio-sesu>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qual a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** [Brasília: MEC], 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.204, de 13 de setembro de 2004**. Dispõe sobre a substituição de Ministros de Estado em suas ausências do território nacional, nos seus afastamentos ou em outros impedimentos legais ou regulamentares. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5204.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.423/2010 de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos

de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113529.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8958.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997**. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19491.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

BRITO, B. M. B.; SILVEIRA, A. H. P. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 1, p.7-21. jan./mar.2005.

CAMPOS, L. F. F. ; OLHER, B. S. ; COSTA, I. S. A Atuação das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior: o estudo de caso da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão deputado último de Carvalho, MG – Brasil. **Holos**, Natal, v. 6, n. 31, 2015.

CARVALHO, R. **As fundações de apoio**: segue o desafio. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <http://raquelcarvalho.com.br/2018/05/15/as-fundacoes-de-apoio-segue-o-desafio/>. Acesso em: 13 maio 2023.

CASADY, C. et al. Examining the state of Public-Private Partnership (PPP) institutionalization in the United States. **The Engineering Project Organization Journal**. Chennai, v. 8, pp. 177-198, 2018.

CHAVES, M. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 99-106, set. 2006.

CHAVES, V. L. J. **As feições da privatização do público na Educação Superior brasileira**: o caso da UFPA. Orientadora: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto. 2005. 436 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD**, Campinas, v.17, n.2, p.427-441, ago. 2015.

CHONG, E. *et al.* Public-Private Partnerships and Prices: Evidence from Water Distribution in France. **Review of Industrial Organization**, [S.l.], v. 29, nº 1/2, p. 149-169, set. 2006.

COELHO, I. M. A utilização da informação contábil na gestão organizacional: um estudo nas Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Orientador: José Dionísio Gomes da Silva. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11, 2006, Ciudad de Guatemala. **Anais [...]**. Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

CUTRIM, S.; TRISTÃO, J.A.M.; TRISTÃO, V.T.V. Aplicação do Método Delphi para Identificação e Avaliação dos Fatores Restritivos à Realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs). **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 22, p. 29-43, 2017.

Denhardt, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DE'CARLI. **Embrapa: precursora da parceria público-privada no Brasil**. Orientadora: Magda Eva Soares de Faria Wehrmann. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

DORNELAS, J. C. A. **Implantação do Plano de Negócios nas incubadoras de empresas paulistas**. Orientador: Antônio Freitas Rentes. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica)- Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

EBERHART, M. E. PASCUCI, L. O processo decisório e suas implicações na cooperação universidade, empresa e governo: um estudo de caso. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 221-242, maio. 2014.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.31, n.90, p.23-48, maio/ago. 2017.

FERRAZ, J. B. S.; ELER, J. P. Parceria público x privada no desenvolvimento de pesquisa em melhoramento genético animal. **R. Bras. Zootec.**, Viçosa, v.39, p. 216-222, 2010 (supl. especial).

FERRAZ, L.; ALMEIDA, T. F. Parcerias público-privadas e gestão de riscos nos investimentos em infraestrutura no Brasil e no mundo. **RJLB**, Lisboa, ano 4, n.4, p. 1285-1321, 2018.

FERREIRA, L. R. **O público e o privado nas universidades públicas: análise da fundação de apoio privada FADESP no gerenciamento dos recursos para a UFPA (2004 a 2008).** Orientadora: Vera Lúcia Jacob Chaves. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2010.

FERREIRA, Itamar Andrade; MEYER, Bernardo; GOMES, Nairon Nicolas da Silva. Parcerias público-privadas na educação superior: um estudo de caso no Estádio Universitário Pedro Pedrossian da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 112-133, jan./abr. 2024.

FERREIRA, P. C.; MALLIAGROS, T. G. Investimentos, fontes de financiamento e evolução do setor de infra-estrutura no Brasil: 1950-1996. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FIOCRZ. **Quem somos?** 2024. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/home/quem-somos>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FIGUEIREDO, Eduarda Miller. **As parcerias público-privadas auxiliam na melhoria da educação brasileira?** 2021. Disponível em: <https://www.idp.edu.br/blog/laipp/as-parcerias-publico-privadas-auxiliam-na-melhoria-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FIRMONO, Sandra F. Fatores críticos de sucesso das Parcerias Público-Privadas: aspectos político-institucionais. Estudo de caso das rodovias em Portugal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 52(6):1270-1281, nov. - dez. 2018.

FRANCO, V. G. **Parcerias público-privadas no Brasil: em busca de eficiência por meio de alocação de riscos.** Orientador: João Batista Pamplona. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GONÇALVES, K. V. **PPP: um paradigma a ser conquistado no Brasil a partir das experiências internacionais.** Orientador: Elton Eustáquio Casagrande. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.

GOMES FILHO, Adhemar B. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente. Santiago: X Congresso internacional Del CLAD sobre la reforma Del Estado y de La administración pública,** 2005.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GREVE, C. & Hodge, G. A. The Logic of Public-Private Partnerships : The Enduring Interdependency of Politics and Markets. / Paper presented at The 19th Annual Conference of International Research Society for Public Management. IRSPM 2015, Birmingham, United Kingdom, 2015.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HART, O. Incomplete Contracts and Public Ownership: Remarks, and an Application to Public-Private Partnerships. **The Economic Journal**, [S.l.], v.113, n.486, p. 69–76, mar. 2003.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’Ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157–183, set./dez. 2011.

INOCÊNCIO, R. Z. **Accountability dos projetos das IFES executados em parceria com fundações de apoio**: adequações dos normativos a partir de manifestações dos atores executores. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

KIVLENIECE, I.; QUELIN, B. V. Creating and capturing value in public-private ties: a private actor’s perspective. **Academy of Management Review**, Westchester, v. 37, n. 2, p. 272-299, 2012.

LOPES, L. A. C.; BERNARDES, F.R. **Estruturas administrativas das universidades brasileiras**. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://sistema.simead.com.br/8simead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LUZ, Isabela Sousa da. **O desenvolvimento institucional da Coreia do Sul nos anos 1960-2000 e abertura da cooperação da parceira público-privada**. 98 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília, 2020.

MACEDO, Darlyane Antunes. **Projetos de extensão de uma universidade pública, sob a ótica da educação na saúde= Public university extension projects, from the perspective of health education**. 2019. Tese de Doutorado. [sn].

MANCHUR, Josiane; SURIANI, Ana Lucia Affonso; DA CUNHA, Marcia Cristina. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**, v. 9, n. 2, p. 334-341, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. de. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa /pesquisa bibliográfica / teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, Waldemar. Ensino, pesquisa e gestão acadêmica na universidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 03, p. 685-701, 2011.

MASIERO, Gilmar; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A economia coreana: características estruturais. **Coreia: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais**, p. 199-252, 2002.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004.

MARTINS, J. C.; FERNANDES, W. L. C.; BRUN, S. A. Orçamento público e universidade: uma análise da relação entre gasto público e qualidade de ensino. **Gestus**, Matinhos, v. 2, 2019.

MARTINS, L. C. S. **Proposta de melhoria das parcerias entre o setor privado e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro**. Orientador: Deusmaque Carneiro Ferreira. 107 f. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2022.

MATOS, Nyalle Barboza; GONÇALVES, Andrea de Oliveira. **Parcerias Público-Privadas: surgimento, conceitos e desafios para a contabilidade pública**. In: ANPCONT, 13., 2019. **Anais [...]**, São Paulo, 2019.

MENDES, C. I. C.; BUAINAIN, A. M. Transferência de tecnologia agrícola: relato de algumas experiências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com parceria público-privada. In: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DA GESTÃO DE TECNOLOGIA, 15., 2013, Porto. **Anais [...]**. Porto: INESC, 2013. p.1-16.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Princípios Constitucionais do Direito Administrativo**. São Paulo: Revista Virtual Direito Brasil, 2008.

MORÉS, A. A universidade e sua função social: os avanços da ead e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 141-159, jan./abr. 2017.

NAKAMA, Vinicius; MACENA, Heloisa. Modelos institucionais de Parcerias Público-Privadas: habitação social no Brasil e nos Estados Unidos. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 24, n. 55, pp. 891-910, set/dez 2022.

NASCIMENTO, J. S. **A modernização do processo administrativo público e a construção estratégica da gestão de pessoas**. Orientador: José Roberto. 2020. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Candido Mendes, Niterói, 2020. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K239757.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Interfaces. **Revista de Extensão**, Cruz das Almas, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov.2013.

NUNES, Valtuir Pereira Nunes. **O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. 2015. 1 livro.

OLIVEIRA, M. R. D. **As relações da parceria público-privada**: a experiência do campus universitário de Marabá com a Companhia Vale. Orientador: Hildemar Luiz Rech, 2010. 180 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?: Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance** Paperback. Routledge, New York and London, 2009.

PAES, J. E. S. Fundações: origem e evolução histórica. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 35, n. 140, p. 41-48, out./dez. 1998.

PAES, J. E. S. **Fundações, associações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 7. ed. São Paulo: Forense, p. 259-295. 2010.

PAIVA, C. A. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. *In*: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA COMPARADA, 1., 2005, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005. p.1-23.

PASIN, J. A. B.; BORGES, L. F. X. A nova definição de parceria público-privada e sua aplicabilidade na gestão de infra-estrutura pública. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 173-196, dez. 2003. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13820>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PECI, Alketa; SOBRAL, Felipe. Parcerias Públicos-Privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cadernos EBAPE**, v.5, n.2, jun. 2007.

PEIXE, Blênio César Severo. Transparência nas Prestações de Contas em Instituição Federal de Ensino Superior e Fundação de Apoio – Estudo de Caso Exploratório Aplicado a Contratos e Convênios. **VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**.2011.

PEREIRA, R. A. C.; FERREIRA, P. C.. Efeitos de crescimento e bem-estar da lei de parceria público-privada no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n.2, p. 207–219, abr./jun. 2008.

PEREIRA, Ricardo de Andrade et al. **Ranking de Transparência de Contratos de Parcerias Público-Privadas no Brasil**. **XXIII SEMEAD**: Seminários em Administração, [s. l.], 2020.

PÉRICO, A. E.; REBELATTO, D. A. N. Desafios das parcerias público-privadas (PPPs). **RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 1031-52, set./out. 2005.

PF faz operação contra servidores e empresários que teriam desviado R\$ 23 milhões da UFRA. **G1 PARÁ**, Belém, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/02/27/pf-faz-operacao-contras-associacao-criminosa-que-teria-desviado-r-23-milhoes-da-ufra.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PICCHIAI, D. Empresa Júnior: um exemplo de pequena empresa. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 35-52, 2008.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. *Public Management Reform. A Comparative Analysis—New Public Management, Governance, and the Neo-Weberian State*. Oxford University Press: Oxford, 2011.

POHLMANN, G. **Implantação de parcerias público-privados no Brasil: fatores críticos e propostas de melhoria**. Orientadora: Dalva Maria Righi Dotto. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

PONTE, J. P. X.; BRANDÃO, A. J. D. N. Urbanização de Favelas e Drenagem Urbana na Região Metropolitana de Belém. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 3., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014. p.1-14.

PROAF. **Portaria nº 1.604, de 22 de junho de 2018**. Designação de competências à PROAF. Belém, 2018. Disponível em: https://proaf.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=225:portaria-n-1-604-de-22-de-junho-de-2018&catid=17&Itemid=121. Acesso em: 22 fev. 2024.

PRODESP. **Instruções normativas**. 2024. Disponível em: <https://riobananal.es.gov.br/controladoria-instru%C3%A7%C3%B5es#:~:text=A%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20%C3%A9%20um,texto%20da%20norma%20que%20complementam..> Acesso em: 17 abr. 2024.

RAISBECK, P.; DUFFIELD, C.; XU, M. Comparative performance of PPPs and traditional procurement in Australia. *Construction Management and Economics*, [S.l.], v.28, n.4, p.345-359, dez. 2010.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

REYNAERS, Anne-Marie; GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan. Transparency in publicprivate partnerships: Not so bad after all. *Public Administration*, [s. l.], v. 93, n. 3, p. 609-626, 1 set. 2015.

ROCHA, J. C. **O papel das fundações de apoio no contexto das universidades públicas no Brasil**. [S.l. : s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.fapto.org.br/ultimasnoticias-1868-o-papel-das-fundacoes-de-apoio-no-contexto-das-universidades-publicas-no-brasil>. Acesso em: 13 maio 2023.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. *Revista Prisma*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

RODRIGUES, A. **Relação com as fundações de apoio**. Goiás: UFG, 2013.

SABIA, C. P. P. **O público e o privado na política de cooperação Universidade-Empresa da Universidade Estadual Paulista - UNESP**. Orientador: Candido Giraldez Vieitez. 2007.

211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104794>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SANTOS, J. S. P. **As relações entre o público e o privado no processo de expansão do ensino superior no Brasil: democratização ou mercantilização?**. Orientador: , Antônio Cabral Neto. 2012. 632 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS, W. H. **Registros Históricos: Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia**. Belém: EDUFRA, 2014.

SCHAPPO, M. A Retomada do Crescimento no Setor Energético Através da Concessão de Serviços e das Parcerias Público-Privadas (PPP). Orientador: José Messias Bastos. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. Del P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERRA, M. A.; ROLIM, C. F. C. Desenvolvimento e engajamento regional: o papel das universidades. *In*: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: Processos, Políticas e Planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p.72-88.

SHINORAH, D. Y.; SAVOIA, J. R. F. **Parcerias público-privadas no Brasil**. Barueri: Manole, 2008.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, p. 45-72, 2003.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 05-27, abr. 2005.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Educação Superior - Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n. 42, p.295-304, ago. 2001.

SILVA, M. S. **Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura**. Brasília, DF: IPEA, 2022.

SILVEIRA, G. F.; MEYER, B. Parcerias Público-Privadas e Gestão Universitária: Análise da Implementação na Universidade Federal De Santa Catarina. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 19., Florianópolis, 2019. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019.

SIQUEIRA, M. S. C. **Análise dos resultados da parceria público-privada entre a UEA e a Samsung Ocean Center**. Orientador: Manoel Martins do Carmo Filho. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SUNDFELD, C. A. Guia Jurídico das Parcerias Público-Privadas. *In*: SUNDFELD, C. A. **Parcerias Público-Privadas**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p. 15-44.

STALLIVIERI, Luciane. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. 2006. 2020.

SPENDOLINI, M. J. **Benchmarking**. São Paulo: Makron Books, 1994.

TEIXEIRA, M. M. C. **Modelo de indicadores para avaliação e monitoramento de centros de inovação**. Orientadora: Clarissa Stefani Teixeira. 2021. 193 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

THIERIOT, H.; DOMINGUEZ, C. Public-private partnerships in China. The International Institute for Sustainable Development, 2015.

THAMER, R.; LAZZARINI, S. G. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 819-846, jul./ago. 2015.

TOLEDO, Luiz Francisco Vasco de. PPP no Estado de São Paulo: estruturas e impacto no orçamento. Artigo (mestrado) – **Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/teses-> Acesso em: 14 ago. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. **Parcerias Público Privadas na UE: insuficiências generalizadas e benefícios limitados**. Relatório Especial, n. 3, 2018. Disponível em: https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR18_09/SR_PPP_PT.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Unifesspa e Vale fecham acordo para pesquisa e inovação**. Marabá: UNIFESSPA, 2020. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/unifesspa-na-midia/4943-unifesspa-e-vale-fecham-acordo-para-pesquisa-e-inovacao>. Acesso em: 25 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Planejamento estratégico institucional: 2014-2024**. Belém: UFRA, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Resolução nº. 300, de 03 de abril de 2019**. Aprovar o regimento interno que dispõe sobre a organização e funcionamento da Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF. Belém: UFRA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Relação Sintética dos Acordos de Cooperação/Contratos de Apoio Financeiro/Convênios Vigentes**. Belém, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Missão**. 2014-2024. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=261. Acesso em: 08 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Ufra 72 Anos - 08 fatos sobre a primeira Rural do Norte.** 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Ufra firma acordo internacional para intercâmbio acadêmico e cooperação científica com universidade chinesa Hohai.** 2024. Disponível em:

https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250&catid=17&Itemid=121. Acesso em: 08 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Resolução nº. 300, de 03 de abril de 2019.** Disponível em: https://proaf.ufra.edu.br/images/Regimento_PROAF_-_resolu%C3%A7%C3%A3o_n_300_de_03_de_abril_de_2019_alterada_resolu%C3%A7%C3%A3o_372-2020_CONSAD.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

VALDO, J. P. S.; MELIM, J. I.; TEIXEIRA, R. V. A regulamentação das parcerias público-privadas como tática para aprofundar a privatização das universidades federais e do aparato público de ciência e tecnologia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, e38031, 2021.

VIDAL, M. S. **Propriedade intelectual na Universidade - gestão e parcerias público-privadas: o caso da UFSC.** Orientador: Alexandre Lerípio. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

XAVIER, T. R *et al.* Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 1041-65, jul./ago. 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Chek-list de convênios e contratos da UFRA.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA PRÓ-
REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DIRETORIA DE**

À Pró-Reitoria de Administração e Finanças - PROAF,

1. Trata os autos de solicitação de formalização do contrato fundacional, cujo objeto será a gestão administrativa e financeira para atendimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional intitulado XXXXXX
2. De acordo com os documentos presentes no processo, o referido projeto será executado em parceria com a Fundação e está orçado em R\$ xxxx reais.
3. Destacamos que o processo digital acessório nº 23084.xxxxxx, está instruído da seguinte maneira:
 - 3.1 Ofício nº—;
 - 3.2 Termo de Execução Descentralizada nº _/2023;
 - 3.3 Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada nº xx/2023;
 - 3.4 Anexo I – Proposta de Trabalho;
 - 3.5 Atestado de Reputação Ética – Profissional;
 - 3.6 Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial para Execução do Contrato;
 - 3.7 Declaração de Adimplência;
 - 3.8 Declaração do Teto Remuneratório –xxxxx;
 - 3.9 Declaração de Não Cumulatividade –xxxxx;
 - 3.10 Declaração de Não Contratação de Familiaresxxxxx;
 - 3.11 Declaração de Não Cumulatividade –xxxxx;
 - 3.12 Declaração de Não Cumulatividade – xxxx;
 - 3.13 Declaração do Teto Remuneratório – xxxxx;
 - 3.14 Declaração do Teto Remuneratório – xxxxx;
 - 3.15 Termo individual de Participação – xxxx;

- 3.16 Termo individual de Participação – xxxx;
- 3.17 Termo individual de Participação – xxxx;
- 3.18 Declaração que Não Emprega Menor;
- 3.19 Declaração de Dedicção Exclusiva – xxxxx;
- 3.20 Declaração de Dedicção Exclusiva – xxxxx;
- 3.21 Declaração de Dedicção Exclusiva – xxxxx;
- 3.22 Declaração de Anuidade;
- 3.23 Declaração de Antinepotismo;
- 3.24 Declaração de Compatibilidade de Preços;
- 3.25 Anexo I – Proposta de Trabalho;
- 3.26 Demonstrativo de Custos Operacionais;
- 3.27 Anexo V – Plano de Trabalho;
- 3.28 Declaração de Não Cumulatividade – xxxxx;
- 3.29 Atestado de Reputação Ético-Profissional;
- 3.30 Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial para Execução do Contrato;
- 3.31 Declaração de Adimplência;
- 3.32 Certidão Conjunta Negativa;
- 3.33 Certidão – Tribunal de Contas dos Municipios do Estado do Pará;
- 3.34 Certidão de Licitantes Inidôneos – TCU;
- 3.35 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 3.36 Certidão de Regularidade de Natureza Tributária;
- 3.37 Certidão de Regularidade de Natureza Não Tributária;
- 3.38 Certidão Judicial Cível Poisitiva;
- 3.39 Certidão – Tribunal de Contas do Estado do Pará;
- 3.40 Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União;
- 3.41 Demonstrativo de Custos Operacionais – Fundação;
- 3.42 Estatuto da Fundação;
- 3.43 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – Validade até xx/xx/20xx;
- 3.44 Portaria n° xxxxx/xxxx;
- 3.45 PORTARIA N° xxxx – Nomeação do Diretor Executivo da Fundação de Apoio;

3.46 Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares - TCU;

3.47 Cópia do Credenciamento da Fundação;

3.48 Despacho nº xxx/202x –Instituto;

3.49 Despacho nº xxx/202x – Pro reitoria de planejamento;

3.50 Despacho nº xxxx/202x – Reitoria;

3.51 Despacho nº xx/202x – Pro reitoria de planejamento.

4. Dessa forma, esta Diretoria realizou a análise das informações presentes no caderno processual até o momento, com a utilização de *Check-List* de Contratos e Convênios Fundacionais:

CHECK-LIST DE CONTRATOS E CONVÊNIOS FUNDACIONAIS - CONFERÊNCIA DOCUMENTAL -	
Nome do Projeto:	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 'XXXXX
Processos Digitais:	23084.xxxxx/202x-xx

Item	Descrição	Conferência		Obs.
1.	Foi instruída a proposta de trabalho devidamente preenchida e assinada?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
2.	Cópia do credenciamento vigente da Fundação de Apoio	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
3.	Declaração de Reputação Ético-Profissional a Fundação	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
4.	Declaração de Atendimento à Legislação Antinepotismo	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
5.	Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
6.	A proposta obedece a vedação de serviços de rotina e obras não laboratoriais?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
7.	O projeto acadêmico foi instruído nos autos com assinatura do seu responsável?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
8.	Há manifestação quanto a origem do recurso?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
9.	Qual o tipo da origem do recurso/financiamento	<input checked="" type="checkbox"/> TED / Edital	<input type="checkbox"/> Emenda na LOA	Vide Obs.

	?			
10.	Há aprovação do colegiado/unidade vinculado ao projeto?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
11.	Há manifestação de enquadramento pela Pró-Reitoria competente?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
12.	A proposta foi enquadrada aos objetivos institucionais da UFRA (PLAIN)?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
13.	Foi instruído o plano de trabalho devidamente preenchido e assinado?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
14.	Declaração do Teto Remuneratório.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
15.	Declaração de Não Cumulatividade.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
16.	Declaração de Não Contratação de Familiares.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
17.	Termo Individual de Participação no Projeto.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
18.	Declaração de Adimplência	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
19.	Declaração que Não Emprega Menor	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
20.	Declaração de Dedicção Exclusiva (caso Prof. D.E.)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
21.	Declaração de Anuidade.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
22.	Declaração de Compatibilidade de Preços	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
23.	Cópia da Inscrição no CNPJ	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
24.	Cópia do Registro Geral (RG) do Diretor Executivo da Fundação de Apoio	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.

25.	Cópia do Estatuto da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
26.	Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
27.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
28.	Certificado de Regularidade do FGTS-CRF da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
29.	Certidão Negativa de Natureza Tributária do Estado (UF) da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
30.	Certidão Negativa de Natureza Não Tributária do Estado (UF) da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
31.	Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários – Regularidade Fiscal da Prefeitura (Município) da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
32.	Certidão Cível e Criminal do Tribunal Regional Federal	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
33.	Certidão Negativa Cível (obtida no Fórum Cível) e Criminal do TJE/PA	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
34.	Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios sobre a existência ou não de débito da Fundação de Apoio	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
35.	Certidão do Tribunal de Contas do Estado sobre existência ou não de débitos na análise de prestação de contas e/ou tomada de contas	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
36.	A equipe de trabalho está identificada a instituição de vinculação e a forma de seleção?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
37.	Há termo individual de participação de todos os membros da equipe devidamente instruído e assinado nos autos?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
38.	Os termos individuais expressam fidedignamente os valores de bolsas e carga horária previstos no plano de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
39.	A carga horária semanal limite foi observada? (8h)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
40.	O valor a ser pago a título de bolsa, apresentou justificativa em campo específico?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.

41.	Há assinatura de aceite e indicação de fiscal de contrato no item VIII do Plano de Trabalho?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
42.	O acordo está limitado no tempo com prazo de até 60 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
43.	Os prazos de execução das metas (etapas) obedecem ao prazo de início e fim do acordo? Se não, há justificativa?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
44.	Os prazos previstos por meta (etapa) na execução do projeto estão compatíveis com os prazos elencados no plano de aplicação de recursos?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
45.	O cronograma de desembolso está coerente como início das metas (etapas)?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
46.	Os indicadores de cumprimento foram elaborados para todas as metas previstas?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
47.	Os indicadores de cumprimento obedecem um mínimo grau de coerência com as propostas previstas em cada meta? (se não, indicar ponto de ajuste)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
48.	Foram previstos os documentos comprobatórios para avaliação das metas? Se não, justificar	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
49.	O detalhamento geral do plano de aplicação de recursos (item V do Plano de Trabalho) está de acordo com o controle individual de cada etapa (meta)?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
50.	Houve concentração de valores em natureza de serviços genéricos?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
51.	Foi dada a disponibilidade orçamentária?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
52.	Há autorização prévia do Reitor?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
53.	Já há minuta do instrumento a ser celebrado?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
54.	A primeira parcela obedece ao limite de até 20% do valor total da avença?	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.

55.	A Fundação apresentou a precificação do projeto para indicação dos custos operacionais?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	Vide Obs.
-----	---	---	------------------------------	-----------

RESSALVA E CONSIDERAÇÕES	
Itens relacionados	Descrição
1.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u></p> <p>a) Foi observada do processo nº 23084. xxxxx/202x - xxx nos autos o Anexo I – Proposta de Trabalho (documento 26). b) Recomendações</p>
2.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi observada no Processo digital nº 23084. Xxxxx.</p>
3.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia de ATESTADO DE REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL (Documento 05)</p> <p>.</p>
4.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia da DECLARAÇÃO DE ANTINEPOTISMO (Documento 23) assinada manualmente e digitalizada, incluído no Processo.</p>
5.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u></p> <p>Foi inserida a cópia da Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial para Execução do Contrato (Documento 06) assinada manualmente e digitalizada, incluído no Processo digital</p>
6.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>De acordo com as despesas apresentadas no plano de trabalho não é possível afirmar que o projeto acadêmico obedece a vedação de serviços de rotina e obras não laboratoriais. Neste caso, pedimos manifestação expressa da Coordenação do Projeto acerca deste item.</p> <p style="text-align: center;">Recomendações:</p>
	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>Ressaltamos a importância da indicação dos recursos financeiros e de materiais que serão utilizados de acordo com os quadros apresentados no plano de trabalho e na proposta de trabalho.</p> <p style="text-align: center;">Recomendações:</p>

7.	
8.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>Consta nos autos o PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (Documento 02) o Processo digital nº 23084.xxxxx/202x - 45, Recomendações:</p>
9.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>Consta nos autos o PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (Documento 02) o Processo digital nº xxxx Recomendações:</p>
10.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Consta nos autos a aprovação Ad Referendum do colegiado vinculado ao projeto, conforme o Despacho nº xxx/202x – Instituto (documento 50). Recomendações:</p>
11.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Consta no Despacho nº 49/2023 – PROPLADI – DDI (Documento 56) com a descrição a seguir: <i>Prezado(s) Senhor(es),</i> <i>Recebemos para análise o processo nº 2308.025915/2023-45, o qual versa sobre o Enquadramento da Proposta do “Projeto PRO-BUBALI - Programa de fortalecimento da cadeia produtiva da pecuária bubalina por meio do melhoramento genético utilizando a Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e Produção in vitro de Embriões (PIVE)”.</i> <i>Os autos encontram-se instruídos para fins de análise desta PROPLADI com os seguintes documentos:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>1. Ofício de manifestação de onde está vinculado o “Projeto PRO-BUBALI - Programa de fortalecimento da cadeia produtiva da pecuária bubalina por meio do melhoramento genético utilizando a Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e Produção in vitro de Embriões (PIVE)”, da Diretora do Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA), campus Belém, e do coordenador do projeto, Prof. Dr. Rinaldo Batista Viana, e solicitação de apreciação desta PROPLADI, para posterior envio à Reitoria;</i> <i>2. Aprovação Ad Referendum do colegiado do ISPA, Campus de Belém;</i> <i>3. Proposta de trabalho do Projeto PRO-BUBALI - Programa de fortalecimento da cadeia produtiva da pecuária bubalina por meio do melhoramento genético utilizando a Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e Produção in vitro de Embriões (PIVE)”, assinado pelo coordenador: Rinaldo Batista Viana.</i> <i>4. Plano de Trabalho.</i> <p><i>Após análise dos autos e normatização vigente sobre o tema em questão observamos que a proposta do Plano de trabalho do Projeto supramencionado atende ao que dispõe o art. 27 da</i></p>

	<i>Resolução nº 185/2017 - CONSUN, uma vez que foi identificado nos autos a.</i>
12.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme observa-se no Despacho nº 42/2023 - PROPLADI (Documento 51) - Processo digital nº 23084.xxxx/202x-15 tem-se a seguinte manifestação: Recomendações:</p>
13.	<p align="center"><u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u></p> <p>a) Foi observada do processo nº 23084. xxxxx/202x - 45 nos autos o Anexo V – Plano de Trabalho (documento 27). b) Recomendações:</p>
14.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida a cópia do Anexo VII – Declaração de Teto Remuneratório (documento 08,13 e 14) no processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45. Recomendações:</p>
15.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Anexo VIII – Declaração de Não Cumulatividade (Documento 09,12 e 28) no Processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45. Recomendações:</p>
16.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Anexo IX – Declaração de Não Contratação de Familiares (Documento 10) do Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45. Recomendações:</p>
17.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Anexo X – Termo Individual de Participação (Documento 15,16 e 17) no 23084.xxxxxx/202x - 45, assinado pelos participantes:</p>
18	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Anexo VI – Declaração de Adimplência (Documento 07) no Processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45 assinada manualmente e digitalizada anexa aos autos.</p>
19.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia da Declaração que Não Emprega Menor (Documento 18) manualmente assinada no Processo digital nº 23084.xxxxxx/202x - 45.</p>
20.	<p align="center"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Anexo XII – Declaração de Dedicção Exclusiva (Documento 19, 20 e 21) no Processo digital nº 23084.xxxxxx/202x – 45.</p>
21.	<u>ITEM SANEADO</u>

	Foi inserida cópia do Anexo XIII – Declaração de Anuidade (Documento 22) no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45 assinada e digitalizada inserida no caderno processual pela Magnífica Reitora. Recomendamos
22.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia da Declaração de Compatibilidade de Preços emitida pela Fundação (Documento 24) – Processo digital nº 23084.xxxxx/20x – 45 assinada manualmente pelo Diretor Executivo e digitalizado nos autos.
23.	<u>ITEM NÃO SANEADO</u> Não visualizamos no <i>Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45</i> - cópia do cartão do CNPJ da Fundação. Necessita ser anexado.
24.	<u>ITEM NÃO SANEADO</u> Não foi inserida cópia do Registro Geral (RG) do Diretor Executivo da Fundação <i>Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45</i> . Necessita ser anexado.
25.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Estatuto da Fundação <i>Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45</i> (documento 42).
26.	<u>ITEM SANEADO</u> Visualizamos nos autos – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45 a cópia da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Fundação (Documento 40).
27.	<u>ITEM SANEADO</u> Visualizamos nos autos – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45, a cópia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Documento 36).
28.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF da Fundação (Documento 43) – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45. A validade do certificado está para 24/12/2023. Com isso, recomendamos que seja atualizada a certidão.
29.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia da CERTIDAO DE REGULARIDADE DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (Documento 37) – <i>Processo digital nº 23084.0xxxxx/202x – 45</i> .
30.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia da CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA (Documento 38) – <i>Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45</i> .
31.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA (Documento 32) – <i>Processo digital nº 23084.xxxx/2023 – 45</i> .
32.	<u>ITEM NÃO SANEADO</u> Constam pendentes no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45 as Certidões Cível e Criminal do Tribunal Regional Federal 1º

	Região da Fundação.
33.	<u>ITEM SANEADO</u> Constam pendentes cópia da CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NEGATIVA e CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL POSITIVA TJ-PA (documento 39) no Processo digital nº23084.xxxxx/202x – 45.
34.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia da Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios da Fundação (documento 33) do Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45.
35.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia da Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Pará da Fundação (documento 38) no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45.
36.	<u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u> - A equipe de trabalho está identificada a instituição de vinculação. Contudo, não houve a justificativa e nem a apresentação dos documentos comprobatórios de experiência anterior dos docentes como a expertise acadêmica e profissional dos mesmos (ver parágrafos 5º e 6º da Resolução nº 185/2017 - CONSUN/UFRA).
14.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia do Anexo VII – Declaração de Teto Remuneratório (documento 08,13 e 14) no processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45. Recomendações:
15.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Anexo VIII – Declaração de Não Cumulatividade (Documento 09,12 e 28) no Processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45. Recomendações:
16.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Anexo IX – Declaração de Não Contratação de Familiares (Documento 10) do Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45. Recomendações:
17.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Anexo X – Termo Individual de Participação (Documento 15,16 e 17) no 23084.xxxxxx/202x - 45, assinado pelos participantes:
18	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia do Anexo VI – Declaração de Adimplência (Documento 07) no Processo digital nº 23084.xxxx/202x - 45 assinada manualmente e digitalizada anexa aos autos.

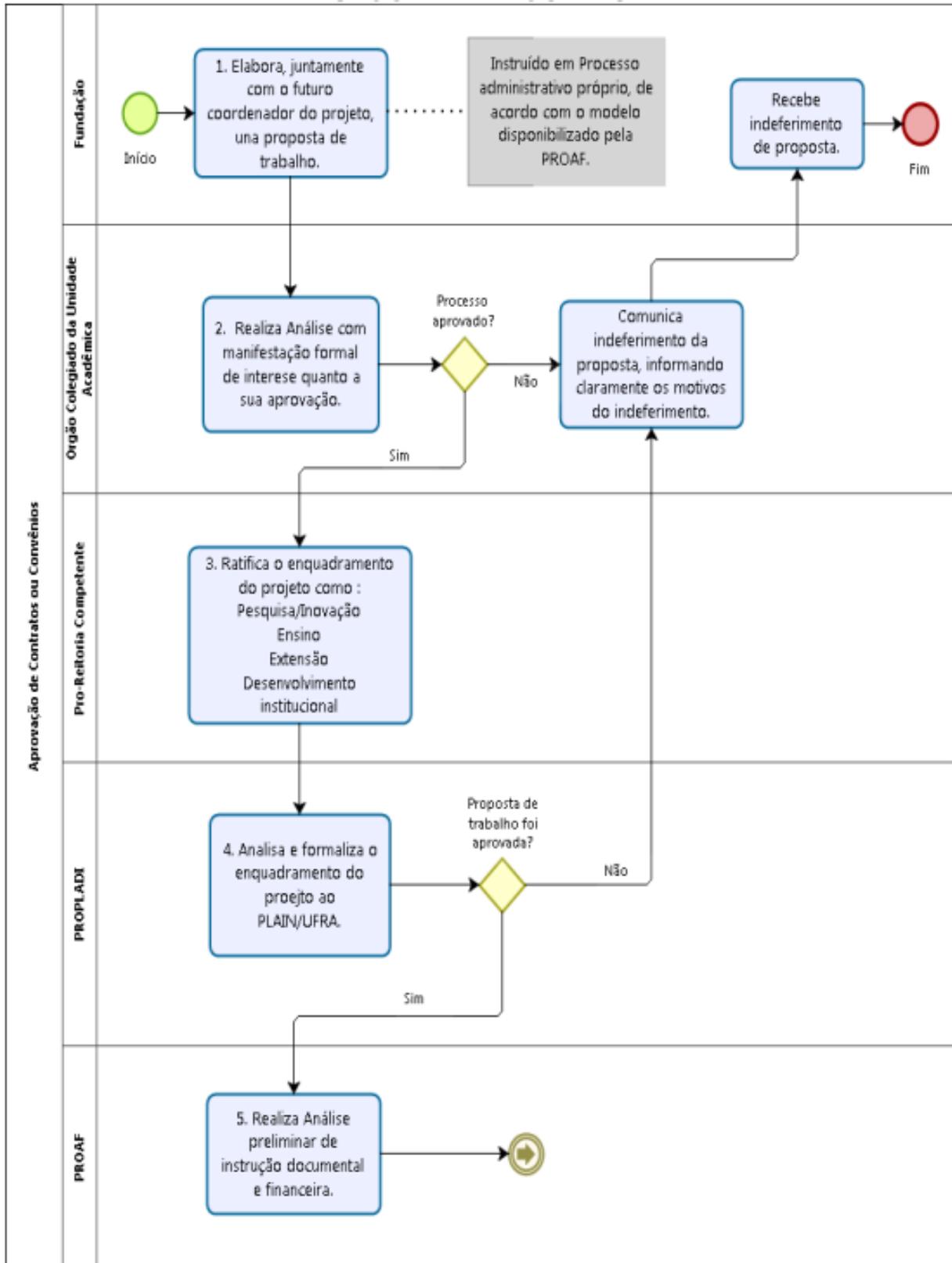
19.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia da <u>Declaração que Não Emprega Menor</u> (Documento 18) manualmente assinada no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x - 45.</p>
20.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do <u>Anexo XII – Declaração de Dedicção Exclusiva</u> (Documento 19, 20 e 21) no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45.</p>
21.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do <u>Anexo XIII – Declaração de Anuidade</u> (Documento 22) no Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45 assinada e digitalizada inserida no caderno processual pela Magnífica Reitora.</p> <p style="text-align: center;">Recomendamos</p>
22.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida a cópia da <u>Declaração de Compatibilidade de Preços</u> emitida pela Fundação (Documento 24) – Processo digital nº 23084.xxxxx/20x – 45 assinada manualmente pelo Diretor Executivo e digitalizado nos autos.</p>
23.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>Não visualizamos no <i>Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45</i> - cópia do cartão do CNPJ da Fundação. Necessita ser anexado.</p>
24.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM NÃO SANEADO</u></p> <p>Não foi inserida cópia do Registro Geral (RG) do Diretor Executivo da Fundação <i>Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45</i>. Necessita ser anexado.</p>
25.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Estatuto da Fundação <i>Processo digital nº 23084.xxxxx/202x– 45</i> (documento 42).</p>
26.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Visualizamos nos autos – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45 a cópia da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Fundação (Documento 40).</p>
27.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Visualizamos nos autos – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45, a cópia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Documento 36).</p>
28.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi inserida cópia do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF da Fundação (Documento 43) – Processo digital nº 23084.xxxxx/202x – 45. A validade do certificado está para 24/12/2023. Com isso, recomendamos que seja atualizada a certidão.</p>
29.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p>

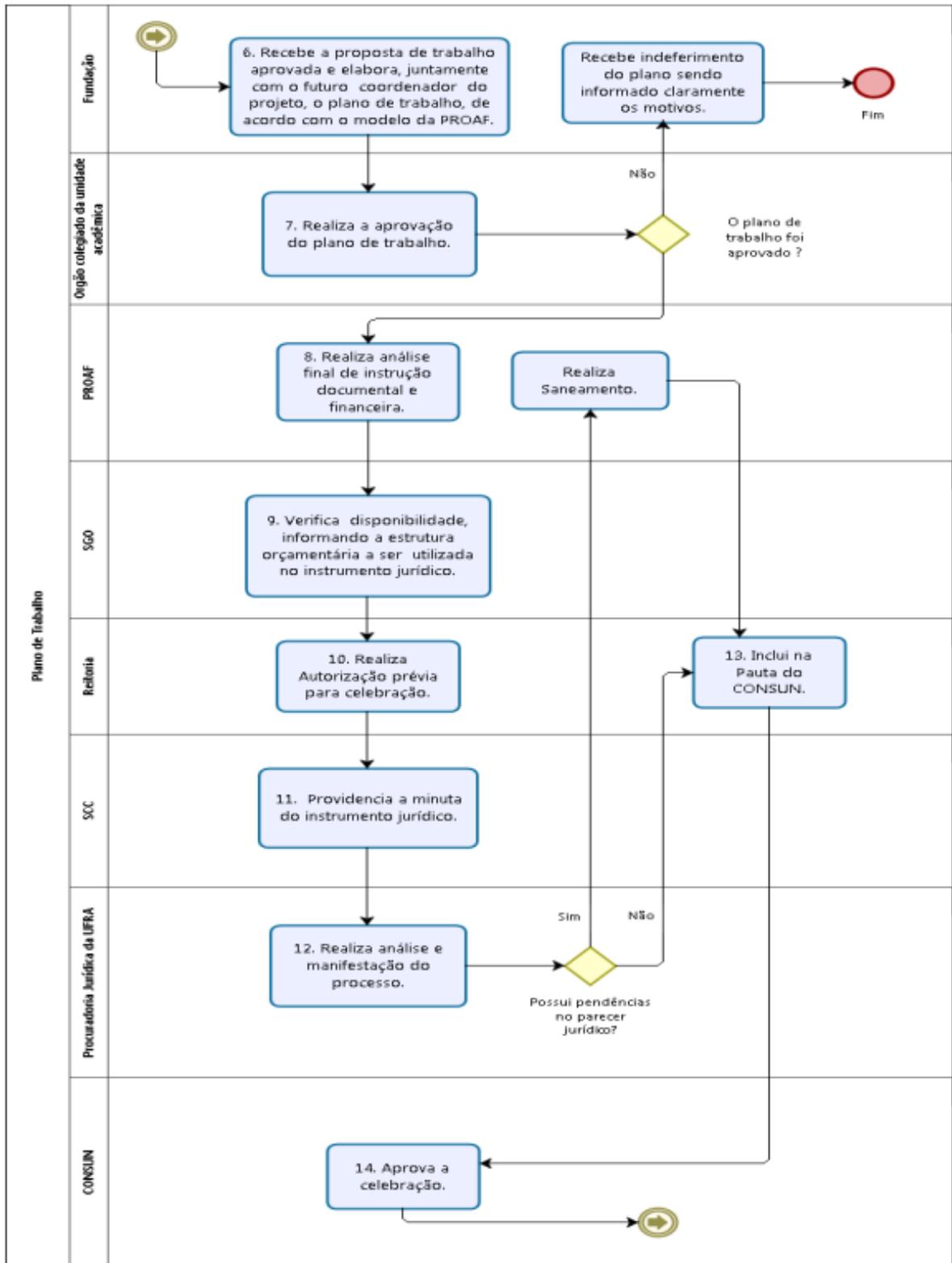
	Foi inserida cópia da CERTIDAO DE REGULARIDADE DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (Documento 37) – <i>Processo digital n° 23084.0xxxxx/202x – 45.</i>
30.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia da CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA (Documento 38) – <i>Processo digital n° 23084.xxxx/202x – 45.</i>
31.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida cópia CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA (Documento 32) – <i>Processo digital n° 23084.xxxx/2023 – 45.</i>
32.	<u>ITEM NÃO SANEADO</u> Constam pendentes no Processo digital n° 23084.xxxxx/202x – 45 as Certidões Cível e Criminal do Tribunal Regional Federal 1º Região da Fundação.
33.	<u>ITEM SANEADO</u> Constam pendentes cópia da CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NEGATIVA e CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL POSITIVA TJ-PA (documento 39) no Processo digital n°23084.xxxxx/202x – 45.
34.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia da Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios da Fundação (documento 33) do Processo digital n° 23084.xxxxx/202x – 45.
35.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi inserida a cópia da Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Pará da Fundação (documento 38) no Processo digital n° 23084.xxxxx/202x – 45.
36.	<u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u> - A equipe de trabalho está identificada a instituição de vinculação. Contudo, não houve a justificativa e nem a apresentação dos documentos comprobatórios de experiência anterior dos docentes como a expertise acadêmica e profissional dos mesmos (ver parágrafos 5º e 6º da Resolução n° 185/2017 - CONSUN/UFRA).
37.	<u>ITEM SANEADO</u> Consta nos autos os termos individuais de participação no processo digital n° 23084.xxxx/202x – 45, dos seguintes participantes do projeto:
38.	<u>ITEM SANEADO</u> Consta nos autos os termos individuais e os mesmos expressam as cargas horárias previstos no plano de trabalho no Processo digital n° 23084.xxxx/202x – 45, dos seguintes participantes:
39.	<u>ITEM SANEADO</u> Foi observada a carga horária semanal limite de 08 horas semanais para os docentes conforme a Lei n° 8958/1994 e o Decreto n°

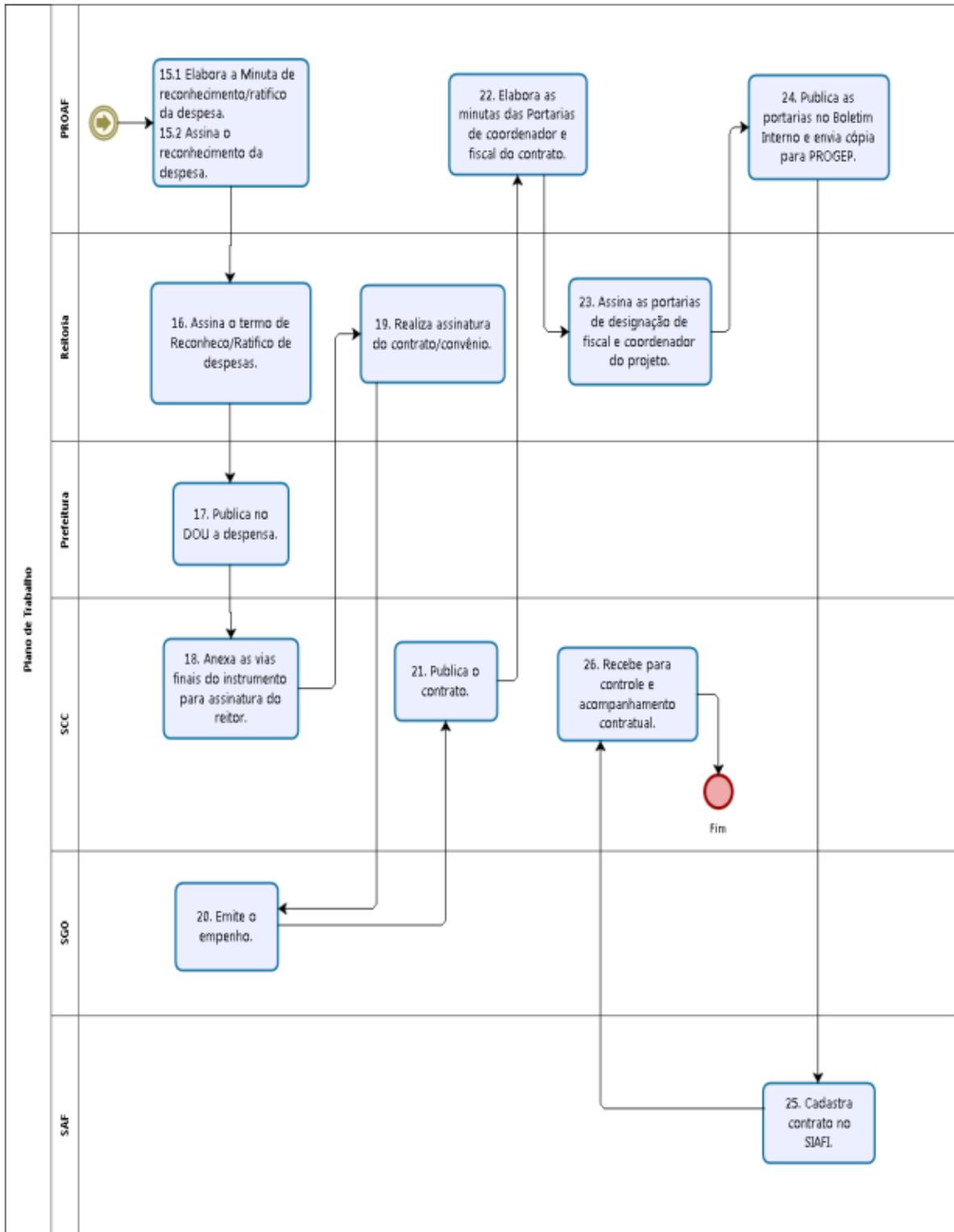
	7423/2010 segundo o anexo V – Plano de Trabalho.
40.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foi identificado no ANEXO V - Plano de trabalho a coluna com justificativa de valor a ser pago a título de bolsa. Com isso, solicitamos que a coordenação justifique os valores apresentados conforme §1º do art 57 da Resolução 185/2017 – CONSUN/UFRA.</p>
41.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Não consta nos autos a assinatura de aceite de indicação de fiscal do contrato no item VIII do Anexo V - Plano de Trabalho no Processo digital nº 23084.xxxx/202x – 45.</p>
42.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o Anexo V – Plano de Trabalho, III – Descrição do projeto, o prazo de execução do projeto está limitado no tempo com prazo de até 60 (sessenta) meses.</p>
43.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o Anexo V – Plano de Trabalho, III – Descrição do projeto, os prazos de execução das metas (etapas) obedecem ao prazo de início e fim do contrato.</p>
44.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o Anexo V – Plano de Trabalho, III – Descrição do projeto, os prazos de execução das metas (etapas) obedecem ao prazo de início e fim do contrato.</p>
45.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o anexo V – Plano de Trabalho, no quadro - Cronograma financeiro de desembolso, o cronograma de desembolso está coerente com o início das metas segundo o Anexo V– Plano de Trabalho.</p>
46.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o anexo V – Plano de Trabalho, os indicadores de cumprimento do objeto foram elaborados para todas as metas previstas no Anexo V – Plano de Trabalho e no Termo de Execução Descentralizada.</p>
47.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme o anexo V – Plano de Trabalho, os indicadores de cumprimento do objeto obedecem ao grau de coerência com as metas previstas no anexo V – Plano de trabalho e no Termo de Execução Descentralizada.</p>
48.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Foram previstos os documentos comprobatórios para avaliação das metas referente ao anexo V - Plano de trabalho e o produto referente ao Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada.</p>

49.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u></p> <p>Na previsão de aquisição de materiais de consumo ou permanente, o projeto deverá conter em anexo o detalhamento de cada item a ser adquirido com o respectivo preço unitário e preço total por item, além da especificação completa do produto.</p>
50.	<p style="text-align: center;">ITEM PARCIALMENTE SANEADO</p> <p>- Não houve concentração de valores em natureza de serviços genéricos.</p> <p>- Nas Despesas “Diárias” e “Passagens” é importante o detalhamento, indicando qual a finalidade de pagamento aos colaboradores eventuais.</p>
51.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO POSTERIORMENTE PELA DIRETORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE - DFC</u></p>
52.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Consta nos autos do processo digital nº 23084.xxx/202x – 45, a autorização prévia da autoridade máxima desta universidade por meio do Despacho nº xxx/202x - Reitoria (documento 53).</p>
53.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO POSTERIORMENTE PELA DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – DCC</u></p>
54.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM PARCIALMENTE SANEADO</u></p> <p>Conforme o Cronograma Financeiro de desembolso do anexo V – Plano de Trabalho, a parcela será única. Nesse sentido, esta Unidade Técnica entende, salvo melhor juízo, pela necessidade de autorização da Reitoria para implementação do cronograma apresentado.</p>
55.	<p style="text-align: center;"><u>ITEM SANEADO</u></p> <p>Conforme consta nos autos, a Fundação de apoio apresentou a precificação do projeto e os custos operacionais estão detalhados no Quadro V – Orçamento Detalhado do Projeto (documento 41).</p> <p>Recomendamos que seja avaliada pelo coordenador o título do projeto nos anexos I – Proposta de Trabalho e V – Plano de Trabalho para que fique em convergência com o objeto do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada e com as declarações apresentadas pela Fundação de Apoio e pela equipe executora.</p>

ANEXO B – Fluxograma Processual da DCC/UFRA.







APÊNDICES

APÊNDICE A – Produto final.

Identificação do Projeto	
Necessidade Pública	Identificar uma necessidade ou demanda que pode ser melhor atendida por meio de uma parceria público-privada.
Definição de Objetivos	Estabelecer objetivos claros para o projeto, incluindo benefícios esperados, escopo e impacto social.
Estudo de Viabilidade	
Análise de Demanda	Avaliar a demanda pelo produto ou serviço proposto.
Análise Financeira	Projetar custos e receitas, considerando diferentes cenários econômicos.
Análise Técnica	Determinar os requisitos técnicos e tecnológicos necessários para a implementação.
Análise Legal	Verificar a viabilidade legal e regulatória da PPP.
Estruturação do Projeto	
Modelo de PPP	Escolher o modelo de PPP mais adequado (concessão, parceria administrativa, etc.).
Alocação de Riscos	Definir como os riscos serão distribuídos entre as partes.
Desenvolvimento de Contratos	Elaborar contratos detalhados que estabeleçam as responsabilidades, direitos e obrigações de cada parte.
Seleção de Parceiros	
Edital de Licitação	Preparar e publicar um edital de licitação para selecionar o parceiro privado.
Avaliação de Propostas	Avaliar as propostas recebidas com base em critérios técnicos e financeiros.
Negociação	Negociar os termos do contrato com o parceiro selecionado.
Financiamento do Projeto	
Fontes de Financiamento	Identificar e assegurar fontes de financiamento (bancos, fundos de investimento, etc.).

Estrutura Financeira	Desenvolver uma estrutura financeira sustentável para o projeto.
Implementação	
Plano de Implementação	Criar um plano detalhado para a implementação do projeto, incluindo cronograma, recursos e gestão de qualidade.
Monitoramento e Avaliação	Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos para assegurar que os objetivos do projeto estão sendo alcançados.
Operação e Manutenção	
Gestão de Operações	Gerenciar as operações diárias do projeto, garantindo eficiência e eficácia.
Manutenção	Implementar um plano de manutenção preventiva e corretiva.
Avaliação e Ajustes	
Revisões Periódicas	Realizar revisões periódicas do projeto para avaliar seu desempenho.
Ajustes Necessários	Fazer ajustes no projeto conforme necessário para otimizar resultados e enfrentar desafios emergentes.

APÊNDICE B - Entrevista.

Caros colegas, gestores da Diretoria de Contratos e Convênios.

Sou servidora da Universidade Federal Rural da Amazônia e atualmente faço Mestrado em Gestão Pública, na Universidade Federal do Pará. Estou conduzindo um estudo sobre as Parcerias Público Privadas e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento finalístico institucional de uma Instituição Federal de Ensino (IFES).

Cordialmente, Ricelli Cristiana dos Santos Mota(PPGGP-UFPA)

Dados do Servidor:

Nome (opcional):

Período em que foi Gestor:

Qual sua Formação Acadêmica:

Qual seu tempo de atuação na Instituição?

1) O que você pensa sobre as PPP nas Universidades Públicas, atualmente?

2) Na sua opinião, as PPPs fazem uma grande diferença em investimentos acadêmicos, de pesquisa, estrutural ou de serviços na Ufra? Caso positivo, quais seriam e por quê?

3) Na sua visão, quais os possíveis problemas que foram ocasionados após o descredenciamento da FUNPEA, no que se refere a formalização de contratos de PPPs na UFRA?

4) Na sua percepção, o que deveria ser realizado para capacitar os servidores que atuarão nas fases de projeto e gestão dos contratos de PPPs?

5) Cite medidas que podem ser adotadas para prevenir a possível ocorrência de irregularidades no período do contrato firmado das PPPs

6) O que você considera como uma estruturação de PPPs bem-sucedida? Quais são os indicadores desse sucesso?

7) Existem fatores críticos para o sucesso de uma estruturação de PPPs? Caso a resposta seja afirmativa, quais são esses fatores?

8) Quais as dificuldades encontradas para manter o contrato e o efetivo desenvolvimento do que foi acordado no Contrato firmado de PPPs?

9) Qual é a sua percepção quanto às formas dessas parcerias e quais deveriam ser implementadas na UFRA?

10) Qual é a sua opinião quanto à existência de uma fundação de apoio própria da UFRA?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar da pesquisa que tem por objetivo identificar a opinião dos servidores públicos, analisar a percepção dos gestores da Diretoria de Contratos e Convênios da UFPA. A pesquisa está sob a responsabilidade da discente Ricelli Cristiana dos Santos Mota que está concluindo o curso de Mestrado em Gestão Pública, pela Universidade Federal do Pará. A presente pesquisa tem por finalidade reunir informações para a elaboração da dissertação. Destaca-se que o estudo é exclusivamente acadêmico e orientado pelo Professora Dra. Marina Yassuko Toma. Quaisquer dúvidas sobre essa pesquisa podem ser obtidas diretamente junto a estudante através do telefone nº (91) 991480973, e-mail cristianamota1@gmail.com, sua participação é voluntária ocorrerá pelo preenchimento do questionário anexo.

Caso aceite participar, contribuirá para a compreensão de aspectos importantes da gestão pública de políticas, assim como, com futuros estudos na área. Pesquisas com essa temática têm contribuído para a sociedade e, em especial, em instituições de ensino superior. Se depois de consentir o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo, ou justificativa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração. Seguindo os preceitos éticos, as respostas são confidenciais e os dados, depois de codificados, serão tratados somente na forma agregada. As identidades dos entrevistados permanecerão anônimas, não constando seu nome, ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da Dissertação, ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa. Os resultados do estudo serão divulgados, apenas em publicações e eventos científicos e relatórios técnicos.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção do conhecimento do tema estudado.

Consentimento Pós–Informação:

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação e acredito estar suficientemente informado (a),

ficando claro que minha participação é voluntária. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador (a), ficando uma via com cada um de nós.

__/__/____
Assinatura do participante

Data:

Assinatura da Pesquisadora